



DIAGNÓSTICO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MATO GROSSO

SUBSÍDIO PARA PROCESSO DE INCLUSÃO PARTICIPATIVA
NO SUBPROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR DO REM



KFW

giz Deutscher Akademischer Austauschdienst



DIAGNÓSTICO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM MATO GROSSO

SUBSÍDIO PARA PROCESSO DE INCLUSÃO PARTICIPATIVA NO
SUBPROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR DO REM (2020)

19 de janeiro 2021

Autoria¹ Sylvia Mitraud^a, Joanna F. Ramos^b,
Jarlene Gomes^a, Carolina S. D. Guyot^a
e Isabel Castro^a

Revisão Renata Oliveira Costa^b

Capa e Diagramação Bianca Rondon de Andrade

1 (a) Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); (b) Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.



Agradecimentos

Este estudo foi possível graças à participação de grande número de organizações e indivíduos que contribuíram para a construção do diagnóstico, seja por meio da coleta de dados secundários, de entrevistas, da oficina de inclusão participativa em fevereiro de 2020 e da elaboração do relatório da oficina. A todos agradecemos **carinhosamente** a colaboração. A responsabilidade por qualquer representação incorreta de informações é **exclusiva** dos autores. O diagnóstico foi realizado pelo IPAM em parceria técnica e financeira com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, bem como com a parceria técnica e institucional do Grupo de Coordenação do Programa REM MT. Agradecemos à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF) e à Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), cocoordenadoras do Subprograma de Agricultura familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais do REM-MT. **Em especial, agradecemos ao Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT), ligado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC) e ao grupo de trabalho de Povos e Comunidades Tradicionais criado durante a oficina que irá acompanhar a execução do Subprograma.** Nossos agradecimentos também à equipe que organizou e conduziu a oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos”.



Apresentação

O Diagnóstico de Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso: Subsídio para processo de Inclusão Participativa no Subprograma de Agricultura Familiar do REM foi elaborado com base em um amplo debate e sob um olhar atento aos dados, à escuta ativa, sendo sua consolidação tendo em vista a participação de diferentes representantes em uma grande oficina de construção de caminhos e reconhecimentos.

Nessa descoberta, dada a diversidade sociocultural proveniente dos diferentes segmentos da agricultura familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso, foi possível confirmar o potencial que essas comunidades possuem para manejar, produzir e conservar os recursos que a biodiversidade mato-grossense lhes oferece.

A Constituição Estadual de Mato Grosso garante os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, o reconhecimento e afirmação da pluralidade cultural e respectivas manifestações de todos os grupos de PCTs e traz o dever do Estado em garantir, apoiar e incentivar a promoção das ações de manifestações culturais e a realização de eventos turísticos e culturais tradicionais.

Sendo assim, diversas outras legislações estaduais, considerando a Constituição Estadual de Mato Grosso, possibilitou a permanência das populações tradicionais nas florestas estaduais, a agregação de valor, o incremento à geração de trabalho e renda e a busca da segurança alimentar e nutricional, e principalmente a Assistência Técnica e Extensão Rural para a produção das populações tradicionais do campo e da cidade.

Somente a partir desta grande aliança onde o Programa REM MT figura como centro agregador de Políticas Públicas em Mato Grosso, está sendo possível criar as pontes necessárias para ampliação da visibilidade de Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso em termos de informações sobre os PCT, população, distribuição e autoidentificação dos diversos segmentos de PCTs e sua visibilização no território para o Estado e para a sociedade.

As informações produzidas pretendem enriquecer o repertório sobre esta temática e trazer reflexões sobre os caminhos possíveis em direção aos processos de planejamento e implementação do Programa REM MT, especialmente o acesso desses segmentos às chamadas de Projetos do Subprograma de Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.


Lígia Nara Vendramim

Coordenadora do Programa REM MT



Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. O Programa REM MT e a inclusão participativa dos Povos e Comunidades Tradicionais na repartição de benefícios.....	11
1.2. Organização do texto.....	15
2. METODOLOGIA	18
2.1. Etapas do diagnóstico.....	18
2.2. Dados oficiais sobre PCTs: DAP e CadÚnico.....	20
2.3. Dados sobre produção agroextrativista de PCTs.....	22
3. LEGISLAÇÃO	24
3.1. Direitos reconhecidos no Brasil do âmbito internacional.....	24
3.2. Direitos reconhecidos em Mato Grosso do âmbito estadual.....	27
3.3. Principais planos, programas e projetos governamentais com ações voltadas aos PCTs de Mato Grosso.....	29
4. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATO GROSSO	33
4.1. Panorama de grupos sociais e PCTs em Mato Grosso.....	33
4.2. PCTs em Mato Grosso: aspectos sociais e produtivos.....	36
5. COLABORAÇÃO E SUPORTE SÓCIO-PRODUTIVO A PCTS EM MATO GROSSO	76
5.1. Órgãos governamentais.....	76
6. SÍNTESE: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE PCTS E SUA PRODUÇÃO NO ESTADO	87
6.1. Distribuição geográfica e população.....	87
6.2. Atuação de PCTs em cadeias agroextrativistas.....	91
6.3. Organização sócio-produtiva.....	95
7. RECOMENDAÇÕES	98
7.1. Recomendações para divulgação do programa REM MT para PCTs.....	98
7.2. Recomendações para ampliação da visibilidade de PCTs em MT.....	99



7.3. Inclusão participativa de PCTs nos editais do Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM MT	101
7.4. Encaminhamentos definidos durante a Oficina.....	103
8. REFERÊNCIAS	105
9. ANEXOS	109
<i>Anexo 1</i> – Tabelas com detalhamento de distribuição populacional, comunidades e produção por comunidade, todos os segmentos	109
<i>Anexo 2</i> – Questionário e lista de entidades entrevistadas durante o diagnóstico	125
<i>Anexo 3</i> – Relatório da Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, fevereiro de 2020.....	127

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Lista de municípios participantes do subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais do REM MT, por bioma.....	13
Tabela 2 – Classificação de produtos agroextrativistas identificados para segmentos de PCTs em MT..	37
Tabela 3 – Número de comunidades quilombolas certificadas em Mato Grosso, por município.	39
Tabela 4 – Nº de comunidades quilombolas em MT com processo de identificação e titulação no INCRA...	40
Tabela 5 – Número de indivíduos ou famílias quilombolas com registros de DAP, no CadÚnico ou relatadas durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.	43
Tabela 6 – Organizações sócio-produtivas das comunidades quilombolas relatadas durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.	46
Tabela 7 – Número de organizações ^(a) por tipo – Quilombolas.	48
Tabela 8 – Número de organizações por tipo – Retireiros e Retireiras do Araguaia.	52
Tabela 9 – Número de comunidades/famílias pantaneiras em Mato Grosso, por município.	53
Tabela 10 – Número de organizações por tipo – Pantaneiros.....	56
Tabela 11 – Nº de comunidades/famílias Morroquianas em Mato Grosso, por município.	57
Tabela 12 – Número de organizações por tipo – Morroquianos.	59
Tabela 13 – Organização sócio-produtiva dos Extrativistas e Seringueiros.....	65
Tabela 14 – Número de organizações por tipo – Extrativistas e Seringueiros.....	66
Tabela 15 – Organizações de pescadores artesanais profissionais em Mato Grosso.	69
Tabela 16 – Número de organizações por tipo – Pescadores.....	70
Tabela 17 – Organização social dos povos de terreiro.....	72
Tabela 18 – Órgãos governamentais de apoio à inclusão sócio-produtiva de PCTs em cadeias agroextrativistas – MT.	79
Tabela 19 – Número de organizações mapeadas por tipo e segmentos de PCTs atendidas.	81
Tabela 20 – Entidades identificadas que trabalham com Povos e Comunidades Tradicionais em MT. ..	82
Tabela 21 – Número de instâncias de governança colegiada por tipo.	84
Tabela 22 – Municípios com o maior número de segmentos de PCTs identificados no diagnóstico...	91
Tabela 23 – Segmentos de PCTs com registro de produção agroextrativista por município.	91
Tabela 24 – Cooperativas que atuam junto a PCTs em Mato Grosso.....	96



Lista de tabelas - Anexos

Tabela 25 – Quilombos certificados em Mato Grosso pela Fundação Cultural Palmares.	109
Tabela 26 – Comunidades quilombolas com processos de identificação e titulação abertos no INCRA. ..	112
Tabela 27 – Produção das comunidades quilombolas segundo relatos durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.	115
Tabela 28 – Comunidades Pantaneiras em Mato Grosso.	116
Tabela 29 – Comunidades Morroquianas por município.	118
Tabela 30 – Presença de Extrativistas em municípios, diversas fontes.	119
Tabela 31 – Comunidades Ribeirinhas em Mato Grosso.	120
Tabela 32 – Produção das comunidades de Pescadores Artesanais e Ribeirinhos relatadas durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.	120
Tabela 33 – Número de DAPs pessoa física por segmento PCT (Quilombola, Extrativista, Pescador), por município (2019).	120
Tabela 34 – Número de famílias no no CadÚnico por segmento PCT, por município (2017).	122



Lista de figuras

Figura 1 – Mapa dos Grupos Sociais de Mato Grosso 2010.....	35
Figura 2 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Quilombolas...	45
Figura 3 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Retireiros & Retireiras.....	51
Figura 4 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Pantaneiros....	55
Figura 5 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Morroquianos. ..	58
Figura 6 – Mapa da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.....	61
Figura 7 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Extrativistas e Seringueiros.....	64
Figura 8 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas – Pescadores e Ribeirinhos. ..	68
Figura 9 – Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Povos de Terreiro.	71
Figura 10 – Distribuição geográfica de Ciganos por município.	73
Figura 11 – Avaliação da qualidade das instâncias de governança colegiada ou participativa dos PCTs em Mato Grosso.....	85
Figura 12 – Distribuição geográfica de segmentos de PCTs no estado de Mato Grosso.....	88
Figura 13 – Número de segmentos de PCTs por município.	89
Figura 14 – Número de municípios por número de segmentos de PCTs identificados no diagnóstico...	90
Figura 15 – Número de municípios com registro de ocorrência de PCTs por segmento e número de municípios com registro de produção por segmento de PCTs.....	93
Figura 16 – Número de municípios com registro de produtos agroextrativistas por segmentos de PCTs..	94
Figura 17 – Número de produtos ou classes de produtos mencionados por segmento de PCTs.	95



Foto • Gabriel Jiménez / Unsplash



1.

Introdução

1.1. O Programa REM MT e a inclusão participativa dos Povos e Comunidades Tradicionais na repartição de benefícios

O Programa REDD Early Movers (REM) no Brasil é um programa financiado pelos governos da Alemanha e Reino Unido que premia o esforço de mitigação das mudanças climáticas através do pagamento por resultados na redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, em territórios que estão implementando o conceito de REDD+ de maneira pioneira. Em Mato Grosso, o Programa REM está dividido em quatro componentes ou subprogramas: i) Fortalecimento Institucional de Políticas Públicas de Combate ao Desmatamento, ii) Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais, iii) Territórios Indígenas e iv) Produção Sustentável, Inovações e Mercados.

Entre 2018 e 2021, os recursos recebidos do REM MT deverão ser distribuídos entre os componentes conforme acordo negociado durante o desenho do programa da seguinte forma: 40% dos recursos serão destinados para o primeiro componente, que recebeu o nome Estratégias de Fortalecimento Institucional de Políticas Públicas de combate ao desmatamento; 60% serão destinados a beneficiários locais que mantêm o estoque e o fluxo de floresta no estado, organizados em três subprogramas (como dito acima), quais sejam Territórios Indígenas (22%), Produção, Inovação e Mercados Sustentáveis (17%), Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de florestas do Cerrado e Pantanal (20%) e Amazônia (41%).

Para a execução do Programa REM é necessário o cumprimento das 7 salvaguardas sociais e ambientais estabelecidas no acordo de Cancun

em 2010 (BONFANTE *et al.* 2010):

1. Políticas e ações que trabalhem junto com o REDD+;
2. Regras claras sobre as responsabilidades de cada participante;
3. Respeito pelo conhecimento e direito de povos e comunidades tradicionais;
4. Garantia de participação plena e efetiva dos povos;
5. Conservação de ambientes naturais, com biodiversidade biológica e modos de vida;
6. Combate à reversão do desmatamento;
7. Combate ao deslocamento do desmatamento.

Ao mesmo tempo, a execução do Programa REM também está vinculada à Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), que a partir da Resolução 09, de 07 de dezembro de 2017 da Comissão Nacional para REDD+ (CONARRED+), adota a interpretação das Salvaguardas de Cancun no contexto brasileiro. Sendo assim, a interpretação brasileira é:

- a. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais;
- b. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- c. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

- d. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais;
- e. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações de REDD+ não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos, e para contribuir para outros benefícios sociais e ambientais;
- f. Ações para abordar os riscos de reversões de resultados de REDD+;
- g. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

O público da agricultura familiar é extremamente diverso e contempla não somente pequenos produtores rurais e assentados, mas também os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), seguindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007) e as diversas políticas estaduais nela lastreadas, como o Plano Estadual de Agricultura Familiar de Mato Grosso, o Plano Estadual de Segurança Alimentar, e o Plano Estadual de Economia Solidária, todos sob a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF).

O subprograma de Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais visa o fortalecimento das cadeias produtivas que valorizam a floresta em pé e das cadeias ligadas à restauração florestal produtiva, assim como na transformação de cadeias produtivas de maior impacto no desmatamento no estado. O intuito final é de contribuir na melhoria da renda da produção sus-

tentável e trazer impactos positivos indiretos. O subprograma de Agricultura familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais possui um foco geográfico amplo, composto por 91 dos 141 Municí-

pios no estado de Mato Grosso, divididos em três biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal). A Tabela 1 traz a lista de municípios por bioma que integram o subprograma:

Tabela 1 • Lista de municípios participantes do subprograma Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais do REM MT, por bioma.

Bioma	Municípios		
Cerrado (28 municípios)	Acorizal Água Boa Bom Jesus do Araguaia Campinápolis Chapada dos Guimarães Cocalinho Cuiabá Jangada Juína	Lucas do Rio Verde Luciara Nobres Nossa Senhora do Livramento Nova Brasilândia Nova Nazaré Nova Xavantina Novo Santo Antônio Planalto da Serra	Ribeirão Cascalheira, Rosário Oeste Salto do Céu Santa Rita do Trivelato Santa Terezinha Serra Nova Dourada Sorriso Tapurah Vale de São Domingos Várzea Grande
Amazônia (54 municípios)	Alta Floresta Alto Boa Vista Apiacás Araputanga Aripuanã Canabrava do Norte Canarana Carlinda Castanheira Claudia Colider Colniza Confresa Cotriguaçu Curvelândia Feliz Natal Figueirópolis D'Oeste Gaúcha do Norte	Gloria D'Oeste Guarantã do Norte Indiava Itaúba Jauru Juruena Lambari D'Oeste Marcelândia Matupá Nova Bandeirantes Nova Canaã do Norte Nova Guarita Nova Monte Verde Nova Santa Helena Nova Ubitatã Novo Mundo Paranaíta Peixoto de Azevedo	Pontes e Larcerda Porto Alegre do Norte Porto Esperidião Querência Reserva do Cabaçal Rio Branco Rondolândia Santa Carmem Santa Cruz do Xingu São Félix do Araguaia São Jose dos Quatro Marcos Sinop Terra Nova do Norte União do Sul Vera Vila Rica
Cerrado e Amazônia (2 municípios)	Ipiranga do Norte Nova Mutum		
Pantanal (4 municípios)	Barão de Melgaço Poconé	Santo Antônio do Leverger Cáceres	

Fonte: Dados oficiais do Grupo de Coordenação do P-REM.

O desenho de políticas públicas ou privadas para esses grupos beneficiários do Subprograma Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais constitui um grande desafio, uma vez que há poucos dados disponíveis sobre esses segmentos sociais. O diagnóstico da agricultura familiar em Mato Grosso conduzido pela SEAF com apoio do IPAM em 2016, indicou que os dados específicos da agricultura familiar (incluindo todos os segmentos previstos no Decreto 6.040/2007, entre eles PCTs e indígenas) – demografia, distribuição no território, produção, comercialização, organização social, entre outros – são poucos, de abrangência territorial parcial, sem atualização sistemática e no geral frequentemente imprecisos. Se os dados de produção, comercialização e formas de organização social da agricultura familiar em geral são frágeis, é praticamente inexistente o recorte para PCTs nos dados existentes. Há, no entanto, forte percepção de que a inclusão desses segmentos sociais em políticas públicas é baixo, mesmo aquelas desenhadas com objetivo explícito de atendê-los.

Entre 2008 e 2010, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte GPEA/UFMT realizou um mapeamento dos grupos sociais em Mato Grosso, incluindo PCTs (SILVA e SATO 2012). O mapeamento avançou na identificação da diversidade de grupos, no conhecimento de sua origem, sua relação tradicional com os territórios e/ou recursos naturais onde vivem e na localização de vários deles. Porém, o mapeamento não abordou de forma detalhada sua participação na agricultura familiar.

O Censo Agropecuário 2017 permitiu a identificação e localização de povos e comunidades tradicionais que têm o agroextrativismo ou a agropecuária como atividades produtivas, entretanto

ainda são necessários estudos sobre essas populações e sistematização de dados por áreas e de produção nas terras e/ou aldeias indígenas, territórios quilombolas e Unidades de Conservação. Nesse sentido, apesar do importante avanço representado pelo Censo Agropecuário 2017 perante o de 2006, os dados quanto à produção oriunda de territórios indígenas e PCTs ainda são frágeis.

Este documento pretende mostrar um levantamento de informações referentes a políticas, programas e iniciativas que abrangem o público específico de PCTs. Igualmente pretende trazer um diagnóstico dos PCTs identificados nos territórios mapeados e sua atuação na agricultura familiar, buscando especialmente identificar o tamanho e distribuição desses segmentos, sua participação em cadeias agroextrativistas que contribuam para a manutenção da floresta em pé no estado, e suas formas de organização sócio-produtiva, com o objetivo de contribuir para o planejamento direcionado à inclusão justa e participativa de PCTs no Programa REM.

As considerações deste documento foram elaboradas por meio de consultas a dados secundários, de entrevistas com lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) localizadas em diversas regiões do estado, e por meio de uma oficina de ajuste e complementação de dados que contou com a presença de mais de 90 representantes de PCTs, colaboradores de órgãos estaduais e federais, e colaboradores de organizações não governamentais que atuam junto a PCTs no estado.

A despeito do esforço feito, o diagnóstico é necessariamente limitado pela carência de informações sobre PCTs no estado. Isso se tornará evidente ao longo da leitura, já que para muitos grupos sociais a informação disponível era pouca

e por vezes contraditória, mesmo informações oficiais como as disponíveis na Fundação Cultural Palmares e no INCRA relativas aos quilombolas. Assim sendo, a inclusão participativa de PCTs na repartição de benefícios do programa REM MT deve ser vista como um processo de descoberta e construção, onde o diagnóstico e suas etapas representam um referencial inicial para a elaboração de estratégias que ampliem progressivamente o conhecimento sobre os PCTs em Mato Grosso, fortalecendo sua capacidade sócio-organizativa, e avançando no diálogo entre PCTs e instâncias de gestão do REM MT para gerar, como resultado a ampla e efetiva inclusão participativa desses segmentos sociais no programa que os têm como beneficiários.

Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do IPAM.

1.2. Organização do texto

O presente documento está organizado em sete partes e anexos, sendo esta Introdução a primeira parte. A segunda parte traz a metodologia, que descreve rapidamente as três formas de coleta de dados utilizadas para construção do diagnóstico – pesquisa documental, entrevistas e oficina participativa de ajuste dos dados iniciais. Também apresenta de forma sintética algumas das fontes de dados documentais cujos dados são utilizados amplamente ao longo do texto, como DAP e CadÚnico, entre outros.


A terceira parte do documento apresenta de forma sintética um panorama dos marcos legais relativos ao reconhecimento, diretos e inclusão socioeconômica dos Povos e Comunidades Tradicionais em políticas nacionais e estaduais. O obje-

tivo desta seção é localizar os leitores e leitoras do diagnóstico quanto às principais referências legais que norteiam a atuação do governo estadual, em específico da SEAF, co-gestora dos subprogramas de agricultura familiar do REM MT. O diagnóstico não pretende fazer uma análise da adequação e estado de implementação destes marcos legais. Os links de acesso às peças legislativas mencionadas foram incluídos como notas de rodapé para facilitar sua consulta em detalhe.

A quarta parte do documento traz os dados levantados sobre os segmentos de PCTs no estado para os quais conseguimos informações suficientes para alimentar o diagnóstico. Procuramos prover informações sobre alguns temas centrais para o planejamento da inclusão participativa dos PCTs no REM: origem e relação com o território; comunidades, população e distribuição territorial; produção agroextrativista; e organização sócio-produtiva. Devido à existência bastante desigual de informações para os diferentes segmentos, há uma certa variação na estrutura de tópicos de cada subseção. A apresentação dos segmentos segue aproximadamente uma ordem decrescente de volume e detalhamento de informações.

Os seguintes segmentos são trabalhados na seção 4: Quilombolas; Retireiros e Retireiras do Araguaia; Pantaneiros; Morroquianos; Extrativistas (e Seringueiros); Ribeirinhos e Pescadores Artesanais; Povos de Terreiro (e Raizeiras); e Ciganos.

A quinta seção do diagnóstico aborda o contexto de apoio organizacional aos PCTs, trazendo informações sobre as entidades que prestam apoio aos segmentos, sejam governamentais ou não governamentais. A sexta seção faz uma síntese da distribuição territorial de PCTs e sua produção agroextrativista no estado. A sétima seção



traz, a título de conclusão, recomendações para o aprofundamento do conhecimento sobre os PCTs em Mato Grosso e para promover sua inclusão participativa e efetiva no REM MT.

O documento se encerra com a lista de referências citadas e uma série de anexos com de-

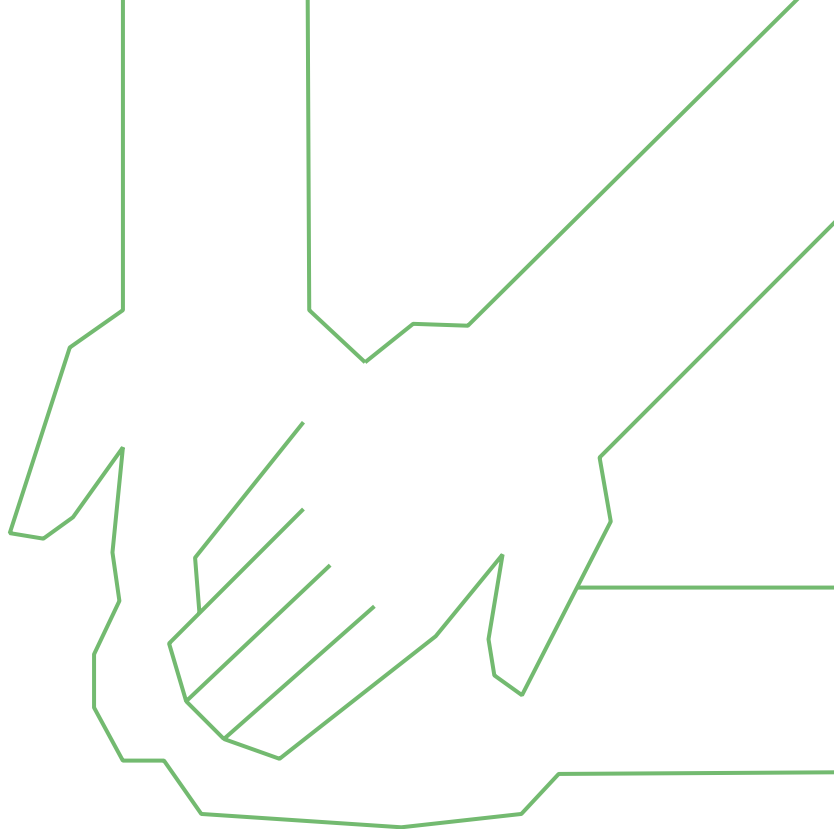
talhamento de dados apresentados ao longo do documento. Um dos anexos mais relevantes é o relatório da oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos” (TRICAUD 2020), realizada em Cuiabá, dias 5 e 6 de fevereiro de 2020.



Foto • Andrés Pasquis - Centro Burnier / Flickr - CC 2.0

2.

Metodologia



2.1. Etapas do diagnóstico

Para a composição do diagnóstico foi usada uma combinação sequencial de métodos. Primeiro, entre agosto e dezembro de 2019 foi realizado um levantamento de dados secundários junto a fontes governamentais, não governamentais e científicas. Nessa etapa, levantamos informações sobre os marcos legais relativos ao reconhecimento, direitos e inclusão sócio-produtiva de PCTs no Brasil e especialmente no estado de Mato Grosso. Também foram consultados documentos relativos a políticas públicas federais e estaduais diretamente relacionadas aos PCTs enquanto segmento da agricultura familiar. Esses dados estão capturados na próxima seção.

Para o levantamento de informações a respeito dos segmentos específicos de PCTs em Mato Grosso a principal fonte inicial de infor-

mações foi o estudo realizado pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte GPEA/UFMT, entre 2008 e 2010 (SILVA e SATO 2012). Em seguida foi feita uma pesquisa bibliográfica para levantar informações a respeito dos segmentos de PCTs identificados no estudo. A partir daí, foi feita pesquisa bibliográfica tentando aprofundar as informações sobre os principais grupos identificados como PCTs no estado, fora os indígenas, tendo em vista que o programa REM MT tem um subprograma específico para a inclusão participativa de povos indígenas. Apesar de vários estudos terem sido localizados, para vários segmentos de PCTs foram encontradas poucas fontes.

Em paralelo ao levantamento documental de fontes secundárias e científicas, entre Setembro e Dezembro de 2019 foram realizadas entrevistas com representantes de vários segmentos de

PCTs no estado e de instituições que atuam no estado em parceria ou apoio a PCTs. Ao todo foram entrevistadas 27 pessoas. As perguntas foram abertas (ou seja, respostas livres) e o questionário semi-estruturado, tendo por objetivo (i) aprofundar as informações coletadas na primeira fase do diagnóstico, (ii) identificar o grau de conhecimento entre as pessoas entrevistadas em relação ao REM MT e (iii) identificar representantes de PCTs e outras organizações de apoio para participar da oficina participativa de ajuste e complementação dos dados coletados no levantamento de fontes secundárias e durante as entrevistas. O questionário utilizado e a lista de pessoas entrevistadas e instituições que representavam estão no Anexo 2 deste documento. As informações coletadas foram tratadas de forma qualitativa apenas e permeiam todas as seções do diagnóstico.

Com base nos materiais e dados coletados nas duas primeiras etapas, foi elaborada uma versão preliminar do diagnóstico, com o objetivo de apresentar os resultados já obtidos durante uma oficina com representação dos diversos segmentos de PCTs e das organizações de apoio no estado. Esta versão preliminar subsidiou a construção do fio lógico para a oficina (TRICAUD, 2020) e foi a primeira versão deste documento ora apresentado.

A última etapa do processo de elaboração do diagnóstico foi a realização em Cuiabá, nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2020, da primeira oficina de inclusão participativa dos PCTs no REM MT, intitulada “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos”, doravante referida apenas como Oficina de fevereiro de 2020 ou ainda Oficina. A Oficina tinha como objetivo

principal *“Iniciar o processo de inclusão participativa dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) de Mato Grosso no Programa REDD+ Early Movers – REM MT”*, e seus objetivos específicos:

- Levantar e validar dados e informações dos PCTs no Estado: caracterização, localização, produção, organização etc., completando assim o diagnóstico de dados secundários realizado em 2019;
- Compartilhar informações sobre o Programa REM – seu objetivo, funcionamento e estrutura – e esclarecer dúvidas;
- Definir um canal de comunicação para a construção de uma governança inclusiva e participativa dos PCTs no Programa REM MT.

Participaram ao todo 148 pessoas, sendo 97 PCTs, uma indígena, três agricultores(as) familiares, 16 representantes dos órgãos de Governo, 18 representantes de órgãos de representação do Governo (conselhos e comitês federais e estaduais), dois assessores de deputados estaduais, 10 representantes de ONGs, cinco membros de universidades, e 12 membros da equipe de organização do evento. Entre os PCTs presentes estavam:

- 1 Artesã
- 2 Ciganos
- 5 Extrativistas da Reserva Extrativista (Resex) Guariba-Roosevelt
- 10 Morroquianos/as
- 4 Pantaneiros/as
- 7 Pescadores/as
- 6 representantes de Povos de Terreiros
- 55 Quilombolas
- 7 Retireiros/as do Araguaia

Como a oficina foi uma etapa do processo de elaboração do diagnóstico, seu relatório final (TRICAUD 2020) faz parte deste documento, como Anexo 3.

Dada a diversidade de fontes de informações e a desigualdade em quantidade e diversidade de informações para os diferentes segmentos, não é surpresa afirmarmos que encontramos algumas contradições nos dados compilados. No geral, buscamos privilegiar os dados coletados durante a oficina, não só porque foram contribuições diretas e presenciais dos PCTs, como também por serem mais atualizados. No entanto, na maior parte das vezes foi preciso trazer todas as fontes de informação para gerar um quadro mínimo a respeito dos segmentos de PCTs nos temas abordados no diagnóstico.

O caso dos quilombolas se distingue dos demais devido à existência de dados oficiais em decorrência da regulamentação do processo de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas. Além disso, o número de comunidades quilombolas no estado é grande e nem todas estavam representadas na oficina, o que tornou a resolução de contradições mais difícil. Ao final, no caso dos quilombolas buscamos mostrar todos os dados, dando destaque à fonte que considerávamos mais confiável para cada aspecto do diagnóstico, indicando sempre quando havia outra informação ao menos parcialmente contraditória ao detalhado.

2.2. Dados oficiais sobre PCTs: DAP e CadÚnico

Devido à carência de informações quantitativas consolidadas sobre a presença de PCTs nos municípios de Mato Grosso, foram consultados dois registros nacionais que coletam informação sobre a autoidentificação como membro de PCT junto a

famílias que participam de programas de transferência de renda ou indivíduos com perfil da agricultura familiar – respectivamente, o CadÚnico e a DAP de pessoa física.

Essas fontes de dados são problemáticas para estimativa de população total de PCTs e sua distribuição no território por três razões, válidas para ambos os casos. Primeiro, os dados são **incompletos** porque, necessariamente, são contabilizadas apenas famílias ou indivíduos que fazem o cadastro na base específica. Segundo, os registros **subestimam** o tamanho da população dos segmentos de PCTs porque a identificação no formulário de pertencimento a um segmento PCT é opcional e muitas vezes os cadastrantes nem estão cientes da possibilidade de fazer esse registro (quando o formulário de cadastramento é lido por uma terceira pessoa). Terceiro, os dados **não corrigem a invisibilização** estrutural de todos os segmentos de PCTs, pois nem todos estão disponíveis como opções nos formulários de cadastramento. É o caso dos Retireiros e Retireiras do Araguaia, que não constam de nenhuma destas bases.

A despeito dessas sérias limitações, estas fontes são utilizadas para estimar população dos segmentos de PCTs para os quais existe o registro porque em alguns casos são a única informação disponível. Além disso, ambos os cadastros coletam dados por município no estado inteiro, podendo funcionar como indicador de uma presença mais significativa e ainda não mapeada destes grupos em um determinado município.

Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)

é o canal de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Funciona como um documento que valida dados pessoais do dono da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. São beneficiários do DAP agricultores familiares, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A emissão de DAP no estado de Mato Grosso fica a cargo principalmente da EMPAER, mas também de sindicatos rurais, os quais são credenciados e regulamentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Não existe DAP diferenciada para PCTs. As categorias existentes são: principal, jurídica, jovem e mulher. No entanto, existe a diferenciação de categorias dentro da DAP, incluindo espaço para inserir a informação relacionada a qual segmento de PCT o cadastrante faz parte. Entretanto, esse registro é opcional e depende da ação do técnico que está fazendo o cadastramento de perguntar ao cadastrante se ele(a) faz parte de algum segmento PCT disponível no formulário, o que não ocorre sistematicamente.

Segundo dados do MAPA, em 2019 no estado de Mato Grosso havia 28.524 cadastros de DAP Principal, ou seja mais de 99,5% de todas as 28.654 DAPs pessoa física registradas no estado. Havia ainda 136 DAPs de categoria quilombola em cinco municípios, 114 DAPs de categoria extrativista em 16 municípios e 308 DAPs de categoria pescador em 39 municípios².

Em complemento aos dados oficiais do MAPA, também foram coletadas informações de DAP categoria pessoa jurídica na base de dados Instituto de Conexões Sustentáveis – Conexsus³, que realizou mapeamento voluntário de organizações comunitárias em todo Brasil e possui banco de dados aberto. Com base nesses dados, oito instituições de diferentes segmentos de PCTs alegaram não possuir DAP, e outros nove alegaram possuir ou estarem regulares com a DAP. Em relação aos dados da Conexsus, é importante lembrar que o cadastramento na base de dados foi feito durante um período limitado e voluntariamente, sofrendo as mesmas limitações apontadas para a DAP em geral.

CadÚnico

O CadÚnico ou Cadastro Único, instituído pelo decreto de nº 3.877 de julho de 2001 e regulamentado pelo decreto nº 6.135 de junho de 2007, funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. É uma ferramenta que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, sendo o principal instrumento do estado brasileiro para seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, estaduais e municipais de transferência de renda. A execução é de responsabilidade compartilhada entre todos os entes federados. No âmbito federal o gestor responsável é o Ministério da Cidadania, sendo a Caixa Econômica Federal é o agente operador.

Segundo dados do CadÚnico de 2017, Mato Grosso tinha 16.849 famílias registradas, sendo 3.672 autoidentificadas como pertencentes a co-

² Lista completa disponível na Tabela 8 do Anexo 1.

³ <https://www.conexsus.org/>.

munidades tradicionais: 28 famílias ciganas, 209 famílias extrativistas, 1.192 famílias de pescadores artesanais, 30 famílias de comunidades de terreiro, 240 famílias ribeirinhas e 1.973 famílias quilombolas⁴.

2.3. Dados sobre produção agroextrativista de PCTs

Não há fonte oficial de dados de produção agroextrativista para PCTs. Essa mesma dificuldade foi enfrentada durante o diagnóstico da agricultura familiar do estado, em subsídio à elaboração do Plano Estadual de Agricultura Familiar de Mato Grosso – PEAFF MT (SEAF - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS 2017). Uma aproximação para os produtos extrativistas e da silvicultura seria o rela-

tório Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS⁵, produzido pelo IBGE, mas não há identificação dos segmentos responsáveis pela produção, nem se pode inferir que a pesquisa relata apenas produção da agricultura familiar. Os relatórios anuais do IBGE relativos à produção agrícola (Produção Agrícola Municipal – PAM⁶) e à produção animal (Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM⁷) não permitem qualquer aproximação ou inferência quanto aos segmentos produtivos envolvidos.

Assim, para o diagnóstico dos PCTs os dados relativos à produção agroextrativista foram coletados principalmente durante as entrevistas e a Oficina de fevereiro de 2020. Em alguns casos foram encontradas referências a práticas produtivas de alguns segmentos durante o levantamento documental, que foram subsequentemente revisadas e validadas durante a Oficina.

4 Lista completa disponível na Tabela 9 do Anexo 1.

5 <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2018>.

6 <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>.

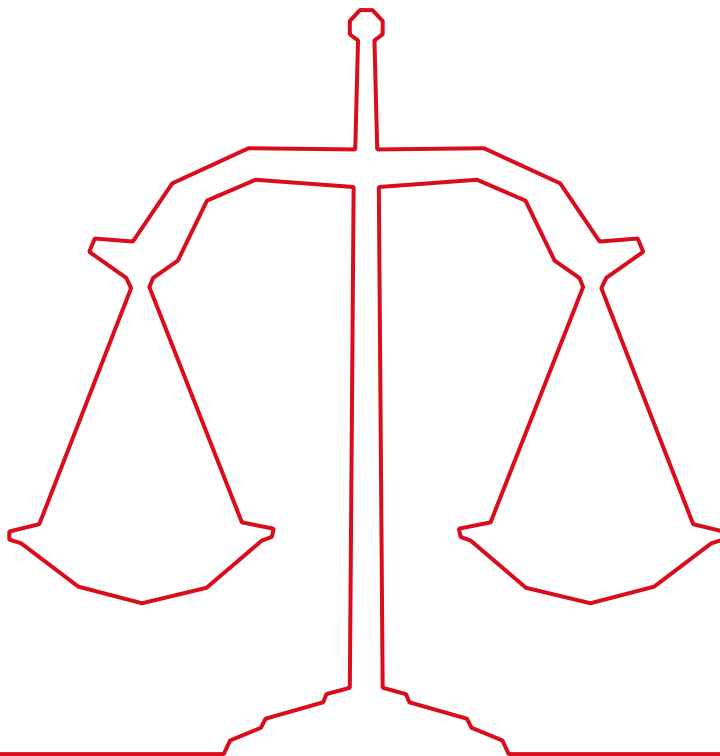
7 <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2018>.

Foto • Giovanna Colombi / Wikimedia Commons - CC 4.0



3.

Legislação



3.1. Direitos reconhecidos no Brasil do âmbito internacional

No âmbito internacional, o principal marco de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais é justamente através do Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004⁸, que promulga a Convenção Nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que se refere ao acolhimento pelo Estado brasileiro dos direitos reconhecidos internacionalmente, o reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais entrelaçam-se ao reconhecimento de sua atuação conservacionista em relação ao meio ambiente.

Durante a Rio-92 que foram firmados acordos que mencionaram os povos e comunidades tradi-

cionais e as áreas de preservação, entre eles a Convenção da Diversidade Biológica (CDB)⁹, no preâmbulo e no artigo 8º (especialmente na letra j); a Agenda 21, no capítulo 26; a Declaração do Rio, no Princípio 22 (UN, 1992a, 1992b, 1992c). Nesses documentos se ressalta: a relação entre o modo de vida e o ambiente; o papel dos conhecimentos tradicionais para a conservação e a desejável repartição de benefícios oriundos destes; o reconhecimento de suas identidades, cultura e direitos pelos Estados; a permissão à efetiva participação no alcance do desenvolvimento sustentável.

Nesta época, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho já havia entrado em vigor na área internacional, mas para o Brasil isso ocorre apenas em 2003, após a ratificação

8 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm

9 http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/decreto_cdb.pdf

do instrumento pelo Governo brasileiro junto ao Diretor Executivo da OIT. Já a Convenção sobre a Diversidade Biológica passa a vigorar em 1994, e reconhece a interdependência dos povos e comunidades tradicionais e os recursos biológicos, assinalando também as inovações e práticas relevantes desses povos para a conservação da diversidade biológica, por meio do uso sustentável do ambiente.

No que se refere à relação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e o reconhecimento da diversidade cultural, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural¹⁰, de 2001, que defende o respeito à diversidade cultural como respeito à dignidade humana, e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em 2005 e ratificada em 2007 pelo Estado brasileiro, que reafirma a importância do respeito à diversidade cultural, partindo do princípio do reconhecimento da igual dignidade e respeito por todas as culturas.

O avanço mais recente, no âmbito internacional, do reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais que estão no campo: a Declaração dos Direitos dos Camponeses e Trabalhadores de zonas rurais¹¹. Ela obriga aos estados membros a prover e resolver os vazios de instituições e serviços básicos que historicamente padeceu o campo¹². Participou da sua elaboração o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, do Brasil, complementando o conceito de direitos coletivos.

A despeito dos avanços do reconhecimento do Estado brasileiro por meio dos aparatos legais supracitados, cabe ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) fiscalizar e monitorar as políticas públicas de direitos humanos, bem como sugerir e recomendar diretrizes para a sua efetivação, considerando direitos humanos sob a proteção do CNDH os direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivos ou sociais previstos na Constituição Federal ou nos tratados e atos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil. Para tanto, torna-se importante o diálogo com os povos e comunidades tradicionais, além das organizações da sociedade civil, para a avaliação da ação do Estado.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 é o principal marco legal dos direitos indígenas e quilombolas. Inaugurou uma nova era de cidadania porque firmou na legislação nacional o respeito às coletividades indígenas como sujeitos culturalmente diferenciados – sujeitos com direito à terra, educação e seguridade social que respeitem suas diferenças. E com relação aos territórios quilombolas, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”.

Os indígenas são reconhecidos como cidadãos plenos, mas com alguns direitos específicos. Isso quer dizer que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e ao mesmo tempo reconhe-

10 http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf

11 <https://undocs.org/es/A/C.3/73/L.30>

12 <https://semanarural.com/web/articulo/consejo-de-derechos-humanos-de-la-onu-aprueba-declaracion-de-derechos-de-los-campesinos-y-trabajadores-de-zonas-rurales/648>

cer “o direito de todos os povos a serem diferentes, a se considerarem diferentes e a serem respeitados como tais”. Devemos respeitar sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (Artigo 231 – CF/88).

Dessa forma, a ordem constitucional vigente se insere no contexto de reconhecimento do multiculturalismo e lança-se na difícil tarefa de buscar proteger todos os processos acumulativos dos diferentes grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória que formam o patrimônio cultural brasileiro.

A primeira regulamentação infraconstitucional referente veio com o Decreto de 27 de dezembro de 2004¹³. Revisto e revogado esse Decreto foi substituído pelo Decreto 13 de julho de 2006¹⁴ resultado do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituindo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

A par de uma malha normativa internacional e do conjunto de regras, preceitos e princípios constitucionais já mencionados, no campo legislativo em sentido estrito, merece destaque o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹⁵, coordenada pela comissão nacional, preconizando que os territórios tradicionais são espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, utilizados de forma permanente ou temporária. Estabelece como

objetivo geral o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Tem como objetivos específicos:

- A garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica (inciso I do artigo 3º);
- A solução e/ou minimização dos conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em seus territórios tradicionais e o estímulo à criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (inciso II do artigo 3º);
- Garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos: inciso IV do artigo 3º.

Outro passo importante na construção das políticas públicas de inclusão social das comunidades tradicionais veio com a Lei 10. 558 de 13 de novembro de 2002¹⁶, a qual cria o Programa Diversidade na Universidade. O programa tem o intuito de implementar e avaliar estratégias para a promoção de acesso ao ensino superior dos grupos historicamente de desfavorecidos, especialmente aos afrodescendentes e indígenas brasileiros.

13 http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Decreto_revogado_27_12_2004.pdf

14 http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Decreto_14_07_2006.pdf

15 [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Decreto_6040_2007\(2\).pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Decreto_6040_2007(2).pdf)

16 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10558.htm

3.2. Direitos reconhecidos em Mato Grosso do âmbito estadual

Na Constituição Estadual de Mato Grosso, promulgada em 1989 e atualizada em 2019, traz em vários parágrafos a citação sobre os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. O artigo 248 garante o reconhecimento e afirmação da pluralidade cultural e respectivas manifestações de todos os grupos de PCTs, e nos artigos 247, 249, 256 trazem o dever do Estado em garantir, apoiar e incentivar a promoção das ações de manifestações culturais e a realização de eventos turísticos e culturais tradicionais.

No artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias trata sobre os títulos definitivos relativos às terras dos remanescentes das comunidades negras rurais que estejam ocupando suas terras há mais de meio século, onde determina que o Estado deve emitir os referidos títulos no prazo de um ano, contando com a promulgação da constituição.

É nos artigos 225 e 263, que aparecem a questão ambiental, onde *“todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”* e, segundo o parágrafo IV, cabe ao Estado *“Exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, garantir a participação da comunidade mediante audiências públicas e de seus representantes em todas as fases”*.

As nomenclaturas utilizadas pelo Estado de Mato Grosso para denominar os PCTs foram diversas, mas alguns segmentos foram citados em específico como os “extrativistas”, “pescadores ar-

tesanais”, “povos indígenas” e “remanescentes de quilombolas”. Os seringueiros possuem uma única lei estadual (Lei nº 417 de 1955), instituída antes da constituição estadual. A Lei nº 417/1955 *“considera isenta de imposto vendas e consignações as operações de fornecimento de mercadorias efetuadas entre seringueiros”*.

Vale ressaltar que um dos marcos na legislação para PCTs foi em novembro de 2002, onde o governo de Mato Grosso, através da Lei Estadual nº 7.775, instituiu o Programa de Resgate Histórico e Valorização das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Mato Grosso.

O artigo 2 da lei citada acima ainda afirma que *“O Estado, a partir do levantamento histórico e cultural dessas comunidades, incluirá no currículo escolar obrigatório de Mato Grosso o estudo da história dos quilombos em Mato Grosso e das suas características culturais”*. De acordo com a Lei Estadual nº 7.970 de outubro de 2003, a Lei nº 7.775/2002 *“atende tanto as comunidades negras rurais formadas no período escravista quanto as formadas até 50 (cinquenta) anos após a abolição da escravidão”*.

Em outubro de 2006, através do Decreto nº 8.188, o Estado regulamenta a Gestão Florestal em Mato Grosso, onde no capítulo relativo à proteção florestal o artigo sexto declara que *“Na Floresta Estadual será admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, desde que o uso dos recursos naturais se dê em consonância com os objetivos da área protegida, podendo também ser autorizado o manejo da área pelos proprietários, enquanto não concretizada sua desapropriação”*.

A Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado de Mato Grosso foi instituída em julho de 2012, através da Lei nº 9.796, a qual tem por finalidade *“a agregação de valor, o incremento à gera-*

ção de trabalho e renda e a busca da segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis”. Essa política declara entre seus beneficiários os extrativistas e pescadores artesanais.

Em julho de 2013, a Lei n° 9.958, que instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – PEATER e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – PROATER, estabelece como produção familiar *“atividades produtivas rurais realizadas com objetivo de geração de renda e/ou soberania alimentar e nutricional, com mão-de-obra predominantemente familiar de pequenos agricultores, agroextrativistas, colonos, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, indígenas, assentados da reforma agrária e de programa de crédito fundiário, meeiros, posseiros, quilombolas e outras populações e comunidades tradicionais do campo.”*

O artigo 23 da Lei n° 10.242, de dezembro de 2014, que institui a Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de Mato Grosso - TFAMT, correspondente ao exercício regular para *“controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais”*, determina que são isentos do pagamento da TFAMT *“aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais”*.

Em 2015, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF) é criada como estratégia do Estado de Mato Grosso para o desenvolvimento rural sustentável dos segmentos da agricultura familiar e PCTs, tornando-se a principal interlocutora do Estado junto a eles.

Vale ressaltar que em 2015 a Câmara Técnica de Produtos Extrativistas e da Sociobiodiversidade, criada em 2009 pelo Governo do Estado no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Agrícola (CDA) foi transferida, para o Conselho Es-

tadual de Desenvolvimento Rural (CEDRS), com o objetivo de desenvolver ações integradas para promoção da exploração ordenada de produtos da sociobiodiversidade e não-madeireiros, tais como castanha-do-brasil, pequi, cumbaru, babaçu, óleo de copaíba e outros.

E com o intuito de coordenar a elaboração e implementação da Política e do Plano Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Decreto n° 466 de março de 2016, institui o Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso (CEPCT/MT) como instância deliberativa secretariada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).

Fazem parte da CEPCT/MT diversas secretarias estaduais e representantes dos segmentos Quilombolas, Ribeirinhos, Umbandistas, Candomblé, Pantaneiros, Capoeiras, Indígenas, Seringueiros, Raizeiros, Povos Ciganos, Benzedei-ras, Parteiras, Retireiros do Araguaia, Artesões e Danças Tradicionais.

Outros espaços de participação dentro do governo estadual também agregam Povos e Comunidades Tradicionais, como o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR). Criado através de decreto em 1988, mas regulamentado e alterado apenas em 2007, através da lei 8.674, o CEPIR é um órgão colegiado e deliberativo, associado à SEJUDH, constituindo espaço propício e aberto à participação de associações e organizações quilombolas.

Outros dois espaços de participação de PCTs em Mato Grosso são secretariados pela SEAF. O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), criado através da Lei n° 10.643/2017 com objetivo de assessorar, avaliar e propor políticas públicas ligadas à agricultura

familiar, tem como parte dos integrantes representativos da sociedade civil a Federação Estadual Quilombola. Já o Conselho de Segurança Alimentar do Estado de Mato Grosso – CONSEA/MT, instituído pela Lei nº 7.902/2003, é um órgão colegiado de caráter consultivo com objetivo de propor diretrizes para políticas, programas e ações que garantam o direito à alimentação e nutrição de cada cidadão, no qual instituições quilombolas e indígenas têm assento obrigatório.

A Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar instituída pela Lei nº 10.516 em fevereiro de 2017, inclui a garantia de apoio institucional ao atendimento prioritário e diferenciado ao agricultor familiar, aos povos e comunidades tradicionais, bem como aos beneficiários dos programas de reforma agrária, com a previsão de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e de qualidade, para a agricultura familiar e para os povos e comunidades tradicionais, considerando a diversidade ambiental, social, cultural e econômica da agricultura familiar e por povos e comunidades tradicionais.

Foi em agosto de 2017, que a Lei nº 10.590, dispôs sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças, considerando os conhecimentos tradicionais, estabelecendo previsão de auxílio às iniciativas de assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e agricultores familiares no alcance de recursos existentes no âmbito federal.

E recentemente, em fevereiro de 2019, que os Quilombolas buscaram o direito a criação de um selo de produtos de origem quilombola no âmbito estadual, através da Lei Estadual nº 10.837.

No entanto, a lei não foi regulamentada devido ao entendimento do Estado quanto à efetividade de um selo estadual, uma vez que já existe o Selo Quilombos do Brasil, instituído no âmbito federal, através do SEPP/PR e MDA pela Portaria Interministerial nº 5, de novembro de 2012.

3.3. Principais planos, programas e projetos governamentais com ações voltadas aos PCTs de Mato Grosso

Plano Estadual de Agricultura Familiar (PEAF MT)

Criado em 2017, o PEAF MT¹⁷ norteará as ações do governo mato-grossense no segmento da agricultura familiar até o ano de 2030, devendo ser reavaliado a cada quatro anos. Adota o conceito legal utilizado pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que define os PCTs como “(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O PEAF MT é dividido em cinco eixos estratégicos temáticos: *Produção Sustentável; Agregação de Valor e Comercialização; Regularização Ambiental e Fundiária; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); e Governança e Controle Social.*

17 (SEAF - SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA FAMILIAR E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS 2017).

Transversalmente a esses eixos, diversas temáticas são tratadas, entre elas Povos e Comunidades Tradicionais.

O PEAf MT é importante instrumento que reconhece a importância de atores sociais como quilombolas, indígenas, seringueiros, pantaneiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros presentes no Estado de Mato Grosso no âmbito da construção de políticas públicas estaduais e reconhece ainda que populações cujos modos de vida e produção não se enquadram estritamente na unidade familiar e estabelecimento de posse ou propriedade familiar têm dificuldade em se enxergarem como agricultores familiares; este é o caso por exemplo, de muitas etnias indígenas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF), através do PEAf é a principal interlocutora do Estado de Mato Grosso para questões relativas à Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais, fortalecendo assim o reconhecimento institucional deste segmento ao assumir o protagonismo na elaboração de políticas públicas para os mesmos.

Plano Estadual de Economia Solidária

O Plano Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso (PEES) foi aprovado pelo Conselho Estadual de Economia Solidária (CESOL/MT), resultado do diálogo entre a sociedade civil organizada, movimentos sociais representativos e órgãos governamentais, através de conferências nacionais e estaduais. O plano tem o compromisso de incentivar ações que possam assegurar o desenvolvimento econômico sustentável no campo e na cidade, fortalecendo os empreendimentos econômicos solidários das atividades artesanais com a estrutu-

ração dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários, além de agregar valor à produção e apoiar para o aumento da renda dos agricultores familiares.

O plano estabelece os Povos e Comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, e outros.) como sujeitos da Política Pública de Economia Solidária. De acordo com o levantamento de análise de conjuntura e cenário que direcionou as estratégias do Plano, é considerado como oportunidade a *“Promoção do diálogo com jovens, mulheres, assentamentos, agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, além da [sua] inserção nos programas sociais existentes.”*

O eixo de Produção, Comercialização e Consumo estabelece como um de seus objetivos *“Fortalecer os empreendimentos econômicos solidários de Povos e Comunidades Tradicionais”*, destacando a necessidade de criação e implementação de diagnósticos, criação de planos de produção e comercialização territoriais e pesquisas de mercado, com intuito de permitir o acesso ao financiamento público para investimentos em capacitações específicas, que orientem e permitam o beneficiamento da produção com agregação de valor.

Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional

O Conselho de Segurança Alimentar do Estado de Mato Grosso – CONSEA/MT, criado através da Lei nº 7.902, de junho de 2003, é responsável pela formulação do Plano Estadual de Segurança Alimentar, podendo este ser um espaço para participação dos PCTs. A elaboração do Plano ainda não foi iniciada; existe um recurso do governo federal em convênio com a Secretaria de Estado de Assis-

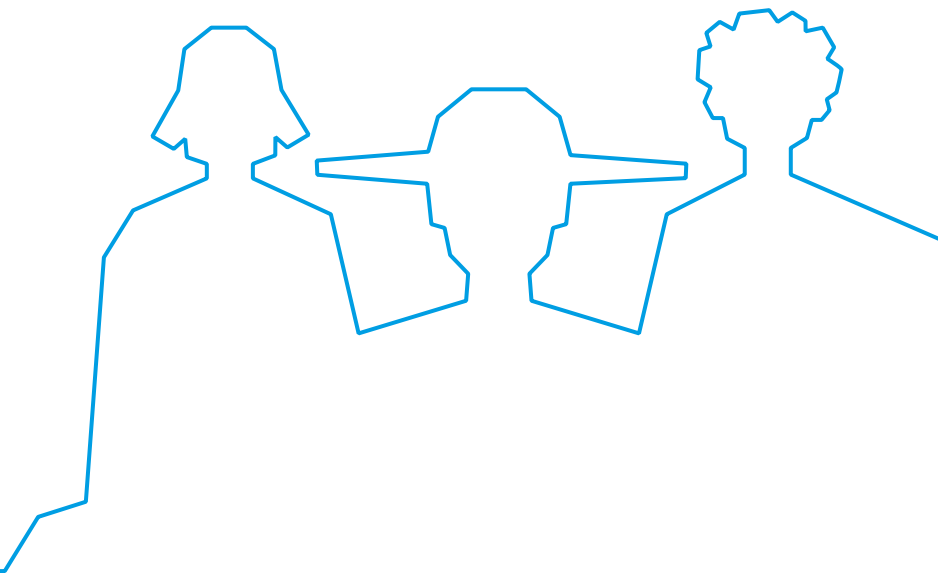
tência Social e Cidadania (SETASC) para elaboração do plano, entretanto no momento o processo está parado devido à mudança de governo.

Este plano é citado aqui como um instrumento importante na identificação e visibilidade à diversidade dos povos e comunidades tradicionais,

promovendo a inclusão produtiva dos Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural e um olhar diferenciado para elaboração e implementação de políticas públicas específicas, focando o combate a insegurança alimentar e nutricional para estas populações.



4.



Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso

4.1. Panorama de grupos sociais e PCTs em Mato Grosso

O final da década de 1980 foi um período de mudanças no exercício político dos conflitos sociais da área rural, durante o qual se iniciou o fortalecimento e objetivação, a partir de movimentos sociais, das reivindicações de uma variedade de grupos sociais denominados ou autodenominados “populações tradicionais” ou “povos e comunidades tradicionais”. No entanto, somente no início dos anos 1990 é que esses termos se tornam populares através da consolidação da questão ambiental.

Os referidos termos e suas denominações surgiram em dois campos diferenciados, porém interligados: o campo ambiental e o campo de lutas por direitos culturais e territoriais de conjuntos étnicos. No contexto de expansão da agropecuária por meio do avanço em florestas e terras da União,

esses termos surgiram para abranger grupos sociais que já viviam nestas áreas e se mobilizaram para defender seus territórios. Esse processo se deu pela necessidade dos ambientalistas em lidar com os grupos sociais habitantes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral (ou torná-los “legíveis” para o Estado - SCOTT 1998), mas também levou à aproximação entre os socioambientalistas e os grupos que historicamente demonstraram formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais (LITTLE 2003).

Estão compreendidos nesses termos quilombolas, povos indígenas, populações agroextrativistas (seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu), grupos associados aos rios ou mar (ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros), grupos vinculados a ecossistemas (pantaneiros, catinqueiros, vazanteiros, geraizeiros, chapadeiros)

e grupos vinculados à agricultura ou à pecuária (faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes, campeiros, fundo de pasto, vaqueiros).

Apesar da grande variedade de grupos que integram os Povos e Comunidades Tradicionais, segundo LITTLE (2006), DIEGUES (2000) e BARRETO FILHO (2006) é possível identificar traços e características comuns em ao menos cinco aspectos:

1. *A relação com a natureza (racionalidade ambiental)* – Os grupos em geral possuem uma relação profunda com a natureza, sendo seus modos de vida intimamente ligados à dinâmica dos ciclos naturais, levando ao conhecimento profundo do ecossistema. Suas práticas produtivas e o uso dos recursos naturais são de base familiar, comunitária ou coletiva, e dispõem de um conjunto de técnicas e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais adaptados às condições do ambiente habitado por eles.
2. *A relação com o território e a territorialidade* – Normalmente esses grupos possuem uma longa história de ocupação territorial sobre os espaços em que vivem. O histórico de ocupação se expressa em uma relação de ancestralidade, tendo assim o território uma importância material (base de reprodução e fonte de recursos) e firme valor simbólico e afetivo (construção dos modos de vida e das identidades).
3. *A racionalidade econômico-produtiva* – A organização socioeconômica do grupo é marcada por uma série de características: a produção econômica é baseada na unidade familiar, doméstica ou comunal, sendo que geralmente a unidade doméstica é responsável por todo o processo de produção até o produto final; as relações de parentesco ou compadrio são relevantes nas

atividades econômicas, sociais e culturais; as principais atividades econômicas são extrativismo, pesca, caça, pequena agricultura e em alguns casos práticas de artesanato e artes; a tecnologia utilizada é própria e de baixo impacto nos ecossistemas; a produção é majoritariamente para o consumo de subsistência, sendo outra parte da produção dedicada às práticas sociais e o excedente à comercialização.

4. *As interrelações com os outros grupos da região* – PCTs geralmente possuem interrelações de natureza cooperativa ou conflitiva com outros grupos similares na região onde habitam.
5. *Autoidentificação* – A partir dessas interações com o território onde vivem, entre si e com outros grupos sociais, suas próprias identidades são desenvolvidas, sendo por vezes consideradas por eles mesmos distintas da maioria da população da região onde vivem, inclusive outros grupos tradicionais.

Os Povos e Comunidades Tradicionais possuem uma relação diferenciada com seus territórios, tratando-os como integrantes da sua cultura, história, memória e tradição, consequentemente influenciando os processos produtivos (ROCHA e FAVILLA 2015). Neste sentido, os modos de vida de PCTs se enquadram no conceito de desenvolvimento sustentável, definido no Decreto nº 6.040/2007, art. 3º, inciso I como “o uso equilibrado dos recursos naturais, voltados para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”.

No estado de Mato Grosso, antes de 2006, quando as discussões em torno de políticas destinadas aos PCTs no âmbito nacional foram iniciadas

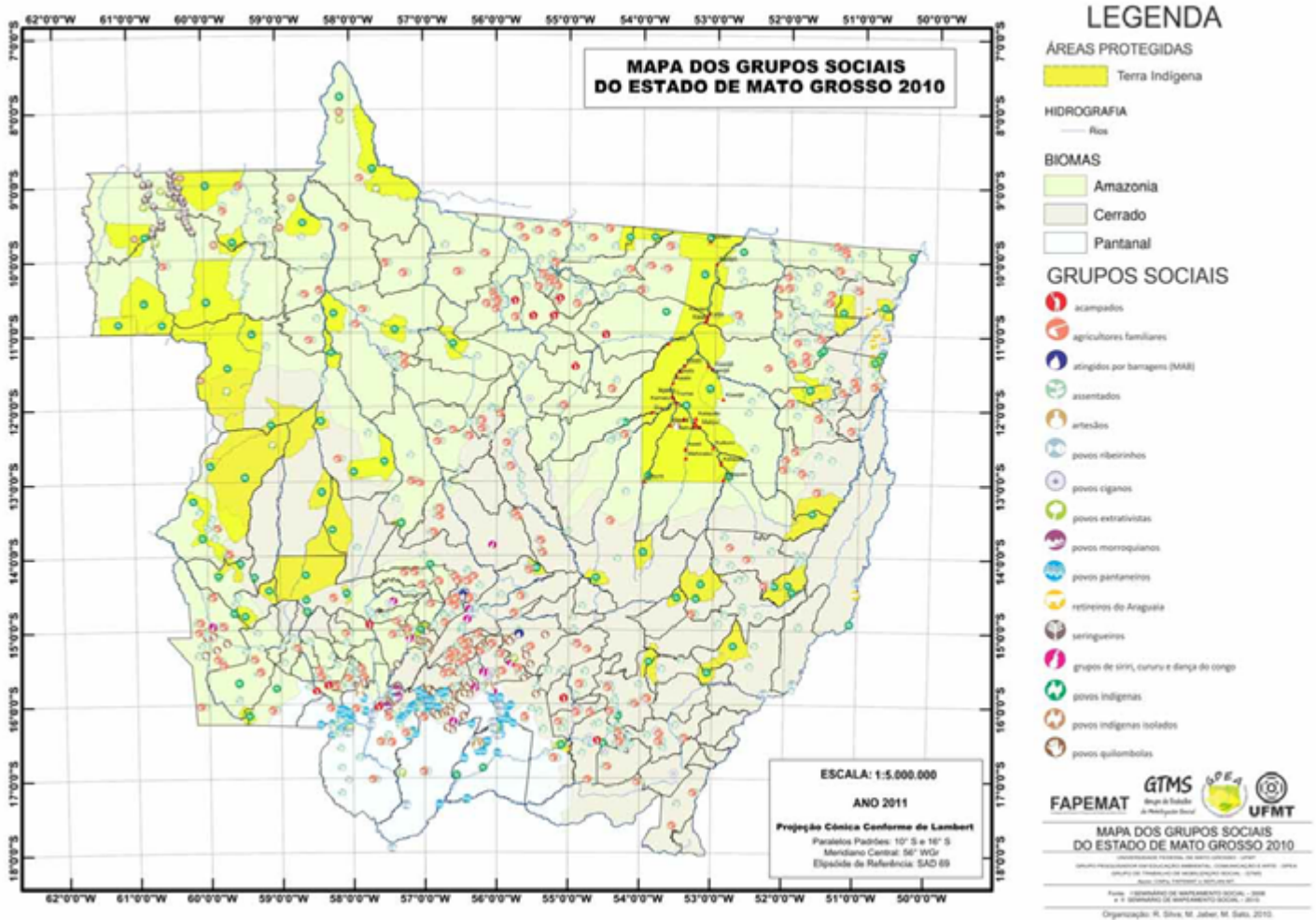


Figura 1 • Mapa dos Grupos Sociais de Mato Grosso 2010¹⁸.

e fortalecidas, alguns grupos não se reconheciam como PCTs. Muitos haviam se unido em torno de causas ambientais ou culturais, mas não se identificavam com o termo. Em meados de 2008, o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS) e o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) iniciaram estudos para o mapeamento social do estado. Após dois seminários de validação com grupos sociais de Mato Grosso, foi gerado o mapa de grupos sociais de

Mato Grosso (Figura 1), registrando a existência auto identificada de 52 grupos sociais.

No estudo, além dos aspectos 1 a 5 listados acima como frequentemente compartilhados por PCTs, o estudo do GTMS/GPEA identificou dois fatores adicionais que caracterizam grupos sociais em Mato Grosso (SILVA e SATO 2012: 77):

- *Vetores de desenvolvimento* – A auto identidade estão associados a grande projetos ou forças de desenvolvimento territorial em larga es-

18 Organização: R. SILVA; M. JABER; M. SATO 2012. <http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/2889565/Mapa+dos+Grupos+Sociais+-+2010/5de57445-4d00-49c9-85bc-46d33052a14c>.

cala, independente da prévia localização dos grupos num determinado território – ou seja, incluindo grupos sociais deslocados ou que migram por diversas razões, “como os atingidos por barragens, os acampados, os assentados dentre outros”.

- “*Escolhas e filosofia de vida* – Identidades desenvolvidas em algum movimento, religião, lazer, arte e /ou filosofia de vida, como os ecologistas, movimento artista pela natureza, movimento hippie, movimento negro e das mulheres negras, movimentos ligados à teologia da libertação e grupos com expressões ligadas às espiritualidades, como candomblé e umbanda por exemplo.”

Do ponto de vista dos critérios no programa REM MT, especialmente a contribuição para a manutenção da floresta em pé, cabe observar que nem todos os grupos sociais identificados no estudo do GPEA são povos ou comunidades tradicionais no sentido territorial, ou seja, cujos modos de vida tradicionais e práticas socioeconômicas estão associados aos recursos naturais de um determinado território (i.e., aspectos 1 a 3 na definição acima), ou que estejam inseridos em cadeias produtivas que contribuem para a manutenção da floresta em pé. Assim, com base (a) nos critérios do REM MT vigentes quando da realização do diagnóstico, (b) na disponibilidade de informações secundárias, (c) na existência de representação social identificada pela equipe naquele momento para realização de entrevistas, e (d) nas informações coletadas durante a oficina de validação com grupos de PCTs em fevereiro de 2020, o restante desta sessão do diagnóstico foca em 11 segmentos de PCTs, organizados em

oito subseções: Quilombolas; Retireiros e Retireiras do Araguaia; Pantaneiros; Morroquianos; Extrativistas e Seringueiros; Ribeirinhos e Pescadores artesanais; Povos de Terreiro (e Raizeiras); e Ciganos.

Entretanto, é importante ressaltar, primeiro, que a identificação dos grupos sociais e/ou PCTs é um processo ainda em construção, portanto dinâmico, o que implica na pressuposição cautelosa de que há outros grupos ou núcleos dos grupos já autoidentificados, mas ainda não visibilizados para o Estado e que deverão ser incluídos na lista de beneficiários do REM MT no subprograma agricultura familiar e PCTs. Segundo, que os próprios critérios do REM MT são passíveis de revisão e adequação como parte do processo de inclusão participativa, ampliando ou redefinindo a inclusão de grupos entre os beneficiários deste subgrupo. Assim, além dos grupos tratados em detalhe neste diagnóstico, o processo de inclusão participativa deve ser desenhado e conduzido de forma a contemplar indivíduos, famílias e comunidades ainda não identificados ou contemplados que venham a se enquadrar nos critérios de partilha de benefícios à medida que estes evoluam.

4.2. PCTs em Mato Grosso: aspectos sociais e produtivos

No restante desta seção apresentamos os resultados das etapas de coletas de dados para os segmentos de PCTs em Mato Grosso que podemos considerar os principais, tendo em vista a participação de seus representantes no contexto sócio-político do estado e a disponibilidade de informações neste momento. Os seguintes segmentos são trabalhados:

- Quilombolas
- Retireiros e Retireiras do Araguaia
- Pantaneiros
- Morroquianos
- Extrativistas (e Seringueiros)
- Ribeirinhos e Pescadores Artesanais
- Povos de Terreiro (e Raizeiras)
- Ciganos

Cada subseção é organizada de forma a apresentar informações sobre os seguintes temas, na ordem apresentada: origem e relação com o território; comunidades, população e distribuição ter-

ritorial; produção agroextrativista; e organização sócio-produtiva.

No âmbito da produção agroextrativista, devido à grande diversidade de produtos ou tipos de cultura mencionados foi feito um agrupamento em classes de produtos, conforme indicado na Tabela 2. Alguns produtos não foram agrupados devido à sua importância na agricultura familiar em Mato Grosso, nas quais as atividades agroextrativistas de PCTs estão em sua maioria incluídas – mandioca, banana, leite e cana-de-açúcar. A lista de produtos que integra cada classe é adicionada nos mapas para facilitar a leitura.

Tabela 2 • Classificação de produtos agroextrativistas identificados para segmentos de PCTs em Mato Grosso.

Classe de produtos	Produtos ou culturas incluídos
Leite	–
Banana	–
Cana-de-açúcar	–
Mandioca	–
Artesanato	–
Animais	Pesca, gado de corte, criação de bezerras, frango, avicultura, piscicultura, pequenos animais, suinocultura.
Frutas	Melancia, limão, laranja, poncã, manga, goiaba
Grãos	Feijão, milho, arroz
Verduras	Hortaliças, cará, abobrinha, quiabo, maxixe, batata doce, bata, abóbora
Sociobiodiversidade	Mel, cumbaru, bocaiuva, babaçu, pequi, mangaba, copaiba, castanha do brasil, poaia, borracha

Fontes: Levantamento documental, entrevistas e Oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos”, 5 e 6 de fevereiro de 2020.

A estrutura de tópicos de cada subseção varia de acordo com a disponibilidade de informações, sendo que os segmentos são apresentados em ordem decrescente de volume de informações. Ou seja, nos temas de interesse para o diagnóstico, há um volume expressivo de informações para quilombolas, enquanto para ciganos as informações são bem mais limitadas.

Esperamos que esta seção permita às equipes que trabalham para promover a inclusão participativa e justa dos PCTs na repartição de benefícios do Programa REM forneça uma noção clara dos dados existentes, bem como das lacunas de informação por segmento e por tema em geral.

Muitos dados são provenientes das informações recolhidas durante a oficina. Em alguns ca-

sos, apresentamos detalhamento mais fino dos dados no diagnóstico, integrando as informações coletadas das diversas fontes descritas na metodologia. Porém, em geral as tabelas de dados detalhados, como número de famílias por comunidade, ou nome de todas as organizações atuantes junto a quilombolas, foram incluídas ao final do documento, na forma de anexos.

4.2.1. Quilombolas

Origem e relação com ecossistema e/ou territórios

O termo “quilombo” originário da etimologia banto tem sentido de guerreiro da floresta (FREITAS *et al.* 2011; LEITE 2008). Este vocábulo era utilizado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativeiro (DA SILVA e DA SILVA 2015). Em 1757 eram considerados quilombos os grupamentos acima de seis escravos que estivessem reunidos e fortificados com intuito de defesa (VAINFAS 2001: 494-495).

No Brasil, esses locais eram denominados aranchamentos, mocambos ou quilombos e seus integrantes eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros. Os quilombos não eram homogêneos, variando em tamanho, localização, população, forma de organização e integrantes, mas todos desempenharam papel importante no tecido social que foi o sistema escravista brasileiro (RAMOS 1996).

As áreas denominadas terras de quilombo integram uma classificação territorial que simboliza o reconhecimento jurídico e social de formas tradicionais de territorialidades, associadas aos descendentes dos povos africanos escravizados

no Brasil. Comumente, são comunidades negras rurais que empreendem uma agricultura de subsistência, com fortes relações de parentesco e vínculos de solidariedade, vizinhança e religiosidade (MACHADO 2008). Organizam-se pela perspectiva da campesinidade, ou seja, conduta diária baseada no trabalho familiar sobre a terra, como patrimônio que deve ser transmitido de geração em geração (WOORTMANN 2018 (original 1988)).

Os quilombolas ou grupos remanescentes de quilombos lutam pela conquista e reconhecimento legal das terras ocupadas e cultivadas para moradia e para sustento, assim como expressão livre de suas práticas, crenças e valores (LEITE 2008; MACHADO 2008). O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (BRASIL 1988) e o Decreto Federal nº 4.887 de 2003 são marcos fundamentais nesta luta, uma vez que afirmaram os direitos territoriais dos quilombolas e sua respectiva regulamentação.

De acordo com o Decreto 4.887/2003, os remanescentes das comunidades quilombolas são “grupos étnicos-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL 2003).

Comunidades e distribuição territorial

O reconhecimento oficial e regularização fundiária de comunidades quilombolas é feito por duas agências governamentais distintas. A primeira etapa do processo, realizada através da Fundação Cultural dos Palmares (FCP), é a certidão de autoidentificação dos grupos sociais remanescentes

de quilombos. A partir daí, as comunidades ou povoados certificados podem abrir junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁹ processo administrativo para o reconhecimento, delimitação e demarcação, e por fim titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos.

Em Mato Grosso, até março de 2020²⁰, 71 processos da FCP haviam levado à emissão de certificado de autoidentificação como remanescente de quilombo a 78 comunidades ou povoados (listagem completa de comunidades, municípios de

localização e ano de certificação na Tabela 1 do Anexo 1). Essas comunidades estão distribuídas em 13 municípios (Tabela 3), sendo que pouco mais de um terço das comunidades se encontra no município de Poconé. A maior parte das comunidades recebeu o certificado da FCP em 2005 (54 comunidades) e outras nove entre 2006 e 2010. Desde então, apenas sete foram certificadas entre 2011 e 2017. Há um processo de certificação em andamento na FCP, da comunidade Vila Guaporé/Vila dos Pretos, no município de Pontes e Lacerda, aberto em 2007²¹.

Tabela 3 • Número de comunidades quilombolas certificadas em Mato Grosso, por município.

Município	Nº de comunidades
Poconé	28
Cáceres	7
Chapada dos Guimarães	7
Nossa Senhora do Livramento	7
Barra do Bugres	5
Vila Bela da Santíssima Trindade	5
Cuiabá	3
Acorizal	2
Santo Antônio do Leverger	2
Barra do Bugres Porto Estrela	1
Novo Santo Antônio	1
Porto Estrela	1
Várzea Grande	1

Fonte: Fundação Cultural Palmares, atualizada em 02/08/2019².

19 A página <http://cpis.org.br/direitosquilombolas/caminho-da-titulacao-2/>, da ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo traz o detalhamento de cada etapa do processo e possível encaminhamento, bem como um banco de dados que permite consultar a situação atual de processos de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas. Em consulta no dia 14/04/2020, a base de dados mostra 75 processos abertos no INCRA, nenhum titulado ou parcialmente titulado.

20 Tabela em Excel com título “Certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) atualizada até a Portaria nº 36/2020, publicada no DOU de 21/02/2020”, baixada do site http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 em 20 de abril de 2020.

21 Tabela em PDF com título “Tabela de CRQ completa – análise”, atualizada em 11/03/20, baixada de <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-ANALISE.pdf>, baixada em 20/04/20.

Já as informações relativas aos processos no INCRA são menos certas. Segundo documento disponível no site do INCRA, supostamente atualizado em dezembro de 2019, havia 73 processos de reconhecimento e regularização territorial de quilombolas em Mato Grosso²². No entanto, neste documento, o último processo aberto em Mato Grosso foi em 2016. O Observatório Territórios Quilombolas, mantido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) identificou em abril de 2020 um total de 75 processos de reconhecimento e titulação

de territórios quilombolas em Mato Grosso abertos no INCRA, incluindo um processo aberto em 2017 e outro em 2018, com os devidos números de processos registrados. Assim, neste diagnóstico optamos por utilizar a listagem desta organização ao invés do documento oficial do INCRA. Ademais, a lista da CPISP permite acessar facilmente os números e outras informações relativas aos processos por meio de *hiperlinks* para cada comunidade. A Tabela 4 abaixo mostra a distribuição de comunidades com processos abertos no INCRA:

Tabela 4 • Nº de comunidades quilombolas em MT com processo de identificação e titulação no INCRA.

Município	Nº de comunidades
Poconé	32
Barra do Bugres	9
Chapada dos Guimarães	6
Vila Bela da Santíssima Trindade	6
Cáceres	5
Nossa Senhora do Livramento	5
Cuiabá	4
Porto Estrela	3
Acorizal	2
Novo Santo Antônio	1
Santo Antônio do Leverger	1
Várzea Grande	1

Fonte: Observatório Territórios Quilombolas (<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>), acessado entre 14 e 16 de abril de 2020.

Não há alinhamento completo entre processos do INCRA e processos da FCP, em parte porque os processos são institucionalmente separados, sendo necessário que a comunidade abra um novo

processo junto ao INCRA depois de conseguir o certificado da FCP. Aparentemente, em Mato Grosso isso aconteceu com algumas comunidades, que receberam certificado da FCP, mas não

²² Documento acessado via link <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>, baixada em 20/04/20.

abriram processo no INCRA²³. Em dezembro de 2019, havia seis comunidades certificadas pela FCP que não tinham processo aberto no INCRA e oito processos no INCRA cujas comunidades não constavam da lista de processos da FCP.

Apesar da existência de procedimentos legais para todo o processo de reconhecimento e regularização fundiária dos territórios quilombolas, é bastante difícil neste momento fazer uma reconciliação clara e confiável entre as duas fontes oficiais de informação quanto ao número de comunidades quilombolas em Mato Grosso (ou provavelmente qualquer estado). Ao menos três fatores contribuem para esta imprecisão:

- a. Alguns processos e certificados da FCP envolvem várias comunidades ou povoados (p.ex., certificado da comunidade Mata Cavalo envolve os povoados Mata Cavalo de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Ribeirão do Mutuca, Aguassú, Ventura Capim Verde e Ourinhos);
- b. Aparentemente, algumas comunidades são certificadas na FCP conjuntamente, mas abrem processo no INCRA separadamente (p.ex., as comunidades Manga e Lagoa Grande, ambas aparentemente certificadas na FCP junto com outras comunidades sob o nome Sesmaria Fazenda Grande, mas abriram processos separados no INCRA); e
- c. Aparentemente, com base nas contribuições de participantes da Oficina de fevereiro de 2020, algumas comunidades foram registradas com nome errado (p.ex., o nome correto da comunidade certificada na FCP como Barro Preto Serra de Cambambi é Morro do Cambambi).

Um quarto possível fator a ser considerado é a existência de comunidades ou grupos remanescentes de quilombos que ainda não abriram processo de certificação junto à FCP. O número de famílias cadastradas no CadÚnico ou indivíduos que se identificam como quilombolas na DAP sugere a presença de quilombolas em 25 municípios (Tabela 5), mais do dobro do número de municípios com comunidades certificadas. Provavelmente, isso reflete a mobilidade das famílias tanto entre municípios de Mato Grosso como entre estados da União. Porém, do ponto de vista da inclusão deste grupo na repartição de benefícios do REM, deve-se considerar como provável que haja famílias quilombolas espalhadas no território mato-grossense que atendem aos critérios de inclusão no programa. De fato, isso se aplica com certeza a todos os grupos de PCTs e deve ser levado em consideração no processo de inclusão participativa destes grupos no REM MT.

A maioria dos processos no INCRA estão sem andamento desde a abertura do processo ou não completou sequer o segundo passo, que é a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Apenas quatro comunidades quilombolas em Mato Grosso tiveram algum avanço em etapas do processo no INCRA, mas nenhuma concluiu o processo – ou seja, nenhuma teve suas terras tituladas. Abaixo, as quatro comunidades cujos processos observaram avanços:

- **RTID** – Duas comunidades tiveram o RTID publicado no Diário Oficial da União (DOU): Campina de Pedra (RTID em 21/10/2010) e Laranjal (RTID em 09/11/2018), ambas em Poconé.

23 Comunicação de responsável do INCRA a responsável da SEAF MT em 25 de agosto de 2017.

- **Decreto de desapropriação** – Duas comunidades tiveram o decreto de desapropriação publicado no DOU pelo Presidente da República, ou seja, avançaram à quarta e penúltima etapa do processo de regularização fundiária (a titulação sendo a última etapa): Mata Cavallo, que engloba seis comunidades em um único território, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento, e Lagoinha de Baixo, localizada no município Chapada dos Guimarães. Ambas tiveram o decreto de desapropriação publicado em 23/11/2009.

Durante a Oficina de fevereiro de 2020, que teve forte participação de quilombolas (55 representantes de diversas comunidades), foi indicado que o Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial (CEPIR) possui um levantamento de 2019. Os participantes apontaram que há no estado de Mato Grosso 104 comunidades quilombolas, sendo que 77 possuem o certificado da FCP (notar que esse valor é um número menor que o publicado no site da Fundação²⁴, conforme indicado na Tabela 2 acima). Observou-se também que nem sempre comunidades que possuem histórico de descendência quilombola se autoidentificam como Quilombolas, ou estão em debate interno sobre a autoidentificação. Há ainda casos em que a autoidentificação é feita pela comunidade, mas o processo de certificação na FCP não é iniciado. Abaixo as complementações feitas pelos participantes da oficina aos dados oficiais apresentados durante o evento:

- Em Barra do Bugres, há três comunidades não registradas na FCP: Camarinha, Tinga e Buriti Fundo;
- Em Acorizal há ao menos uma comunidade que ainda não se autoidentificou como Quilombola, mas é reconhecida por outros Quilombolas como tal;
- Há quilombolas nos municípios de Rosário Oeste e Diamantino que não aparecem nos registros;
- Em Poconé, há diversas comunidades que não se autodeclararam como Quilombolas para a FCP, e se autoidentificaram como Morroquianos e Quilombolas, entre elas comunidades Retiro, Boi de Carro, Zé Alves, Sangradouro, Piúva, Santa Helena, Água Vermelha, Varzearia, Figueira, Bandeira e Barreirinho;
- Em Porto Estrela, as comunidades sem certificado incluem Pé de Galinha, Sete Barreiros, Boi Morto (se reconhecem como Morroquianos e Quilombolas), Bocaina, e Retiro.

A distribuição das comunidades no território mato-grossense se concentra na porção centro-sul do estado, como se pode observar na Figura 2 mais abaixo.

População

Apesar da institucionalização do processo de reconhecimento e regularização de comunidades remanescentes de quilombos, ainda não existem dados oficiais atuais e abrangentes sobre o tamanho da população quilombola em Mato Grosso (ou no Brasil). A FCP não levanta estes dados junto às associações que pleiteiam a certificação, ou ao menos não os disponibiliza publicamente. Os dados são oficialmente registrados apenas na elaboração do RTID pelo INCRA. Constam na

24 http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551, dados atualizados em 02/08/2019.

base do INCRA (também disponível no Observatório Territórios Quilombolas²⁵) 418 famílias no território Mata Cavallo, 50 famílias no território Lagoinha de Baixo, 45 famílias na comunidade Campina de Pedra e 53 famílias na comunidade Laranjal. Considerando que estas comunidades representam menos de 6% das comunidades com processos abertos no INCRA, o total de 566 famílias representa pequena fração da população quilombola no estado. Ademais, aparentemente os dados relativos ao número de famílias não são revistos uma vez publicado o edital do RTID. Mesmo as comunidades no território Mata Cavallo, cujo RTID foi publicado em 2006 não tiveram o número de famílias atualizado desde então.

Segundo as duas outras fontes de informação oficiais, havia em 2019 um total de 136 indivíduos que se auto identificaram na DAP como quilombolas, distribuídos em cinco municípios, sendo a maioria deles no município de Nossa Senhora do Livramento. O CadÚnico possuía 1.973 famílias quilombolas cadastradas em 23 municípios, sendo 28% no município de Vila Bela da Santíssima

Trindade e 21% em Poconé. Vale observar que a alta presença de famílias quilombolas inscritas em instrumentos de acesso a políticas públicas nos municípios de Nossa Senhora do Livramento e de Vila Bela da Santíssima Trindade sugere atuação eficiente de associações representativas ou de alguma organização parceira no território.

Durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT, realizada em 5 e 6 de fevereiro de 2020 em Cuiabá, onde houve uma participação forte de representantes quilombolas de diversas comunidades, os participantes indicaram o número de famílias em diversas comunidades, especialmente em Poconé e Vila Bela da Santíssima Trindade. No caso de Poconé, podemos tomar os dados como acurados, haja visto que provavelmente foram indicados por membros das próprias comunidades (ver lista detalhada por comunidade no relatório da oficina, Anexo 3). No caso de Vila Bela da Santíssima Trindade, o número registrado foi global. Os participantes da oficina também indicaram a presença não contabilizada no registro do DAP ou do CadÚnico de quilombolas nos municípios de Rosário Oeste, Diamantino.

Tabela 5 • Número de indivíduos ou famílias quilombolas com registros de DAP, no CadÚnico ou relatadas durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.

Municípios	Indivíduos com DAP	Famílias no CadÚnico	Famílias na EMPAER	Famílias (Oficina fev/20)
Acorizal		3	445	
Água Boa		2		
Barra do Bugres		134	55	
Barra do Garças	1			
Cáceres		9		
Chapada dos Guimarães		302	95	

25 Observatório Territórios Quilombolas (<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>).

Municípios	Indivíduos com DAP	Famílias no CadÚnico	Famílias na EMPAER	Famílias (Oficina fev/20)
Colniza		1		
Comodoro		1		
Confresa		3		
Cuiabá	3	5	145	
Diamantino				Nº não indicado
Glória do Oeste		4		
Matupá	1			
Nossa Senhora do Livramento	108	301	482	
Nova Brasilândia		1		
Nova Marilândia		1		
Novo Santo Antônio				180b)
Poconé	23	419	350	346(c)
Pontes e Lacerda		36		
Porto Alegre do Norte		5		
Porto Estrela		120	35	
Rosário do Oeste		1		Nº não indicado
Santo Antônio do Leverger		59		
São José do Rio Claro		1		
Sorriso		1		
Várzea Grande		13		
Vila Bela da Santíssima Trindade		551		1.653
TOTAL	136	1973	1607	2179

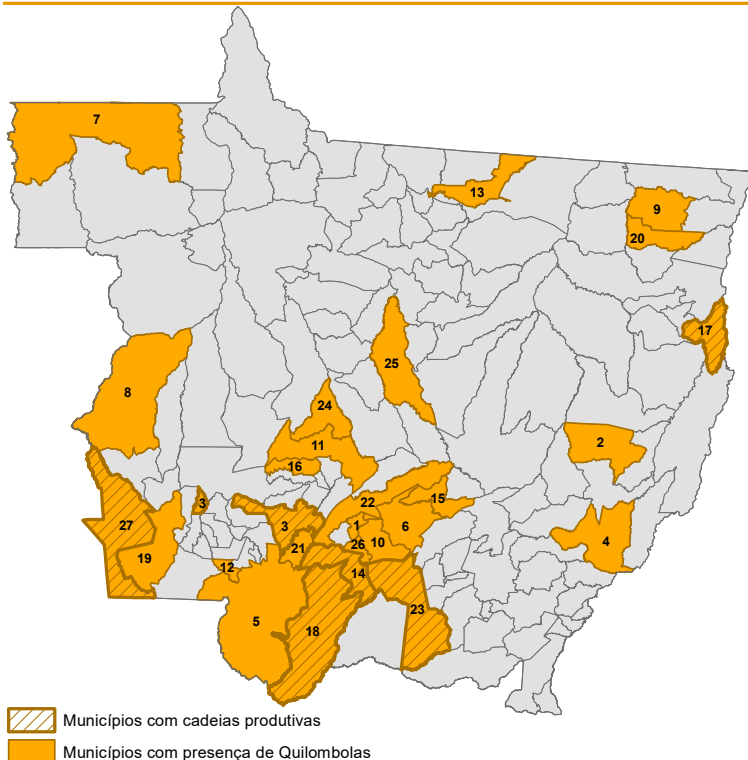
Fontes: (a) Lista DAP retirada do site do MAPA em novembro de 2019; (b) lista CadÚnico enviada por Leonardo Leocádio da Silva (PGR) por email, em 25/11/2019; (c) Oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos” (TRICAUD 2020), 5 e 6 de fevereiro de 2020.

Observações:

- a. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, o nome da comunidade é apenas Morro do Cambambi.
- b. Muitas famílias no município estão em processo de reingresso de terras.

- c. O número inclui comunidades de Jejum, Imbé e Pantanalzinho, que se reconhecem tanto como quilombolas quanto como Morroquianos.

Como a tabela acima demonstra, os números são bastante díspares entre as fontes, sugerindo que devemos considerar todos parciais e imprecisos.



- 1, Acorizal
- 2, Água Boa
- 3, Barra do Bugres - **Banana, frutas, culturas anuais, leite, mandioca, verdura, cana de açúcar e produtos da sociobio**
- 4, Barra do Garças
- 5, Cáceres
- 6, Chapada dos Guimarães
- 7, Colniza
- 8, Comodoro
- 9, Confresa
- 10, Cuiabá
- 11, Diamantino
- 12, Glória D'Oeste
- 13, Matupá
- 14, Nossa Senhora do Livramento - **Animais, banana, frutas, culturas anuais, leite, mandioca, verdura, cana de açúcar e produtos da sociobio**
- 15, Nova Brasilândia
- 16, Nova Marilândia
- 17, Novo Santo Antônio - **Animais e mandioca**
- 18, Poconé - **Animais, banana, frutas, culturas anuais, leite, mandioca, verdura, artesanato, cana de açúcar e produtos da sociobio**
- 19, Pontes e Lacerda
- 20, Porto Alegre do Norte
- 21, Porto Estrela
- 22, Rosário Oeste
- 23, Santo Antônio do Leverger - **Animais, frutas, culturas anuais, leite, mandioca e produtos da sociobio**
- 24, São José do Rio Claro
- 25, Sorriso
- 26, Várzea Grande - **Animais, banana, frutas, verdura, mandioca, artesanato, leite e produtos da sociobio**
- 27, Vila Bela da Santíssima Trindade

ANIMAIS - pesca, pecuária de corte, cria de bezerras, avicultura, piscicultura, pequenos animais, suinocultura
 FRUTAS - melancia, limão, laranja, poncá, manga, goiaba
 CULTURAS ANUAIS - feijão, milho, arroz
 PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE - mel, cumbaru, bocaiuva, babaçu, pequi, mangaba, copaiba, castanha do brasil, poaia, látex
 VERDURAS - verduras, legumes e hortaliças, cará, abobrinha, quiabo, maxixe, batata doce, batata, abóbora

Figura 2 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Quilombolas^{26,27}.

No caso dos quilombolas, o próximo censo demográfico, adiado de 2020 para 2021 devido à pandemia do COVID-19, deverá sanar o problema da falta de informação ou ao menos melhorar significativamente a qualidade das estimativas do número de famílias quilombolas em cada município. Isso porque haverá campo específico no questionário para as pessoas entrevistadas indicarem caso se identifiquem como quilombolas, mesmo procedimento adotado já no censo 2010 para indígenas.

Produção agroextrativista

A produção agroextrativista dos quilombolas é bastante diversificada e voltada para subsistência. Os quilombolas produzem para seu sustento, e vendem o excedente, fazendo o manejo rotativo de capoeira, e assim contribuindo com a manutenção da floresta em pé. O excedente da produção é vendido, na maioria das vezes, de forma direta ou em sistemas de troca. Os principais produtos são a man-

26 Utilizamos para a elaboração do mapa os dados do Observatório Territórios Quilombolas.

27 Todos os mapas neste documento sobre a distribuição territorial de segmentos de PCTs em Mato Grosso e sua atuação em cadeias agroextrativistas por município foram construídos com base nos dados coletados nas três etapas do diagnóstico, quais sejam: levantamento documental, entrevistas, e oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos” (TRICAUD 2020), 5 e 6 de fevereiro de 2020. Em caso de informações conflitantes, como indicado na Metodologia, foi dada preferência às informações coletadas durante a oficina.

dioca, banana, animais pequenos cana-de-açúcar e milho. Percebeu-se que existem múltiplos subprodutos e derivados (como farinhas, doces, conservas dentre outros) que aumentam a complexidade e as características das cadeias produtivas.

Durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT, realizada em 5 e 6 de fevereiro de 2020 em Cuiabá, os quilombolas indicaram a produção das comunidades de quilombolas em Mato Grosso, por município, as quais foram agrupadas e representadas na Figura 2 (ver lista detalhada por comunidade no relatório da oficina, Anexo 3). Vale ressaltar que nem todas as comunidades de quilombolas estavam presentes na oficina, desta forma não há dados para todas as comunidades quilombolas existentes no estado.

Organização sócio-produtiva

Os quilombolas, em sua grande maioria, se organizam em associações como organização representativa. A constituição de uma associação representativa da comunidade é o primeiro passo para iniciar o processo de certificação da Fundação Cultural Palmares. As associações também facilitam a comercialização de alguns de seus produtos.

A Oficina identificou 30 instituições de quilombolas, a maioria associações, conforme descrito na Tabela 6. Cabe atentar para a possibilidade de existência de outras associações representativas, considerando a exigência imposta pelo processo de certificação na FCP e o número de comunidades certificadas no estado.

Tabela 6 • Organizações sócio-produtivas das comunidades quilombolas relatadas durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.

Municípios	Organização
Barra do Bugres	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola Água Doce
	Associação Quilombo Baixio
	Instituto Afrobrasileiro (IAFRO)
Cáceres	Associação dos Quilombos remanescentes das famílias de Pita Canudos
Chapada dos Guimarães	Associação Comunidade Negra Rural de Lagoinha de Baixo
	Associação Comunitária Remanescente Quilombola do Ribeirão do Itambé (ACOREQUIRI)
	Associação dos Produtores Rurais Cachoeira do Bom Jardim
	Associação dos Remanescentes de Quilombo do Morro do Cambambi
Nossa Senhora do Livramento	Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (ACORQUIRIM)
	Associação dos Produtores Rurais Quilombola Mata Cavalão Cabeceira do João Cuiabá (AQUIMCA)
	Associação Remanescentes de Pequenos Produtores Rurais de Aguaçu de cima
Novo Santo Antônio	Associação Quilombola Família Vieira Amorim (AQFVA)

Municípios	Organização
Poconé	Associação Comunidade Negra Rural Quilombo do Barreiro
	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Tanque do Padre Pinhal
	Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendente da Comunidade Tradicional de Capão Verde (AGRIVERDE)
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Chumbo (APPR Chumbo)
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Imbé
	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Quilombola Lagoa Grande (APRUQUILAG)
	Associação Negra Rural São Gonçalo II
	Associação Quilombola Comunidade Negra Rural Campina de Pedra
	Associação Quilombola Comunidade Negra Rural Jejum
Associação São Benedito	
Porto Estrela	Associação Quilombola Voltinha
Santo Antônio do Leverger	Associação Quilombo Abolição
Várzea Grande	Associação dos Remanescentes do Quilombo Urbano Capão do Negro
Vila Bela de Santíssima Trindade	Associação Rural dos Remanescentes de Quilombo do Território Porto Bananal (ASSORREQ)
	Associação Vale do Guaporé Bela Cor

Segundo o mapeamento autodeclaratório de associações e cooperativas da Conexsus, várias dessas associações quilombolas possuem DAP jurídica, o que permite que elas participem de chamadas ou editais públicos de programas de compras institucionais, especialmente o PNAE. Entre elas:

- Associação Quilombo Abolição (Santo Antônio de Leverger)
- Associação de Agricultores da Comunidade Quilombola Água Doce (Barra do Bugres)
- Associação Negra Rural São Gonçalo II (Poconé e Nossa Sra. do Livramento)
- Associação dos Quilombos remanescentes das famílias de Pita Canudos (Cáceres)
- Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca – ACORQUIRIM (Nossa Sra. do Livramento).

De modo geral as comunidades quilombolas enfrentam significativas dificuldade com a logística de escoamento da produção, o que leva muitos a optarem pela venda de sua produção para atravessadores. Entretanto, os participantes da Oficina de PCTs no REM apontaram três cooperativas em que quilombolas participam, juntamente com outros grupos, incluindo pantaneiros, morroquianos, extrativistas e agricultores familiares:

- Cooperativa Central da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana (COOPERCENTRAL);
- Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora do Livramento (COOPER-NOSSASENHORA);
- Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP).

Também foram indicadas várias organizações e iniciativas que trabalham no apoio sócio-produtivo a comunidades quilombolas, incluindo:

- ARCA Multiincubadora
- Centro Burnier Fé e Justiça
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT)
- Instituto Gaia
- Instituto Socio Ambiental (ISA)
- Projeto RECOOPSOL (UFMT)
- Projeto Centro Oeste Solidário (CEA)
- Projeto Ação Integrada (MPT; OIT)
- EMPAER (Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural)

Os participantes da oficina também indicaram que as comunidades quilombolas recebem apoio de diversas prefeituras e secretarias municipais de agricultura. Uma lista completa de organizações com maior detalhamento de local e tipo de atuação pode ser encontrada no relatório da Oficina (Anexo 3).

Comunidades quilombolas ou representantes apontados pelas comunidades participam de vários espaços de articulação e defesa dos interesses

do grupo social, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, o Grupo de União e Consciência Negra – GRUCON, e diversos conselhos associações de bairro.

Participam ainda de espaços de governança participativa ou controle social no âmbito estadual, incluindo o Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT, o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, o Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS. Associações de comunidades quilombolas também compõem diversos conselhos municipais de diferentes tipos.

A Tabela 7 abaixo apresenta um resumo do número e tipos de organizações quilombolas ou de apoio sócio-produtivo a quilombolas em Mato Grosso. Apesar dessa densa rede organizacional de representação, articulação e apoio, especialmente relativamente aos demais PCTs no estado, os participantes da primeira Oficina de inclusão participativa dos PCTs no REM de Mato Grosso afirmaram que as comunidades quilombolas não estão adequadamente preparadas para participar dos editais do REM.

Tabela 7 • Número de organizações^(a) por tipo – Quilombolas.

Classe	Tipo	Nº de organizações
Representação direta	Associação	28
Representação direta	Cooperativa	3
Representação direta	Conselho, Movimento Social	2
Apoio	ONG	5
Apoio	Rede	1
Apoio	Órgão governamental	1

Classe	Tipo	Nº de organizações
Articulação	Fóruns	1
Representação regional	Conselho/Comitê Estadual	3
Representação regional	Conselho/Comitê Nacional	–

Não estão incluídos projetos ou iniciativas.

4.2.2. Retireiros e Retireiras do Araguaia

Origem e relação com ecossistema e/ou territórios

Comunidades retireiras vivem nas áreas úmidas ao longo do rio Araguaia, ou varjões e **têm sua identidade e práticas** sócio-produtivas intrinsecamente entrelaçadas ao ecossistema típico de várzea e sua dinâmica ecológica (SILVA e SATO 2012), em especial o pulso da enchente (JUNK 1997; JUNK *et al.* 1989). Neste sentido, observam-se muitas semelhanças com comunidades ribeirinhas da várzea do rio Amazonas, que foram mais extensamente pesquisadas (p.ex., GOULDING *et al.* 1996; LIMA 2005; PADOCH *et al.* 1999).

Durante o período de enchente do rio Araguaia, entre dezembro e abril, as áreas de várzea são cobertas pelas águas da enchente. Esse processo promove a renovação da fertilidade dos solos. Com a vazante do rio, a área é rapidamente tomada por pastos naturais ideais para a pecuária extensiva e cultivos de ciclo curto. Durante a enchente, o rebanho em grande parte é levado para terras mais altas, não sujeitas à **inundação anual** típica das áreas alagáveis.

A autoidentificação das comunidades que vivem na várzea do rio Araguaia remete a esse ciclo anual de alternância sócio-produtiva das famílias (SALES 2018; SILVA e SATO 2012). A designa-

ção “Retireiro” ou “Retireira” está relacionada não só a esta prática de se retirarem da várzea juntamente com o gado durante o período chuvoso, mas também ao tipo de habitação em que vivem quando na várzea – uma casa simples coberta de palha, um curral, uma cisterna e o piquete. O piquete é um pequeno cercado que serve para deixar os animais que precisem de maior atenção no cuidado mais próximo, mas que também pode servir para o plantio de roça (SALES 2018).

O retiro, simbolizado acima de tudo pelo piquete, é o único domínio privado de uma família no território comunal. O uso dos varjões para o pastoreio é feito em regime comunitário. A criação é extensiva, com gado solto e sem cercas (exceto o pequeno piquete). O uso do pasto é coletivo e os trabalhos no território **são feitos de forma solidária** e recíproca. Outros usos de recursos naturais também são feitos nos varjões, como cala, pesca, coleta de frutos e extração de vegetais para construção e uso medicinal.

Em contraste, durante a enchente o gado é levado para pastos geralmente alugados de propriedades privadas. Na terra firme, o regime de uso do pasto tende a ser por família ou arranjos devido ao próprio processo de aluguel de pasto. Muitas vezes, por falta de recursos financeiros, as famílias são obrigadas a vender parte do rebanho para pagar o arrendamento do pasto, situação mais crítica em anos de enchentes curtas ou longas demais (no

primeiro caso, o pasto natural do varjão não se reconstitui adequadamente para sustentar o rebanho; no segundo, **é preciso manter o rebanho no pasto alugado mais tempo**).

Um fator que está modificando este hábito de tratamento do gado na época das cheias é a perda das pastagens livres de inundações para o plantio da soja. Assim, progressivamente vem se tornando hábito deixar o gado solto em beira de estrada, que são livres das inundações (SALES 2018). Essa é uma tendência que oferece grandes riscos às comunidades retireiras, ameaçando no curto prazo a renda das famílias e sujeitando-as a perdas de rebanho. No longo prazo, a falta de terras disponíveis para seus rebanhos durante a enchente representa séria ameaça ao modo tradicional de vida das comunidades retireiras.

Além da alternância anual da vida entre varjões e terras altas, a vida e hábitos dos Retireiros é dividida entre o campo e a cidade. O ambiente do campo **é onde as principais atividades produtivas** ocorrem (pecuária, plantio, extrativismo, caça), geralmente realizadas pelos homens. Porém, as famílias retireiras comumente possuem uma casa na cidade, onde vivem as mulheres e filhos maiores, seja para dar continuidade à educação dos filhos a partir do ensino médio ou mesmo antes, seja para garantir complementação de renda por meio de emprego ou outra atividade econômica exercida pelas mulheres.

Comunidades, população e distribuição territorial

As comunidades retireiras em Mato Grosso residem nos municípios de Luciara e Santa Terezinha. Luciara foi o município onde a identidade de Reti-

reiro e Retireira do Araguaia começou a se formar a partir da década de 1930. Em 1948 com crescimento do número de famílias e formação de um povoado, o local de vida dos Retireiros e Retireiras passou a ser nomeado de Mato Verde (AZAMBUJA 2000). Recentemente, o território Mato Verde foi dividido em dois por meio da construção de uma cerca que separou o território em dois, levando à identificação dos retireiros do Mato Verdinho e dos retireiros do Lago dos Veados. Esta separação física também dividiu os modos de gestão e as práticas coletivas na lida com o gado (SALES 2018), preservando, no entanto, as características observadas antes da divisão territorial.

Não há informações oficiais sobre a população Retireira. Este grupo está entre aqueles referidos na legislação federal e estadual de forma genérica como PCT e sua identificação não aparece em registros oficiais, como por exemplo no formulário do CadÚnico ou nos formulários da EMPAER de prestação de serviços de ATER.

Segundo dados levantados durante a Oficina de fevereiro de 2020, a maior concentração de retireiros(as) está no município de Luciara, sendo que no território Mato Verdinho há 99 famílias em seis comunidades (Mato Verdinho, Lago dos Veados, Lagoa Bonita, Mato Grosso, Xavantinha, Patizal). Foi indicado um processo de aproximação com uma comunidade Retireira no município de Santa Terezinha, porém ainda não foi atendido o pedido de reconhecimento e não se autodeclararam como Retireiros(as).

Os participantes na Oficina apontaram ainda que entre pescadores e ribeirinhos nos municípios de Novo Santo Antônio e São Felix do Araguaia **há** várias famílias que são Retireiras, aparentemente também sem processo de autodeclaração

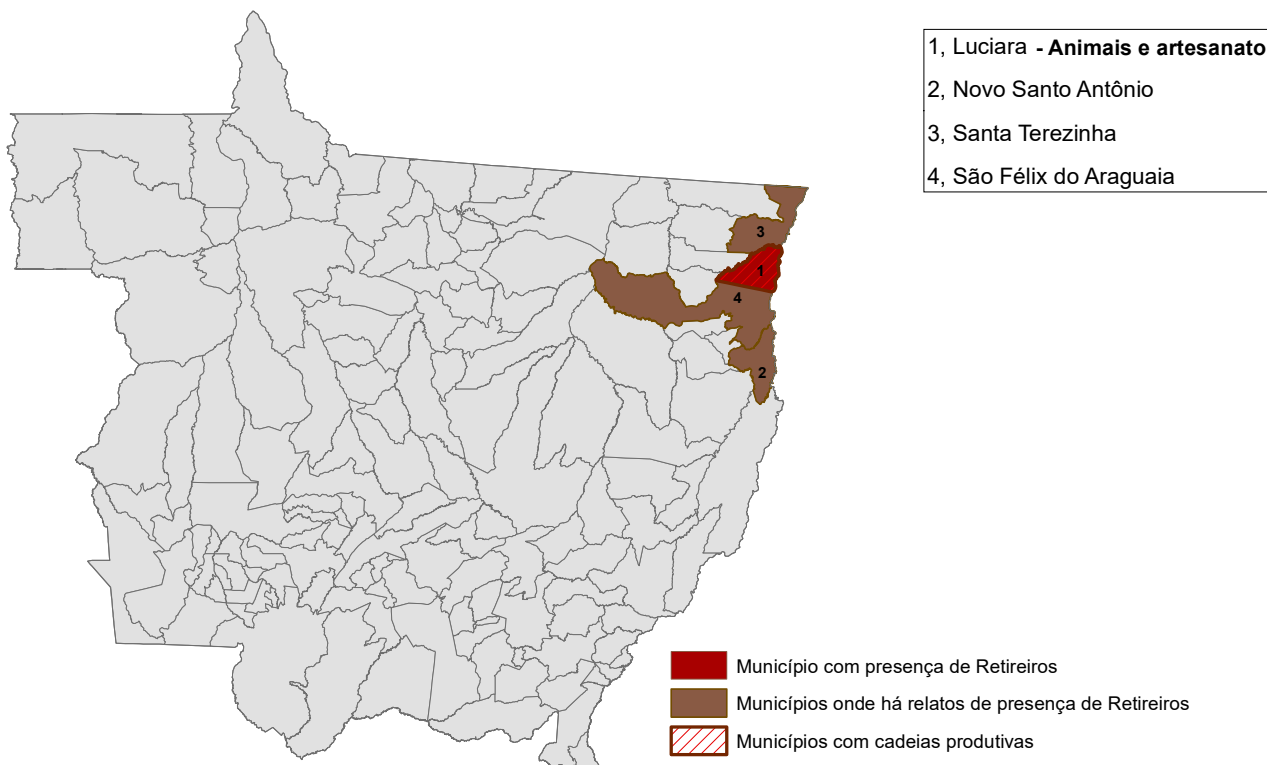
iniciado. Relataram aproximadamente 10 famílias retireiras por área ou comunidade nestas circunstâncias, mencionando especificamente os lagos Verdinho e Jatobá, mas sem indicação de número de áreas ou comunidades, impossibilitando uma estimativa total do número de famílias Retireiras nesses municípios. A Figura 3 mais abaixo mostra a distribuição das comunidades Retireiras assim autoidentificadas no estado.

Produção agroextrativista

A principal atividade produtiva das comunidades retireiras é a pecuária de corte e para criação de bezerros. Durante a oficina, também foi mencionada a relevância do artesanato, apesar de não haver especificação sobre o tipo de artesanato, se envolve recursos naturais extrativistas, por exemplo. A organização da venda do gado de corte é feita

Figura 3 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município - Retireiros & Retireiras.

Povos e Comunidades Tradicionais - Cadeias Produtivas RETIREIROS



individualmente pelas famílias, diretamente para o mercado privado, geralmente o açougue local. Já a venda de bezerras **é comumente negociada de forma coletiva, por meio de venda direta, provavelmente para representantes de grandes produtores de gado de corte. Não houve indicação durante a oficina sobre a venda do artesanato produzido pelas famílias** Retireiras.

Segundo os participantes da Oficina, Retireiros(as) **não acessam políticas públicas** voltadas à agricultura familiar, sob o argumento de que não possuem título da terra. A constituição determina que áreas de várzea são da União, sob

a responsabilidade do SPU, sendo a regularização de qualquer posse ou propriedade difícil. Os retireiros(as) de Luciara tentaram a regularização da ocupação tradicional por meio de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) da terra e a demarcação do território, mas sem sucesso. Os exemplos em que se obteve sucesso nesse reconhecimento são unidades de conservação federais ou estaduais e a categoria de assentamento diferenciado Projeto de Assentamento Agroextrativista. No final da década de 2000, foram criados 45 PAEs de várzea como ficaram conhecidos no estado do Pará, a maioria ao longo do rio Amazonas, em municípios do Baixo Amazonas.

Tabela 8 • Número de organizações por tipo – Retireiros e Retireiras do Araguaia.

Classe	Tipo	Nº de organizações
Representação direta	Associação	2
Representação direta	Cooperativa	–
Apoio	ONG	3
Apoio	Rede	1
Articulação	Fóruns	–
Representação regional	Conselho/Comitê Estadual	1
Representação regional	Conselho/Comitê Nacional	1

Organização sócio-produtiva

Segundo representante Retireira presente na Oficina de fevereiro de 2020, os Retireiros e Retireiras do Araguaia começaram a se organizar e se auto-declarar como tal em 2003 por conta das ameaças a seus territórios. Atualmente, há duas organizações representativas desse segmento, a Associação dos Retireiros do Araguaia (ARA) e o Instituto Mato Verdinho (Tabela 8). Ao menos este último não está oficialmente registrado em cartório devido a emba-

tes internos ao grupo (entrevista com a vice-presidente do instituto). Vale lembrar que o território dos Retireiros(as) em Luciara vem passando por um processo de divisão, como mencionado acima.

Além disso, três organizações não governamentais atuantes no território prestam algum tipo de apoio aos Retireiros(as): a Associação Nossa Senhora de Assunção (ANSA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT Regional Araguaia-Tocantins) e o Instituto Socio Ambiental (ISA). As comunidades Retireiras também fazem parte da rede Ar-

ticulação Xingu Araguaia (AXA), provavelmente por meio de suas associações representativas, em colaboração com extrativistas, indígenas, agricultores familiares e pescadores no território.

Retireiros(as) do Araguaia têm representação no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT e no Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MT).

Nenhuma organização foi indicada durante a oficina como atuante no âmbito comercial, como uma cooperativa, apesar da indicação de que para contratos de venda de bezerro para engorda geralmente as negociações são feitas de forma coletiva.

4.2.3. Pantaneiros

Origem, comunidades e distribuição territorial

Pantaneiros é o termo comum dado às comunidades que vivem no Pantanal, que se reconhecem como tal e que apresentam aspectos peculiares de coexistência com a dinâmica das águas, contendo variadas expressões culturais e identitárias associadas ao ecossistema em que vivem (SILVA e SATO 2012). O bioma Pantanal se estende pelo estado de Mato Grosso do Sul, parte de Mato Grosso, da Bolívia e Paraguai, constituindo um dos maiores

sistemas contínuos de áreas úmidas do mundo, com 140.000 km² de planícies inundáveis da Bacia do Alto Rio Paraguai. O Pantanal é um ecossistema variado composto por florestas, cerrados, rios, corixos, baías e lagoas, apresentando 12 sub-regiões distintas, as quais variam de acordo com solo, vegetação, relevo e regime hidrológico (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO 2002).

Em Mato Grosso o Pantanal abrange os municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Curvelândia, Itiquira, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger. A gestão ambiental dos territórios Pantaneiros deve integrar a complexidade do ambiente e reconhecer a interdependência direta entre planície e áreas que estão no planalto.

Durante o II Seminário de Mapeamento Social realizado em 2010 com os Povos e Comunidades Tradicionais de Mato Grosso foram apontadas 104 comunidades Pantaneiras no estado (SILVA e SATO 2012) distribuídas em cinco municípios. Durante a Oficina de fevereiro de 2020, os representantes Pantaneiros presentes complementaram a lista com algumas comunidades adicionais nos mesmos municípios e apontaram a presença de famílias Pantaneiras em alguns outros municípios. Esses dados são sintetizados na Tabela 9 abaixo e sua distribuição territorial ilustrada na Figura 4²⁸.

Tabela 9 • Número de comunidades/famílias pantaneiras em Mato Grosso, por município.

Município	Nº de comunidades (Mapeamento Social 2010)	Nº de comunidades/famílias adicionais (Oficina fevereiro 2020)	TOTAL
Barão de Melgaço	25	–	25
Cáceres	43	4	47
Cuiabá	–	± 40 famílias	± 40 famílias

28 A lista completa de comunidades por município pode ser consultada na Tabela 4 do Anexo 1.

Município	Nº de comunidades (Mapeamento Social 2010)	Nº de comunidades/ famílias adicionais (Oficina fevereiro 2020)	TOTAL
Nossa Senhora do Livramento	1	9	10
Poconé	24	3(a)	27
Porto Espiridião	–	± 20 famílias	± 20 famílias
Santo Antônio do Leverger	11	1	12
Várzea Grande	–	± 40 famílias	± 40 famílias

Fontes: (a) II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso, 2010; (b) Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso (TRICAUD 2020).

Observação:

- a. Durante a oficina foram identificadas em um grupo 10 comunidades pantaneiras em Poconé, sendo que sete já constavam no Mapeamento Social 2010 (Zé Alves, Chafaris, Sangradouro, Piuval, Barrerinho, Figueira e Bandeira). As três comunidades adicionais foram Santa Helena, Água Vermelha e Pantanalzinho.

No município de Nossa Senhora do Livramento, onde se observa a transição entre os biomas Cerrado e Pantanal, os participantes da oficina indicaram a presença de 10 comunidades Pantaneiras (nove além da identificada no diagnóstico), mas enfatizaram que nestas comunidades se misturam as autoidentidades de Pantaneiros e Morroquianos. O diagnóstico considerou estas comunidades entre as Pantaneiras, para evitar a dupla contagem.

Produção agroextrativista

Muitos Pantaneiros praticam atividade de pesca tradicional e artesanal. A tradição pesqueira das comunidades Pantaneiras é evidenciada nos ins-

trumentos e técnicas de pescaria, seja para subsistência, lazer ou geração de renda. A informação sobre produção dessas comunidades é bastante escassa. Em termos oficiais, como no caso dos Retireiros(as), Pantaneiros não são um segmento incluído em sistemas de registro oficiais como DAP e CadÚnico, muitas vezes as únicas fontes de alguma informação de presença de PCTs em municípios. Mesmo durante a oficina poucas contribuições foram feitas no sentido da produção. Os participantes indicaram a produção de três comunidades, duas em Barão de Melgaço (Acorizal e Piúva) e quatro em Poconé (Zé Alves, Barreirinho, Agroana e Girau), conforme representação na Figura 4 abaixo. O processo de comercialização é feito por venda direta em todos os casos, mas também para mercados privados (comunidades de Poconé). A comunidade de Zé Alves declarou que também vende para o PNAE.

Organização sócio-produtiva

Não foram identificadas associações representativas de comunidades Pantaneiras no diagnóstico ou durante a oficina. Foram identificadas três cooperativas que têm Pantaneiros em seu quadro de

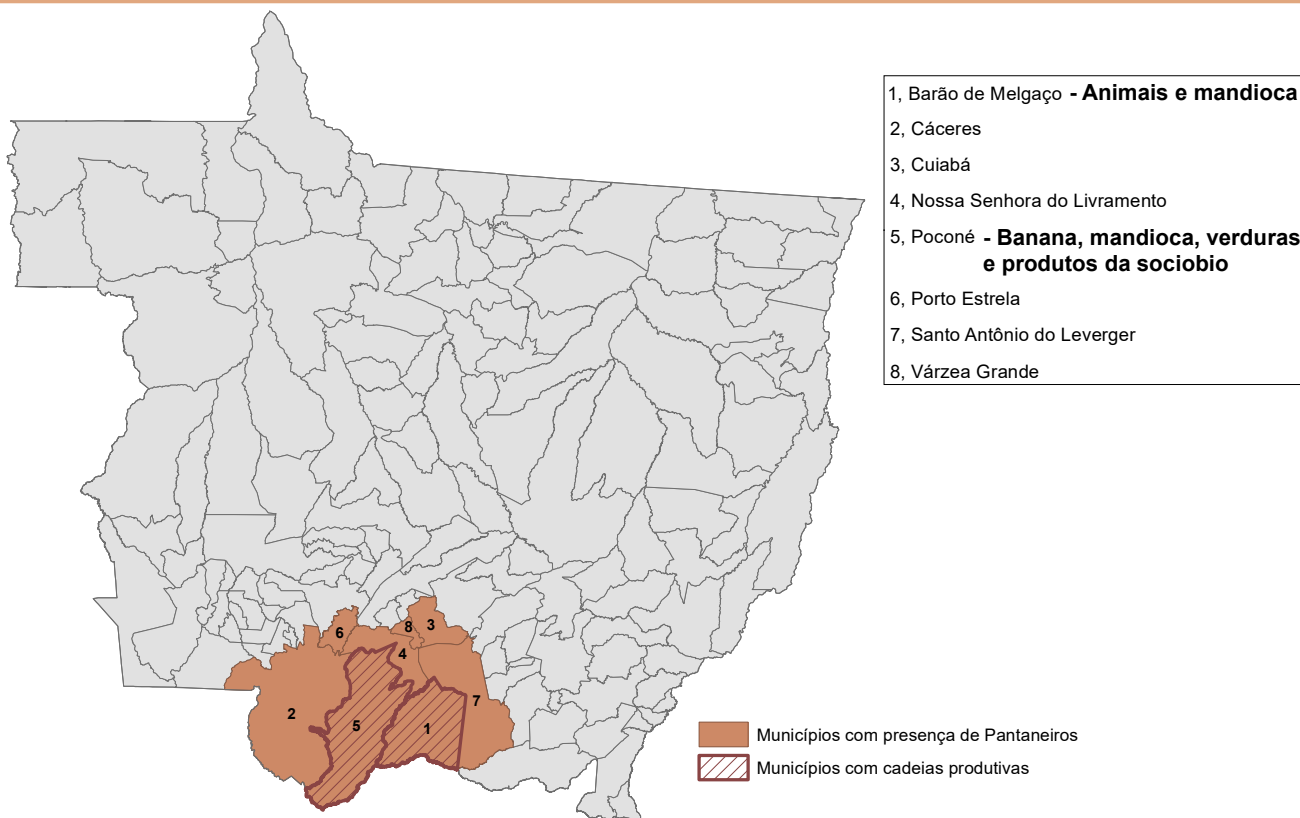
membros e por meio das quais atuam principalmente no beneficiamento de seus produtos:

- Cooperativa Central da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana (COOPERCENTRAL)
- Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora do Livramento (COOPER-NOSSASENHORA)
- Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP)

A COOPERCENTRAL é a mais bem estruturada, que possui DAP jurídica e todos seus membros possuem DAP de pessoa física. Isso a credencia para comercializar para o PNAE, sendo a única organização relacionada a pantaneiros que foi mencionada como atuante em mercados institucionais. Foi observado na oficina que o principal problema que enfrentam na comercialização é o excesso de produtos e a dificuldade de encontrar compradores suficientes.

Figura 4 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Pantaneiros.

Povos e Comunidades Tradicionais - Cadeias Produtivas PANTANEIROS



Como uma das principais atividades produtivas de pantaneiros é a pesca profissional artesanal, as colônias de pesca são importante forma de organização sócio-produtiva. No município de Cáceres, onde encontramos o maior número de comunidades pantaneiras, pescadores e pescadoras profissionais artesanais trabalham vinculados à Colônia de Pesca Z-2, com aproximadamente 800 filiados, e a Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres – APPEC, com aproximadamente 400 filiados (DE SOUZA e LOGAREZZI 2017). Note-se que a filiação a estas organizações, como no caso das cooperativas, não é restrito a pantaneiros. Também é importante considerar que as colônias de pesca em municípios onde residem comunidades pantaneiras devem ter pescador(es) pantaneiro(s) entre seus membros.

No âmbito da articulação e representação política, a Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras foi apontada como organização de grande relevância para esse segmento. A Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras integra pantaneiros,

ribeirinhos, agricultores familiares e quilombolas que fazem parte da região do Pantanal. Além das comunidades, cooperativas também fazem parte da Rede, como é o caso da COOPERCENTRAL.

Os espaços de governança ocupados por esse segmento são o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e Proteção e Acesso ao Conhecimento Tradicional.

Entre o diagnóstico e a oficina, foram identificadas sete entidades que prestam apoio sócio-produtivo às comunidades pantaneiras:

- ARCA Multiincubadora
- Associação de Pesquisa Xaraiés
- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)
- Instituto Gaia
- EMPAER
- SENAR
- Central de Associações da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Poconé (CAAFESP)

Tabela 10 • Número de organizações por tipo – Pantaneiros.

Classe	Tipo	Nº de organizações
Representação direta	Associação	–
Representação direta	Cooperativa	3
Representação direta	Colônias/associações de pescadores	2
Apoio	ONG	3
Apoio	Rede	1
Articulação	Fóruns	–
Representação regional	Conselho/Comitê Estadual	–
Representação regional	Conselho/Comitê Nacional	2

4.2.4. Morroquianos

Origem, comunidades e distribuição territorial

O segmento social autoidentificado como Morroquianos abrange agricultores familiares que vivem na Morraria, região localizada nos arredores da Estação Ecológica da Serra das Araras no município de Cáceres (Figura 5, abaixo), delimitada por diversas serras, morros, bocainas, córregos (afluentes do rio Paraguai), chapadinhas e vales (SILVA e SATO 2012) sob vegetação de Cerrado.

As comunidades Morroquianas surgem com a divisão das sesmarias²⁹. Em 1910 parte da área foi doada para construção de uma igreja de Nossa Senhora do Carmo, no entanto em 1950 com a lei das terras, muitas áreas passaram a ser consideradas “terras devolutas”. Os Morroquianos possuem diversas percepções quanto às lidas com o cam-

po, como a roça, o quintal, o pasto, os recursos madeireiros, as áreas de uso comum, os recursos naturais e o uso do solo.

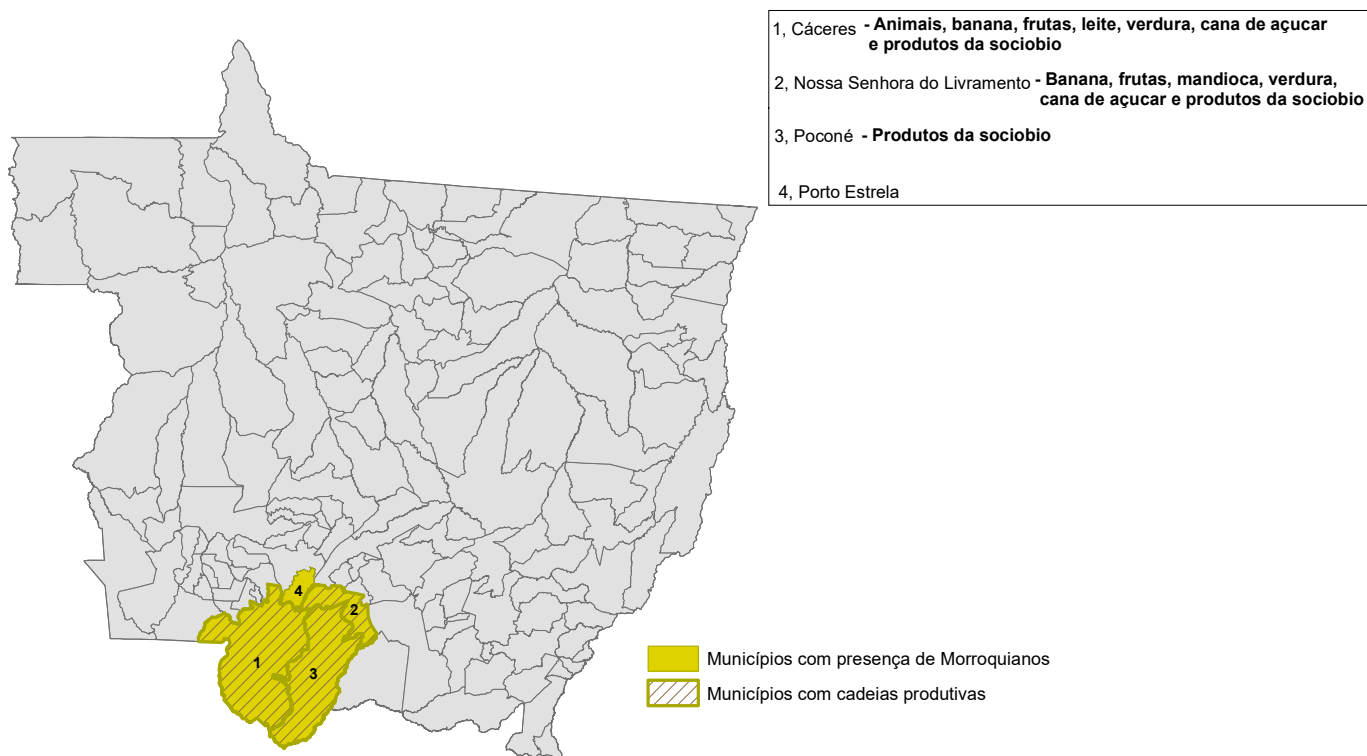
Os participantes da oficina em fevereiro de 2020 indicaram que nessa região da Morraria em Cáceres há presença grande de diversos segmentos de PCTs e é comum ver comunidades com presença de famílias que se autoidentificam com segmentos diferentes. Também é possível ver comunidades que se autoidentificam com mais de um segmento. Isso se deve em parte à característica de transição entre Cerrado e Pantanal da região.

Durante o evento foram identificadas 70 comunidades autoidentificadas como Morroquianas, mesmo que não exclusivamente. A distribuição no território está sintetizada na Tabela 11 abaixo e na Figura 5. A lista completa com os nomes das comunidades por município se encontra na Tabela 5 do Anexo 1.

Tabela 11 • Nº de comunidades/famílias Morroquianas em Mato Grosso, por município.

Município	Segmentos de PCTs prevalentes na comunidade	Nº de comunidades
Cáceres	Morroquiano	18
Nossa Senhora do Livramento	Tradicional e Morroquiano	32
	Pantaneiro Tradicional (mistura de segmento Morroquiano e Pantaneiro)	10
Porto Estrela	Morroquiano	9
Poconé	Morroquiano	1

²⁹ Instituição da coroa portuguesa de concessão de terras a indivíduos condicionada ao seu uso para produção agrícola implantada no Brasil em 1530 como forma de incentivo à ocupação do território, tendo ficado em uso como forma de distribuição de terras até 1822.



ANIMAIS - pesca, pecuária de corte, criação de bezerros, avicultura, piscicultura, pequenos animais, suinocultura
 FRUTAS - melancia, limão, laranja, poncá, manga, goiaba
 PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE - mel, cumbaru, bocaiuva, babaçu, pequi, mangaba, copaiba, castanha do Brasil, poaia, látex
 VERDURAS - verduras, legumes e hortaliças, cará, abobrinha, quiabo, maxixe, batata doce, batata, abóbora

Figura 5 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município – Morroquianos.

Produção agroextrativista

Comunidades Morroquianas **têm produção bastante diversificada**. Entre as diversas práticas trabalhadas no campo, a “chacra” merece destaque, sendo muitas vezes associada a quintais e roça. A chacra se localiza perto da casa do agricultor, seu tamanho varia entre 0,43 a 2 hectares, comparável a uma roça pequena. Sua produção é voltada para o consumo de subsistência, podendo haver eventual comércio da farinha produzida com mandioca da “chacra”. Para comercialização e produção de renda são destinados os produtos produzidos na roça (VIEIRA *et al.* 2016).

Na “chacra” são cultivadas espécies de ciclo curto e longo em comum à roça e ao quintal, como o quiabo, melancia, laranja, jabuticaba, goiaba, ger-gelim, coco da Bahia, cará, batata doce e abóbora, milho, arroz, mandioca, feijão, abacaxi, banana, rúcula, couve, cana, pimentão e pepino além de espécies nativas como paratudo, barbatimão, anjelim entre outras, exercendo assim também a função de produção de mudas e sementes destinadas à roça (VIEIRA *et al.* 2016). Os Morroquianos praticam também o extrativismo e produzem em menor escala rapadura e farinha, alguns moradores cultivam algodão, o qual é utilizado na confecção de redes artesanais (SILVA e SATO 2012).

Entre o diagnóstico e a oficina, foi possível identificar a produção de algumas poucas comunidades Morroquianas, como mostrado na Figura 5. Os participantes da Oficina identificaram que em geral os Morroquianos comercializam sua produção para o mercado privado local, por venda direta e no caso de ao menos uma comunidade (Serragem), para o PNAE.

Organização sócio-produtiva

Considerando o número razoavelmente grande de comunidades Morroquianas, foram identificadas poucas organizações sociais de Morroquianos. Algumas associações de produtores foram ligadas

à organização sócio-produtiva dos Morroquianos, sendo que na oficina os participantes indicaram as duas primeiras da lista abaixo como exclusivas de Morroquianos:

- Associação de Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora de Lurdes
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Faval (APPR Faval)
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Imbé (APPR Imbé)
- Associação Regional das Produtoras Extrativista do Pantanal (ARPEP)
- Associação dos Produtores Rurais de Vila Aparecida (APROVILA)

Tabela 12 • Número de organizações por tipo – Morroquianos.

Classe	Tipo	Nº de organizações
Representação direta	Associação	7
Representação direta	Cooperativa	3
Representação direta	Colônias/associações de pescadores/STTR	–
Apoio	ONG	3
Apoio	Rede	2
Articulação	Fóruns	–
Representação regional	Conselho/Comitê Estadual	–
Representação regional	Conselho/Comitê Nacional	–

As demais organizações representativas identificadas são cooperativas que incluem Morroquianos, Extrativistas, Pantaneiros, Quilombolas, Agricultores Familiares:

- Cooperativa Central da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana (COOPERCENTRAL)
- Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora do Livramento (COOPER-NOSSASENHORA)
- Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP)

Vale mencionar observação feita durante a oficina de que nesta região onde residem Morroquianos e vários outros segmentos, há pouco diálogo entre os diferentes segmentos. Foi dito que, especificamente, Ribeirinhos não conversam com Extrativistas. Segundo os participantes da oficina, isso enfraquece a capacidade dos segmentos na região de se integrarem para acessar em conjunto os editais do Programa REM MT.

Além das organizações representativas, foram identificadas várias organizações ou iniciativas que prestam apoio sócio-produtivo para uma ou mais comunidade Morroquiana:

- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Cáceres
- Associação de Moradores do Distrito de Vila Aparecida
- ASCOB
- ARCA Multiincubadora
- Central de Associações da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Município de Poconé (CAAFESP)
- Instituto Gaia

- Instituto Resolbio - Rede de Empreendimentos de Economia Solidária e Produtos da Sociobiodiversidade.
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT)

4.2.5. Extrativistas e Seringueiros

Origem, comunidades e distribuição geográfica

O extrativismo é a forma de gerar bens em que os recursos naturais úteis são extraídos diretamente da sua área de ocorrência natural, utilizando-se baixa tecnologia quando exercido por populações rurais pobres (DRUMMOND 1996; DRUMMOND e SOUZA 2016). Os maiores produtores e detentores da biodiversidade agrícola mundial são os produtores familiares integrantes de populações tradicionais (OLER 2012).

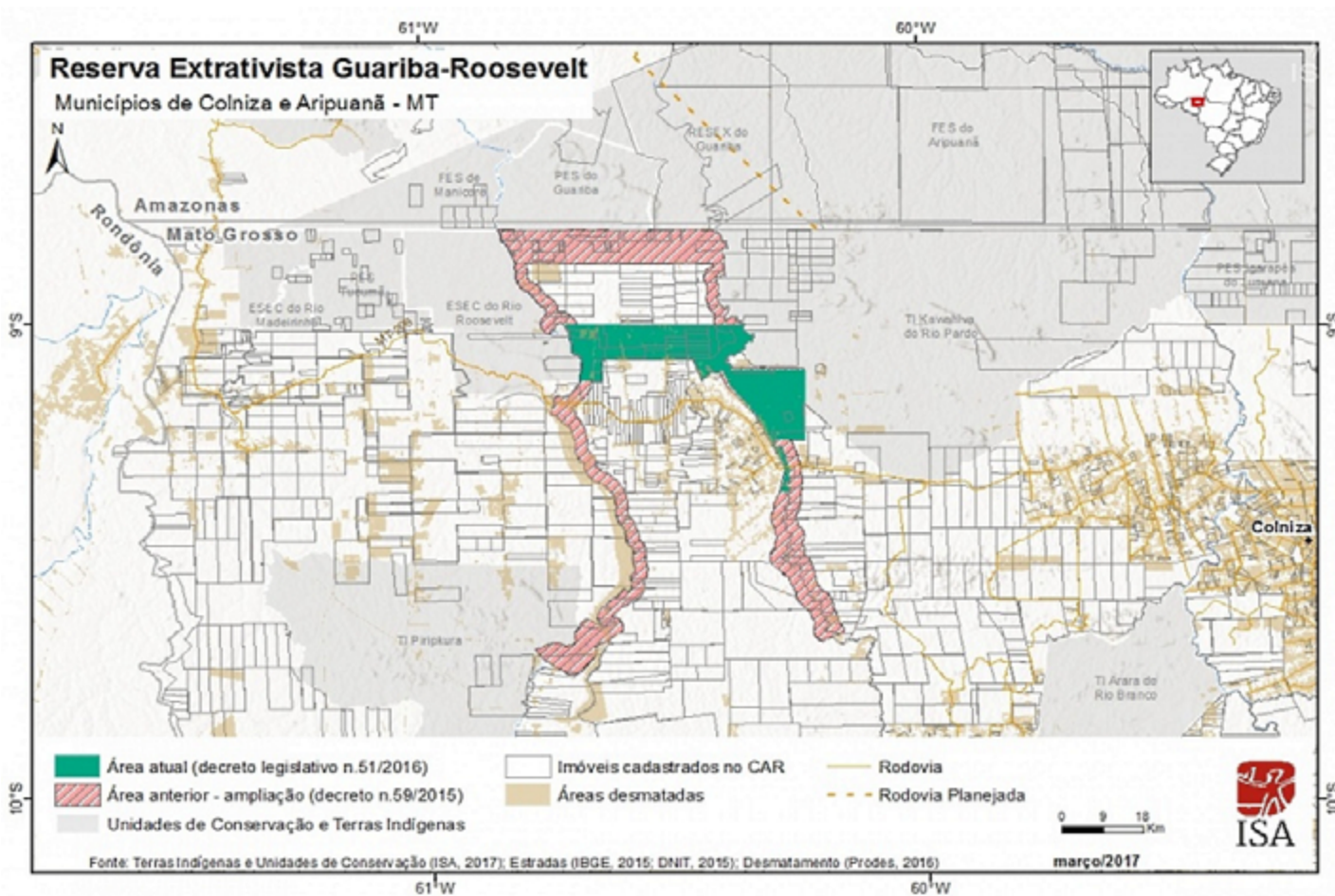
Os produtos coletados são frutos, plantas medicinais, raízes, madeiras, resinas, óleos, látex, tintura, entre outros. As finalidades podem ser diversas como alimentares, medicinais, como matéria prima para confecção de bens e serviços (MACHADO 2008). No seminário de mapeamento dos grupos sociais de Mato Grosso alguns Extrativistas se identificaram como raizeiros, fruteiros (coletam frutos do cerrado, comunidades de Ribeirão do Costa, Sítio Conceição na zona sul de Chapada dos Guimarães), poiaeiros (coletam poaia), extrativistas de castanha do brasil, óleo de copaíba e extrativistas de látex de Mangaba (encontrados nas regiões pantaneiras nos municípios de Barão do Melgaço, Cáceres e Poconé) (SILVA e SATO 2012).

As duas comunidades que são geralmente reconhecidas como Extrativistas são residentes be-

neficiárias da única reserva extrativista de Mato Grosso, a Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt. Criada em 1996 pelo governo estadual com uma área de 57.630 hectares, sofreu diversos epi-

sódios de ampliação e redução de área. Atualmente a reserva possui 164.224 hectares, porém ainda com impasses jurídicos. A Figura 6 abaixo mostra a área da RESEX quando foi criada e atualmente.

Figura 6 • Mapa da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt.



Fontes: Terra Indígenas e Unidades de Conservação (ISA 2017); Estradas (IBGE, 2015; DNIT, 2015); Desmatamento (Prodes 2016)³⁰.

30 <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/reserva-no-mato-grosso-e-nova-vitima-de-politicos>.

A RESEX se localiza entre os municípios de Colniza, Aripuanã e Rondolândia, abrangendo os rios Guariba e Roosevelt. Às margens do rio Guariba residem aproximadamente 32 famílias e às margens do rio Roosevelt 33 famílias, totalizando aproximadamente 310 famílias. As famílias beneficiárias da RESEX se identificam como Ribeirinhos e Seringueiros que estão no território há mais de um século, sendo descendentes de soldados da borracha (fala do representante da AMORARR, Ailton Pereira dos Santos, durante a oficina).

Porém, além dos moradores da RESEX, dados secundários, entrevistas para o diagnóstico e relatos durante a oficina de 2020 demonstram que há Extrativistas e Seringueiros em diversos municípios do estado. Os dados da DAP (2019) mostram 17 municípios com registros de pessoa física autoidentificada como Extrativista, totalizando 141 registros de DAP extrativista no estado. Em 12 municípios a ocorrência é de apenas uma ou duas DAP de pessoa física. Os municípios com maior número de registro foram Apiacás (69), Cáceres (27), Gaúcha do Norte (15), Aripuanã (10) e Canabrava do Norte (5).

Já no CadÚnico em 2017 havia 209 famílias autoidentificadas como Extrativistas distribuídas em 19 municípios, dos quais nove contavam com registro de apenas uma família Extrativista. Seis municípios contavam entre duas e seis famílias Extrativistas. Os cinco municípios com o maior número de famílias Extrativistas são Juara (101), Gaúcha do Norte (27), Chapada dos Guimarães (26), Itaúba (13) e Juína (8).

Considerando as limitações de usar o CadÚnico e DAP como fontes de informação sobre a presença de PCTs em municípios, discutida na seção metodológica do diagnóstico, os dados de

população e distribuição geográfica de extrativistas devem ser lidos com cautela. Isso fica evidente observando os dados para os municípios em que a RESEX está localizada. Aripuanã não tem nenhuma família registrada no CadÚnico e apenas 10 DAPs extrativistas, enquanto o Colniza e Rondolândia não têm nenhum registro em qualquer das duas bases. A Figura 7 na próxima subseção mostra a distribuição dos extrativistas identificados no diagnóstico e oficina (a tabela com os dados de comunidades e população por município se encontra no Anexo 1).

O caso da extração de borracha merece atenção especial, já que a atividade pode ser praticada em florestas naturais ou plantadas. Do ponto de vista da autoidentificação, o segmento de Seringueiros é marcado principalmente pelas práticas de extração do látex. Porém, do ponto de vista da definição de PCTs, nem todos que exercem a atividade de extração de látex se encaixam nos critérios discutidos no começo da seção 4 deste documento.

Um exemplo é o caso do assentamento do INCRA Seringal, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. A área era uma antiga fazenda que tinha um seringal plantado de 540 hectares. No assentamento vivem 89 famílias, que extraem látex como parte de sua estratégia produtiva. Destas 35 já viviam no local quando ele foi criado, em 1997 e praticavam a extração do látex. Porém, a maioria dos assentados são originários de estados do sul e sudeste do Brasil (55%) e chegaram em Mato Grosso nos últimos 30 anos (80%). Ou seja, neste caso, dificilmente estes seringueiros se encaixam nos critérios de tradição sócio-cultural de identidade PCT.

Caso um determinado grupo social se autoidentifique como Seringueiro, mas pratique a ex-

tração exclusivamente em seringal plantado, uma consideração adicional no contexto do programa REM MT é a aplicação dos critérios de qualificação para inclusão no Subprograma de agricultura familiar do REM. Ou seja, um seringal plantado é considerado contribuição para a manutenção da floresta em pé? Se a resposta for “depende”, é função do Programa REM MT, principalmente de sua governança participativa via Conselho Gestor de REDD+ criar parâmetros específicos a serem adotados para essa identificação. Outras duas instâncias de governança que podem auxiliar com essas identificações e critérios são o Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) e o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, em consulta a seu Plano de Utilização, aprovado via Portaria Nº 059 de 4 de março de 2011, por já terem experiência com planos de manejo e conservação³¹. O ICMBio também é um parceiro potencialmente importante para a essa delimitação conceitual.

A situação da produção de látex ganha relevância especial porque segundo o Diagnóstico das Plantações Florestais em Mato Grosso (2007) existe a presença de seringais plantados em 70 municípios de Mato Grosso, sendo Itiquira, São José do Rio Claro, Pontes e Lacerda, Porto dos Gaúchos, Nova Ubiratã, Santa Terezinha e Nova Mutum os municípios com plantios acima de 2.000 hectares.

Vale observar que para o programa PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade³², que complementa o valor pago por volume de pro-

duto da sociobiodiversidade até o valor mínimo estabelecido pelas normas da política, o subsídio é pago à produção de borracha extrativa apenas, com a exclusão do produto de origem plantada.

Produção agroextrativista

A principal cadeia produtiva dos extrativistas na RESEX e possivelmente no noroeste do estado como um todo é a castanha do Brasil. Essa cadeia é bem estruturada com arranjos produtivos consolidados e é caracterizada pelo envolvimento de diversos atores (indígenas, extrativistas, agricultores familiares dentre outros). O sistema produtivo parte exclusivamente de extrativismo de castanhas nativos realizados na RESEX Estadual Guariba-Roosevelt, em áreas privadas de manejo florestal madeireiro e pecuária, projetos de assentamento rural e terras indígenas (MELO e HALLA 2016).

No entanto, como visto na discussão de outros segmentos de PCTs, a atividade extrativista não se restringe ao produto castanha do Brasil, é exercida por praticamente todos os segmentos de PCTs em diversas regiões do estado. Outros produtos mencionados em entrevistas e durante a oficina de fevereiro de 2020 incluem babaçu, cumbaru, pequi, copaíba, mangaba e bocaiuva, podendo haver outros produtos não mencionados. A Figura 7 demonstra que enquanto registros oficiais de DAP e CadÚnico apontam a presença de famílias que se autoidentificam como extrativistas ou seringueiros, não há registros correspondente de registro de produção (não estamos considerando

31 <https://uc.socioambiental.org/arp/1141>, acessado em 23 de junho de 2020.

32 <https://www.conab.gov.br/precos-minimos/pgpm-bio>.

a produção extrativista daqueles que se autoidentificaram como outro segmento de PCT).

Da mesma forma, entre todas as fontes de informação que contribuíram para a construção deste diagnóstico, apenas para as comunidades extrativistas da RESEX há registro de destinação da produção. No caso das duas comunidades, a venda da produção de castanha do brasil e látex é feita para o mercado privado e o valor recebido

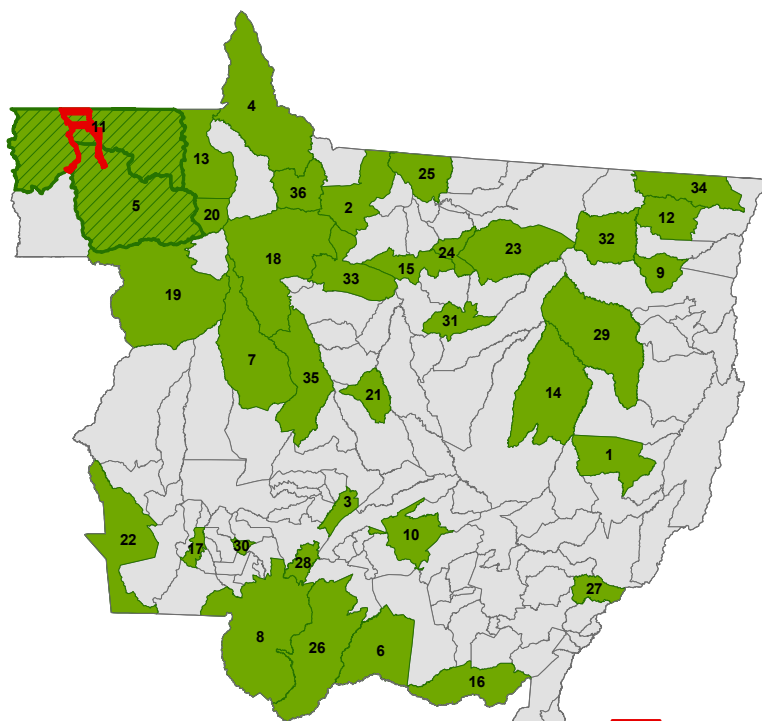
é complementado pelo PGPM-Bio, especialmente no caso do látex. O produto da RESEX na cadeia da borracha possui baixo grau de beneficiamento e conseqüentemente gera pouca agregação de valor ao produto final (MELO e HALLA 2016). Durante a fase de entrevistas do diagnóstico, foi relatado ainda que recentemente as famílias da RESEX estão produzindo farinha de mandioca (em torno de 10 toneladas/ano).

Figura 7 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município - Extrativistas e Seringueiros.



Povos e Comunidades Tradicionais - Cadeias Produtivas

EXTRATIVISTAS SERINGUEIROS



1, Água Boa	20, Juruena
2, Alta Floresta	21, Lucas do Rio Verde
3, Alto Paraguai	22, Vila Bela da Santíssima Trindade
4, Apicás	23, Marcelândia
5, Aripuanã - Produtos da sociobio e mandioca	24, Nova Santa Helena
6, Barão de Melgaço	25, Novo Mundo
7, Brasnorte	26, Poconé
8, Cáceres	27, Pontal do Araguaia
9, Canabrava do Norte	28, Porto Estrela
10, Chapada dos Guimarães	29, Querência
11, Colniza - Produtos da sociobio e mandioca	30, Rio Branco
12, Confresa	31, Santa Carmem
13, Cotriguaçu	32, São José do Xingu
14, Gaúcha do Norte	33, Tabaporã
15, Itaúba	34, Vila Rica
16, Itiquira	35, Nova Maringá
17, Jauru	36, Nova Monte Verde
18, Juara	
19, Juína	

- RESEX Guariba-Roosevelt
- Municípios com presença de Extrativistas e Seringueiros
- Municípios com cadeias produtivas de PCTs

Organização sócio-produtiva

Duas associações representativas das famílias da RESEX: Associação dos Moradores Agroextrativistas da RESEX Guariba-Roosevelt Rio Guariba (AMORARR) e Associação dos Moradores Agroextrativistas da RESEX Guariba-Roosevelt Rio Roosevelt (AMARR). Segundo o representante da AMORARR presente na oficina, as famílias na RESEX enfrentam grandes limitações para geração de renda, dificuldades com as condições de trabalho na floresta e falta de acesso ao comércio regional. As associações têm objetivos sociais e ambientais, com o papel de mobilizar recursos, organizar as atividades, criar formas de manter a

comunidade, sua cultura e a floresta. A AMORARR e AMARR trabalham com borracha natural (são elas que viabilizam o acesso ao PGPM-Bio), castanha do brasil e copaíba.

Além das associações, os moradores da RESEX trabalham com duas cooperativas (COMIGUA e COOSOB), que comercializam a produção de castanha do brasil, látex e outros produtos. Considerando extrativistas em outros territórios, os participantes da oficina identificaram outras cooperativas, totalizando seis cooperativas atuando junto a extrativistas. A Tabela 13 mostra as organizações representativas de extrativistas (associações e cooperativas) por municípios:

Tabela 13 • Organização sócio-produtiva dos Extrativistas e Seringueiros.

Municípios	Organização
Aripuanã	Associação dos moradores agroextrativistas da Resex Guariba Roosevelt Rio Guariba - AMORRAR
Colniza	Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Guariba Roosevelt, Rio Roosevelt -AMARR
	Cooperativa Mista do Guariba - COMIGUA
	Cooperativa Mista do Guariba (COMIGUA)
Itiquira	Cooperativa de Seringueiros de Ouro Branco - COOPSOB
Nossa Senhora do Livramento	Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora do Livramento (COOPERNOSSASENHORA)
Poconé	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP)
Várzea Grande	Cooperativa Central da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana (COOPERCENTRAL)
	Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ)

Fonte: Entrevistas para diagnóstico e oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.

Tabela 14 • Número de organizações por tipo – Extrativistas e Seringueiros.

Classe	Tipo	Nº de organizações
Representação direta	Associação	2
Representação direta	Cooperativa	6
Apoio	ONG	3
Apoio	Rede	1
Articulação	Fóruns	–
Representação regional	Conselho/Comitê Estadual	–
Representação regional	Conselho/Comitê Nacional	–

Extrativistas recebem apoio das seguintes organizações/grupos:

- Instituto Centro de Vida (ICV)
- Instituto Socio Ambiental (ISA)
- Pacto das Águas
- Articulação Xingu Araguaia (AXA)

A Tabela 14 mostra a síntese da rede organizacional identificada nas fontes secundárias, entrevistas e oficina relativas ao segmento extrativista.

4.2.6. Ribeirinhos e pescadores artesanais

Os povos ribeirinhos vivem à beira dos rios. A atividade predominante desses povos é a atividade pesqueira, com suporte da agricultura de várzea e de terra firme. Desenvolvem uma economia de subsistência através do cultivo de hortaliças, frutas, raízes e grãos, sendo que alguns complementam sua economia pelo extrativismo vegetal. O rio integra a identidade desses povos, possuindo uma for-

te expressão identitária no Araguaia, nos corixos pantaneiros, nos igarapés amazônicos e às margens rios do Cerrado mato-grossense. Esses povos apresentam como característica o desenvolvimento de manifestações culturais organizadas de acordo com a dinâmica das águas (SILVA e SATO 2012).

Entre a designação mais ampla de ribeirinho, alguns grupos se autoidentificam de maneira distinta, como os retireiros(as) do Araguaia e os pantaneiros, discutidos no diagnóstico, mas também os canoeiros, que vivem as margens dos rios principalmente na região do Pantanal e produzem canoas com profundo conhecimento etnomatemático na construção; os isqueiros, que vendem iscas para a pesca turística (minhocas e pequenos peixes), situados em quase todo o trecho pantaneiro; os piloteiros, habitantes de comunidades ribeirinhas do Pantanal que buscam reconstruir suas identidades de sobrevivência com as pousadas como guias turísticos; e os barqueiros originários de diversas comunidades, os quais pilotam para variadas funções (SILVA e SATO 2012).

Conectados aos ribeirinhos, mas se reconhecendo com o termo identitário do trabalho, os pescadores profissionais artesanais. Em todos estes segmentos que são ribeirinhos (por autoidentificação ou não) encontram-se indivíduos ou famílias que se autoidentificam como pescadores artesanais.

Vale notar que, como no caso dos pescadores artesanais, os segmentos específicos encontrados no segmento mais amplo de autoidentificação “ribeirinho” são todos relacionadas à principal atividade produtiva dos indivíduos ou famílias, sendo a relação tradicional com o território geralmente marcada pela adoção de práticas e equipamentos distintos no exercício da profissão e atividades produtivas complementares, de acordo com as características do ecossistema em que vivem.

Comunidades, população e distribuição territorial

Segundo fontes de informação oficiais, havia em 2019 um total de 308 indivíduos que se auto identificaram na DAP como pescadores artesanais, distribuídos em 39 municípios, sendo a maioria deles no município de Barão de Melgaço. Segundo dados do CadÚnico de 2017, em Mato Grosso estão registradas 1.192 famílias de pescadores artesanais e 240 famílias ribeirinhas.

Segundo dados levantados durante a Oficina de fevereiro de 2020, a maior concentração de ribeirinhos está no município de Barão de Melgaço, onde há 6 comunidades (Acorizal, Piraim, Rancharia, Corre D'Água, Limoeiro e Porto Canga), com aproximadamente 213 famílias. Entre elas, a comunidade Acorizal é a maior, com 90 famílias. No município

de Santo Antônio do Leverger foi identificada uma comunidade, Engenho Velho, com cerca de 30 famílias. A Figura 8 mostra os municípios com registros de alguma fonte de ribeirinhos e/ou pescadores.

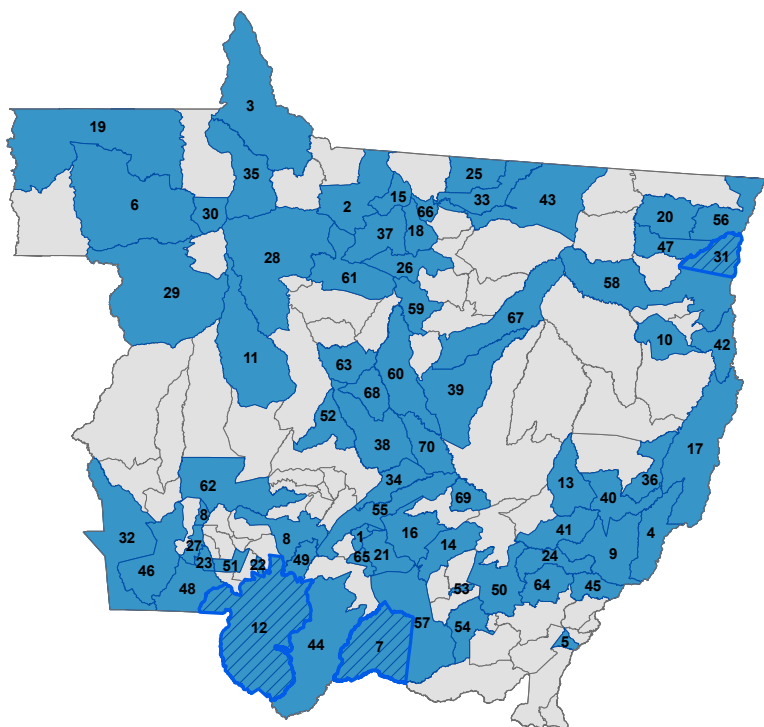
Vale observar que o fato de haver uma distribuição mais ampla em municípios deste segmento, devemos ter cuidado para não inferir tamanho da população ou volume de produção a partir da distribuição territorial. Muitas vezes, há apenas o registro de um indivíduo como pescador(a) em uma DAP ou no CadÚnico em um determinado município. Ao mesmo tempo, como ribeirinho e pescador podem ser vistos como identidades secundárias para grupos que possuem alguma outra autoidentificação, como quilombolas, pantaneiros, retireiros(as), é possível que o número de famílias que poderiam ser consideradas ribeirinhas e/ou pescadoras seja bem maior.

Produção agroextrativista

Durante o diagnóstico foi realizada entrevista diretamente com um pescador tradicional do município de Cáceres. Segundo seu relato, atualmente a maioria dos pescadores não é mais ribeirinha e vivem nas cidades. A produção é majoritariamente a pesca, porém a comercialização é problemática e por isso são obrigados a lidar com atravessadores.

Na oficina de fevereiro 2020 em Cuiabá, os pescadores artesanais e ribeirinhos indicaram a produção deste segmento em Mato Grosso, por município, as quais foram agrupadas e representadas na Figura 8 (ver lista detalhada por comunidade nos anexos do relatório da oficina³³, Anexo 3, bem como a Tabela 7 e a Tabela 8 do Anexo 1).

33 (TRICAUD 2020).



■ Municípios com presença de Pescadores e Ribeirinhos
 ■/■ Municípios com cadeias produtivas

ANIMAIS - pesca, pecuária de corte, cria de bezerros, avicultura, piscicultura, pequenos animais, suinocultura
 FRUTAS - melancia, limão, laranja, poncã, manga, goiaba
 PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE - mel, cumbaru, bocaiuva, babaçu, pequi, mangaba, copaíba, castanha do brasil, poaia, látex

- | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| 1, Acorizal | 36, Nova Nazaré |
| 2, Alta Floresta | 37, Nova Canaã do Norte |
| 3, Apiacás | 38, Nova Mutum |
| 4, Araguaiana | 39, Nova Ubitatã |
| 5, Araguaína | 40, Nova Xavantina |
| 6, Aripuanã | 41, Novo São Joaquim |
| 7, Barão de Melgaço | 42, Novo Santo Antônio |
| 8, Barra do Bugres | 43, Peixoto de Azevedo |
| 9, Barra do Garças | 44, Poconé |
| 10, Bom Jesus do Araguaia | 45, Pontal do Araguaia |
| 11, Brasnorte | 46, Pontes e Lacerda |
| 12, Cáceres | 47, Porto Alegre do Norte |
| 13, Campinápolis | 48, Porto Esperidião |
| 14, Campo Verde | 49, Porto Estrela |
| 15, Carlinda | 50, Poxoréo |
| 16, Chapada dos Guimarães | 51, São José dos Quatro Marcos |
| 17, Cocalinho | 52, São José do Rio Claro |
| 18, Colíder | 53, São Pedro da Cipa |
| 19, Colniza | 54, Rondonópolis |
| 20, Confresa | 55, Rosário Oeste |
| 21, Cuiabá | 56, Santa Terezinha |
| 22, Curvelândia | 57, Santo Antônio do Leverger |
| 23, Figueirópolis D'Oeste | 58, São Félix do Araguaia |
| 24, General Carneiro | 59, Sinop |
| 25, Guarantã do Norte | 60, Sorriso |
| 26, Itaúba | 61, Tabaporã |
| 27, Jauru | 62, Tangará da Serra |
| 28, Juara | 63, Tapurah |
| 29, Juína | 64, Tesouro |
| 30, Juruena | 65, Várzea Grande |
| 31, Luciara | 66, Nova Guaritã |
| 32, Vila Bela da Santíssima Trindade | 67, Feliz Natal |
| 33, Matupá | 68, Lucas do Rio Verde |
| 34, Nobres | 69, Planalto da Serra |
| 35, Nova Bandeirantes | 70, Santa Rita do Trivelato |

Figura 8 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas – Pescadores e Ribeirinhos.

Organização sócio-produtiva

A organização sócio-produtiva de ribeirinhos é feita predominantemente por segmentos relacionados, como pantaneiros, retireiros(as), entre outros, o segmento mais abrangente é o de pescadores artesanais profissionais, que normalmente se organizam em associações e Colônias de Pesca.

As Colônias foram criadas pela Marinha do Brasil como zonas (daí todas serem identificadas como Z-#) onde pescadores artesanais poderiam ser mobilizados em caso de defesa do território nacional (RAMALHO 2014). Com

o passar do tempo, passaram a ser associações privadas de pescadores artesanais e com a Constituição de 1988 ganharam status de entidade de classe perante a previdência social e outros órgãos governamentais, equivalente aos sindicatos de trabalhadores rurais. O território de abrangência de cada colônia pode variar, mas geralmente são organizadas por município. No diagnóstico foram identificadas 13 colônias que representam pescadores artesanais em Mato Grosso, além de duas associações, sendo uma de abrangência municipal e outra de representação estadual (Tabela 15).

Tabela 15 • Organizações de pescadores artesanais profissionais em Mato Grosso.

Municípios	Nome
Cáceres	Associação de Pescadores Profissionais de Cáceres (APPEC)
Cuiabá	Associação do Segmento de Pesca do Estado de MT (ASP-MT)
Cuiabá	Colônia Z-1
Barra do Bugres	Colônia Z-10
Barra do Garças	Colônia Z-9
Poconé	Colônia Z-11
Rosário Oeste	Colônia Z-13
Várzea Grande	Colônia Z-14
Cáceres	Colônia Z-2
Rondonópolis	Colônia Z-3
Nobres	Colônia Z-4
Barão de Melgaço	Colônia Z-5
Luciara	Colônia Z-6
São Felix do Araguaia	Colônia Z-7
Santo Antônio do Leverger	Colônia Z-8

No âmbito da articulação representativa, uma organização expressiva deste segmento é o Movimento Nacional dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais – MPP. Além disso, na oficina, foram identificadas algumas instituições que apoiam os segmentos de pescadores, sendo elas:

- ARCA Multiincubadora
- Associação de Pesquisa Xaraiés
- Associação Nossa Senhora de Assunção (ANSA)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT Regional Araguaia–Tocantins)
- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT)
- Federação de Pesca de Mato Grosso
- UNEMAT
- Associação de Pesquisa Xaraiés
- Prefeitura de Cáceres

Tabela 16 • Número de organizações por tipo – Pescadores.

Classe	Tipo	Nº de organizações
Representação direta	Associação	2
Representação direta	Cooperativa	–
Representação direta	Colônias	13
Apoio	ONG	7
Apoio	Rede	–
Apoio	Universidade	1
Articulação	Fóruns/Conselhos	1
Representação regional	Conselho/Comitê Estadual	–
Representação regional	Conselho/Comitê Nacional	–

4.2.7. Povos de Terreiro (e Raizeiras)

Origem, comunidades e distribuição territorial

Os povos de terreiro aparecem no mapeamento de grupos sociais de 2010 e participaram com seis representantes da Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, realizada em fevereiro de 2020. Segundo relatos durante a oficina, a base da religião é a manutenção da floresta em pé e da biodiversidade e nenhuma das atividades culturais e religiosas é desenvolvida sem folhas e ervas. As Casas de Terreiro desenvolvem diversas atividades sociais nas comunidades, como atendimento à saúde (Farmácia Popular Viva), oficinas de reciclagem e doações de mudas. Atuam para a manutenção da cultura, religião e saberes tradicionais, bem como da gastronomia Ameríndia e Afro-brasileira.

Segundo dados do CadÚnico de 2017, havia 24 famílias de povos de terreiro no município

Rosário Oeste, e uma família em cada um dos seguintes municípios: Cuiabá, Cáceres, Brasnorte, Canabrava do Norte, Pontes e Lacerda e Sorriso. Porém, segundo dados coletados na oficina de fevereiro de 2020, há povos de terreiro em vários outros municípios, como representado na Figura 9 (mais abaixo).

Os participantes indicaram que falta um mapeamento mais aprofundado das comunidades que compõem esse segmento, que incluem benzedeiros, raizeiros, parteiras, entre outros. Durante entrevista para o diagnóstico, uma representante Raizeira relatou haver mais de 100 Raizeiras no município de Poconé, em sua maioria dentro de comunidades quilombolas, assim como parteiras. Raizeiras não atuam na produção agroextrativista estrito senso, mas utilizam ervas, raízes e fluidos naturais na confecção de medicamentos. Internamente nas comunidades, as medicinas são distribuídas gratuitamente. Quando comercializam, é fora da comunidade.

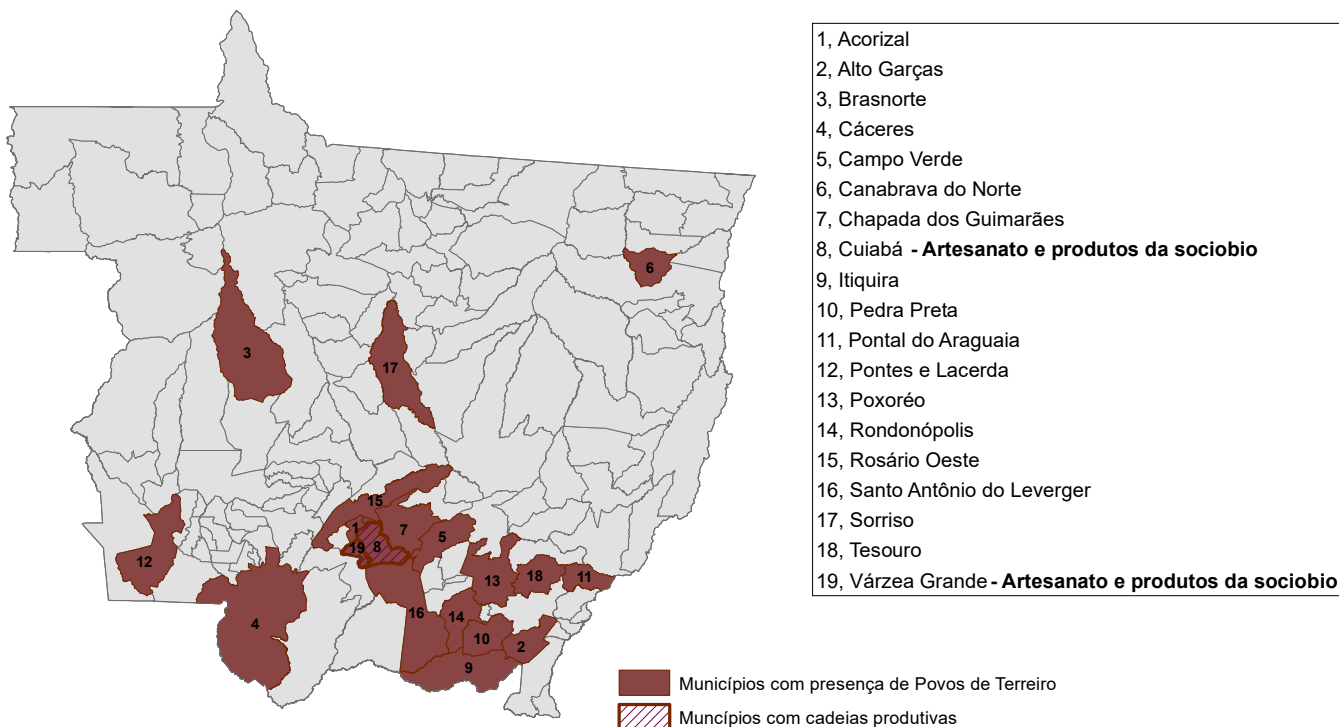
Produção agroextrativista

Segundo dados fornecidos durante a oficina de fevereiro de 2020, Casas de Terreiros têm pequenas hortas e viveiros onde produzem mudas de plantas nativas para doação e reflorestamento, cultivam plantas sagradas para os trabalhos do terreiro e plantas medicinais. Essa atividade é essencial, porque não existe plano de preservação

dessas plantas sagradas. Também produzem artesanatos como tigelas de cerâmicas e atabaques feitos com a madeira da baoba, balsamo e ximbuva. Como fonte de renda, comercializam apenas os artesanatos, tigelas e cuias. A Figura 9 abaixo mostra a distribuição geográfica dos povos de terreiro em Mato Grosso indicando a atuação em cadeias agroextrativistas nos municípios para os quais há alguma informação.

Figura 9 • Distribuição geográfica e cadeias produtivas agroextrativistas por município - Povos de Terreiro.

Povos e Comunidades Tradicionais-Cadeias Produtivas POVOS DE TERREIRO



Organização sócio-produtiva

Os povos de terreiro participam do CEPCT com diversas cadeiras (por exemplo, para raizeiras, umbandistas e candomblecistas) e possuem ainda algumas associações e grupos sociais, descritos na Tabela 17. Recebem apoio das seguintes instituições:

- Fórum Interreligioso;
- Federação Nacional de Umbanda e dos Cultos Afro Brasileiros – FENUCAB;
- Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CEPİR;
- Organizações de Defesa dos Direitos da Mulher.

Tabela 17 • Organização social dos povos de terreiro.

Municípios	Organização
Cuiabá	Associação de Umbanda de Mato Grosso (ASSUMAT)
	Associação Vale Santa Sara Kali (AVASSK)
	Egbe Isese Lagbá Ifá Trê Omi Layo
	Ilê Axé Efum Bolá
	Federação de Umbanda e dos Cultos Afro-Brasileiro (FENUCAB)
	Templo do Zumbi dos Palmares
Tangará da Serra	Ylé Axé Oya Kedmolú

Fonte: Entrevistas para diagnóstico e oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020 (TRICAUD 2020).

Raizeiras, por outro lado, participam de diversas instâncias de governança participativa:

- Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais
- Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas
- Fórum de Mulheres Negras
- Movimento Negro Unificado – MNU.

4.2.8. Ciganos

Origem, comunidades e distribuição territorial

Os povos ciganos são constituídos por variadas comunidades, que se diferenciam historicamente. Podem ou não manter relações de semelhanças ou diferenças umas com as outras, mas todas se autoi-

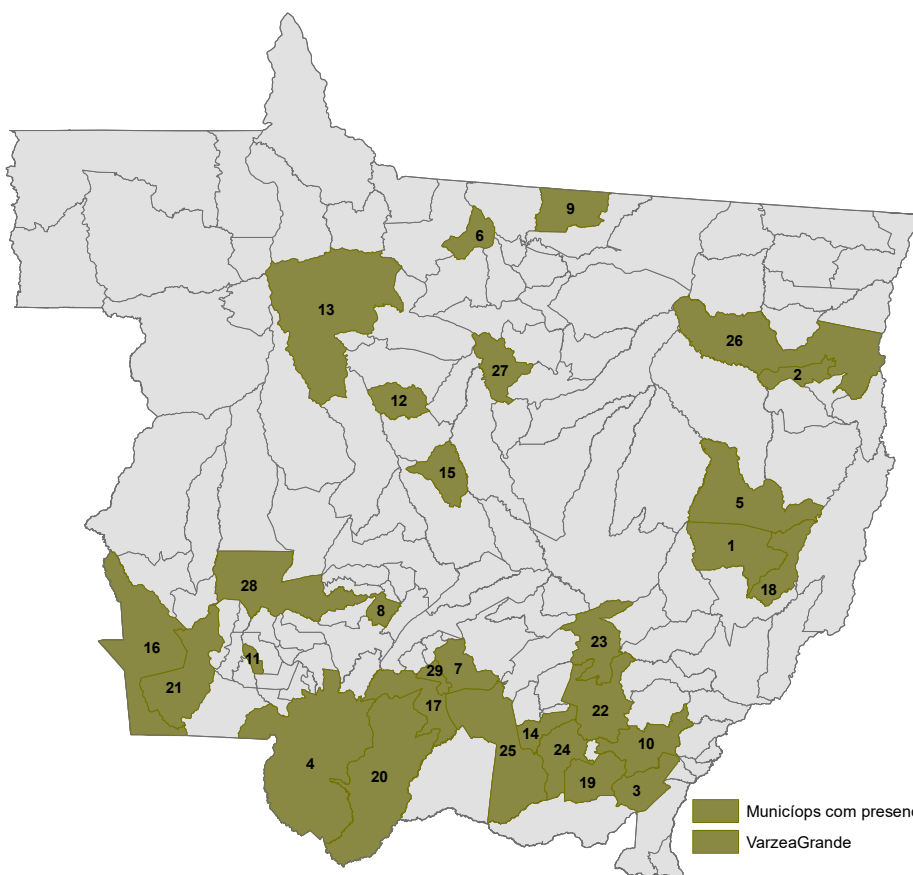
identificam como andarilhos. A educação ocorre no meio familiar através da oralidade de cunho mitológico, evidenciando assim uma educação entrelaçada ao meio ambiente. Em Mato Grosso os ciganos são majoritariamente da identidade Kalon, vivem no estado há mais de 100 anos e estão em sua maioria nos municípios de Alto Garças, Cuiabá, Juscimeira, Guiratinga, Juara, Pedra Preta, Rondonópolis, São José do Povo, Sinop, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra e Várzea Grande (SILVA e SATO 2012).

Os Kalon são ciganos culturalmente diferenciados após um extenso contato com os povos ibéricos. Sua migração ao Brasil se deu através de Portugal, país europeu onde havia grupos maiores de ciganos (TEIXEIRA 2008). Vale ressaltar que existem características da identidade cigana compartilhadas por todos os ciganos e outras que são particulares de cada subgrupo. Este grupo de ciganos possui ramificações em vários estados como Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Pará.

Figura 10 • Distribuição geográfica de Ciganos por município.



Povos e Comunidades Tradicionais - CIGANOS



Municípios do Mato Grosso

- 1, Água Boa
- 2, Alto Boa Vista
- 3, Alto Garças
- 4, Cáceres
- 5, Canarana
- 6, Carlinda
- 7, Cuiabá
- 8, Denise
- 9, Guarantã do Norte
- 10, Guiratinga
- 11, Indialvaí
- 12, Itanhangá
- 13, Juara
- 14, Juscimeira
- 15, Lucas do Rio Verde
- 16, Vila Bela da Santíssima Trindade
- 17, Nossa Senhora do Livramento
- 18, Nova Nazaré
- 19, Pedra Preta
- 20, Poconé
- 21, Pontes e Lacerda
- 22, Poxoréu
- 23, Primavera do Leste
- 24, Rondonópolis
- 25, Santo Antônio do Leverger
- 26, São Félix do Araguaia
- 27, Sinop
- 28, Tangará da Serra
- 29, Várzea Grande

Em Mato Grosso havia em 2009 uma comunidade de aproximadamente 300 pessoas, sendo a maioria de Tangará da Serra, Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis (JÚNIOR 2009). Segundo dados informados na oficina de fevereiro de 2020, os ciganos possuem pelo menos 130 famílias no estado de Mato Grosso, conforme mostra a Figura 10. Há pouca informação sobre esse segmento, o que torna difícil para esses povos o acesso às políticas públicas.

No passado, a forma de organização dos Kalon era de uma relação pouco utilitarista. O nível de consumo era baixo, durante as migrações pelo Centro Oeste. O uso dos meios naturais ocorria apenas caso necessário para a sobrevivência, sem desenvolvimento de degradação ambiental e poluição de grande porte. Como andarilhos, não desmatavam e quando eram agricultores, conseqüentemente permaneciam um período prolongado em um só lugar. Com o crescimento das grandes plantações, e pequenas propriedades de terra a possibilidade de viver dessa forma diminuiu (JÚNIOR 2009).

Produção agroextrativista

Não há registros sobre produção agroextrativistas pelos ciganos em Mato Grosso.

Organização sócio-produtiva

Segundo dados coletados na oficina de fevereiro de 2020, os ciganos de Mato Grosso possuem uma Associação Estadual das Etnias Ciganas (AEEC), a qual tem sede em Cuiabá. Além dessas instituições, há duas outras em âmbito nacional das quais fazem parte, Associação Nacional das Mulheres Ciganas (ANMC), com sede na Bahia e Instituto Cigano Brasileiro (ICB), com sede no Ceará. Em âmbito estadual os ciganos fazem parte do Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) do estado de Mato Grosso. Os ciganos presentes na oficina registraram a necessidade de recursos financeiros para que os representantes desse segmento possam participar de espaços de diálogos com o governo e na construção de políticas públicas específicas.



5.

Colaboração e suporte sócio-produtivo a PCTs em Mato Grosso



A colaboração e atendimento a PCTs para atividades sócio-produtivas em Mato Grosso é fundamental para que esses segmentos possam se apropriar e utilizar as políticas públicas federais e estaduais que foram criadas a partir da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326/2006 tendo-os explicitamente entre os beneficiários. A revisão da legislação, políticas, programas e fundos voltados na seção 2 do diagnóstico deixa claro que se há pouca especificidade de segmentos de PCTs fora quilombolas, as peças legais indicam que a expressão Povos e Comunidades Tradicionais deve ser interpretada como de inclusão ampla.

Os resultados apresentados na seção 4 para os segmentos de PCTs predominantes em Mato Grosso indicaram o apoio de órgãos de governo, organizações não governamentais, entidades de

pesquisa e instâncias governamentais de governança participativa (conselhos, comitês, fóruns). Nesta seção fazemos uma consolidação das informações sobre os atores que fazem parte dessa rede de apoio.

5.1. Órgãos governamentais

SEAF – Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF)

A SEAF, co-Coordenadora do Subprograma de Agricultura Familiar e de PCTs do REM, tem como função promover o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura de produção familiar no estado, através da formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento Rural sustentável. A SEAF exerce a presidência de três colegiados relacionados à agricultura familiar, todos de grande relevância para a inclusão econômica dos PCTs nas políticas públicas para o setor da agricultura familiar. Os três conselhos são: CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (ver abaixo); CONSEA – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional; e CESOL – Conselho Estadual de Economia Solidária.

A SEAF é ainda responsável pela implementação de dois sistemas que afetam diretamente a atuação de PCTs na agricultura familiar. O primeiro sistema é o SEIAF – Sistema Estadual Integrado de Agricultura Familiar de Mato Grosso, que tem por objetivo implementar nos municípios, consórcios e estado de forma geral o PEAf MT – Plano Estadual de Agricultura Familiar de Mato Grosso, com vigência de 2018 a 2030. O segundo sistema é o SUSAF – Sistema Estadual Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte, responsável por conceder o certificado de sanidade necessário para a comercialização de produtos da agricultura familiar e agroindústria no estado.

Durante as entrevistas para o diagnóstico, servidores da SEAF relataram que não há um departamento específico para tratar de assuntos ligados aos PCTs nem há mecanismo que ajude a secretaria a identificar demandas provenientes de PCTs. O PEAf MT prevê em todos seus eixos a inclusão específica e tratamento diferenciado para povos indígenas e PCTs. Enquanto há atualmente um canal de diálogo oficial dos povos indígenas do estado com o governo estadual, por meio da Superintendência de Assuntos Indígenas, vincu-

lada à Casa Civil, e um interlocutor institucional representativo de 43 povos indígenas do estado – a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT)³⁴ – os PCTs contam apenas com o Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MT), instância de governança colegiada, não deliberativo, liderado por servidor do estado e com participação de diversos segmentos de PCTs.

Segundo o relato durante as entrevistas, chegam poucas demandas espontâneas de PCTs à SEAF e as que chegam frequentemente não são solicitadas de forma correta devido à falta de conhecimento sobre como encaminhar as demandas ou como acessar uma política pública. Outra dificuldade é o custo de acesso logístico à secretaria, haja visto que não há representação coletiva de todos os segmentos e muitos residem bem distante da capital. Assim, é perceptível a quase ausência de interação da SEAF com os PCTs em geral, levando ao atendimento errático de demandas desses segmentos.

EMPAER – Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

A EMPAER, co-Coordenadora do Subprograma de Agricultura Familiar e de PCTs do REM, é uma empresa pública do estado vinculada à SEAF, responsável pelo serviço de assistência técnica e rural, trabalhando em conjunto com os agricultores familiares, incentivando boas práticas e difundindo novas tecnologias para gerar e garantir o desenvolvimento econômico, social e ambiental da família rural. Vinculada à SEAF, a EMPAER tem

34 <https://coiab.org.br/fepoint>, acessada em 14 de maio de 2020.

a responsabilidade institucional de apoiar as ações de desenvolvimento das cadeias produtivas nos territórios de PCTs.

Na primeira metade da década de 2010, o governo federal lançou editais voltados à ATER pública e organizações da sociedade civil com o devido credenciamento no SIATER para a prestação de ATER diferenciada a alguns segmentos de PCTs, especialmente extrativistas, e indígenas. A execução de serviços ATER diferenciada para PCTs possibilitou a aproximação da EMPAER e organizações não governamentais com os PCTs. De acordo com os dados de 2019, as comunidades tradicionais atendidas pela EMPAER são em sua maioria quilombolas e estão nos municípios de Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Barra do Bugres e Porto Estrela, totalizando 1607 famílias quilombolas para as quais a EMPAER presta serviços de ATER.

Devido ao papel central da EMPAER no REM MT e a centralidade da ATER pública de qualidade para que os segmentos dos PCTs alcancem ganhos em produtividade e resultado econômico com os recursos do REM, foram realizadas oficinas de capacitação com técnicos da EMPAER em Cuiabá, Colíder e Juína. O objetivo foi introduzir aos técnicos da EMPAER as temáticas relacionadas ao programa REM, capacitá-los em relação aos novos procedimentos que seriam utilizados na prestação de serviços para os diferentes segmentos a serem contemplados no Subprograma.

Foi possível observar que a interação da EMPAER com PCTs varia entre as três regiões. Na região de Cuiabá e Baixada Cuiabana, onde há grande concentração de segmentos e territórios ou comunidades PCTs, houve participação alta e os técnicos demonstraram possuir maior conta-

to com PCTs. Afirmaram trabalhar diretamente com diversos segmentos, em especial quilombolas, extrativistas e Morroquianos. Destacaram as cadeias produtivas da mandioca, oleicultura, leite, flores tropicais, açúcar e raízes. Apontaram como características diferenciadas dos PCTs a religiosidade e os saberes populares.

Em Colíder, onde não há presença tão significativa de PCTs, os técnicos da EMPAER afirmaram trabalhar com extrativistas e pescadores artesanais, em especial nas cadeias produtivas de sementes e castanha. Em Juína os técnicos da EMPAER afirmaram trabalhar com extrativistas e seringueiros, com destaque para as cadeias produtivas de frutos da Amazônia, artesanato, cacau, guaraná, açaí, bacaba e urucum. Os técnicos sugeriram que sistemas agroflorestais podem ser bons integradores para produção das cadeias produtivas com que os PCTs trabalham na região.

As oficinas foram uma oportunidade inédita para os técnicos debaterem como grupo o trabalho junto a PCTs. Um aspecto de especial relevância na preparação dos quadros da EMPAER para contribuir efetivamente para atender o público dos PCTs é o questionamento se PCTs são de fato segmentos diferenciados. Parece predominar o entendimento trazido pela lei da agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006), onde PCTs são agricultores familiares como todos os demais segmentos mencionados na lei, não requerendo ATER diferenciada para seu atendimento. Isso evidencia que o programa REM MT deve continuar a desenvolver capacitações e debates junto às equipes da EMPAER para atender aos PCTs. No geral, o relato é de que os técnicos se mostraram interessados no debate e há muitas questões, como preconceitos e dúvidas que devem ser mais debatidos e aprofundados.

UNEMAT e UFMT

Duas instituições governamentais que também aparecem como relevantes para a efetiva inclusão participativa e produtiva dos PCTs no REM MT são a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e grupos de pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A UNEMAT é parceira em várias ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, capacitação e extensão da EMPAER e da SEAF.

Na UFMT, é de especial relevância para a inclusão participativa dos PCTs no REM o trabalho do Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental Comunicação e Arte (GPEA), que tem como objetivo promover uma educação ambiental participativa e inclusiva e já realizou diversos trabalhos com extrativistas e quilombolas. Entre eles, dois merecem destaque. O primeiro é o mapeamento

de grupos sociais do estado de Mato Grosso onde diversos PCTs participaram e 99 grupos de diferentes identidades sociais foram assinalados. O estudo resultante da pesquisa foi citado várias vezes na seção 4, já que para muitos segmentos de PCTs continua sendo a única fonte de informação no estado. Além do mapeamento, o GPEA também realiza trabalho próximo com a comunidade Quilombola Mata Cavalu. Os grupos relacionados à universidade podem ser uma boa ponte de comunicação com os PCTs do estado.

Há necessariamente outros órgãos além dos mencionados acima que atuam junto a PCTs com relevância para sua inclusão sócio-produtivo no estado. A Tabela 18 lista os órgãos governamentais identificados nas etapas do diagnóstico que têm por responsabilidade apoiar a participação de PCTs na produção agroextrativista e/ou que apoiam em maior ou menor grau.

Tabela 18 • Órgãos governamentais de apoio à inclusão sócio-produtivo de PCTs em cadeias agroextrativistas – MT.

Nome	Abrangência	PCTs com que atuam
Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural	Estadual	Principalmente Quilombolas, mas também Pantaneiros e outros segmentos (Extrativistas, Pescadores, Ribeirinhos, etc.).
Fundação Cultural Palmares	Federal	Quilombolas
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental Comunicação e Arte (GPEA/UFMT)	Estadual	Todos, mas em especial quilombolas
INCRA	Federal	Quilombolas

Nome	Abrangência	PCTs com que atuam
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Federal	Extrativistas em unidades de conservação e todos que atuam em cadeias extrativistas da sociobiodiversidade
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Federal	Quilombolas (responsáveis pelo Seno Nacional da Agricultura Familiar Quilombola – SENAF Quilombola) ³⁵
Ministério Público Federal de Mato Grosso	Federal	Todos ³⁶
Secretaria Adjunta de Direitos Humanos	Estadual	Todos
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEAF)	Estadual	Todas as comunidades PCTs que atuam na agricultura familiar
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC)	Estadual	Quilombolas e Indígenas
Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA)	Estadual	Todos
Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)	Estadual	Sem informação

Organizações não governamentais

Diversas organizações não governamentais foram citadas no levantamento documental e durante a Oficina de fevereiro de 2002 e várias entre elas foram entrevistadas durante o processo do diagnóstico. O diagnóstico evidencia que estas organizações têm sido as principais

colaboradoras dos PCTs no estado em temas de inclusão sócio-produtivo, especialmente em cadeias agroextrativistas. Ao todo, considerando todos os tipos de organizações da sociedade civil, foram identificadas 110 organizações atuando em Mato Grosso com diversos segmentos de PCTs. A Tabela 19 apresenta um resumo destas organizações por tipo.

³⁵ <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-161-de-9-de-agosto-de-2019-210508396>.

³⁶ Tem como uma de suas áreas de atuação “Índios e Comunidades Tradicionais” – <http://www.mpf.mp.br/mt/atuacao/indios-e-comunidades-tradicionais>.

Tabela 19 • Número de organizações mapeadas por tipo e segmentos de PCTs atendidas.

Tipo de organização	Segmentos de PCTs	Número
Associação	Artesões; ciganos; extrativistas; seringueiros; morroquianos; pescadores; população negra; povos de terreiro; quilombolas; retireiros(as)	56
ONGs	Extrativistas; seringueiros; quilombolas; ribeirinhos; retireiros(as); pantaneiros; morroquianos; pescadores	18
Órgão de classe	Pescadores	13
Cooperativa Agropecuária	Extrativistas/seringueiros; pantaneiros; morroquianos; quilombolas; ribeirinhos	7
Grupo de Pesquisa	Diversos	4
Rede	Morroquianos; quilombolas; extrativistas; pescadores; pantaneiros	4
Terreiro	Povos de terreiros	4
Cooperativa de Trabalho	Povos de terreiros	1
Federação	Federação	1
Sindicato	Diversos	1
União de Cooperativas	Diversos	1
Total		110

As associações e cooperativas que atuam com cada segmento já foram apontadas ao longo da seção 4. A Tabela 20 traz a lista das organizações de apoio aos PCTs em Mato Grosso, indicando suas áreas de atuação, segmentos apoiados e abrangência territorial de atuação. O principal foco é a atuação na inclusão sócio-produtivo, já que este é o tema

que orientou o diagnóstico, mas como se pode ver na tabela, algumas organizações atuam com foco em outros temas, o que não quer dizer que não sejam interlocutores importantes para o Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM porque elas são organizações que podem ajudar a construir o processo de inclusão participativa efetiva dos PCTs.

Tabela 20 • Entidades identificadas que trabalham com Povos e Comunidades Tradicionais em Mato Grosso.

Nome	O que fazem?	Segmentos PCTs	Abrangência
ARCA Multincubadora	Apoio para a transformação de ideias e projetos viáveis em empresas inovadoras e sustentáveis	Diversos, em especial Pantaneiros, Morroquianos, Quilombolas, Pescadores	Regional
Articulação Xingu-Araguaia (AXA)	Criação de alternativa sustentável de manejo da terra, de recuperação de áreas degradadas, e de geração de renda a partir da floresta em pé	Iniciaram contato com os Retireiros e Retireiras do Araguaia	Região do Xingu Araguaia
Associação Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Assistência técnica em agroecologia e agricultura familiar em quatro eixos: produção, agregação de valor, mercado e gênero	Comunidades tradicionais Bocaina	Vila Bela de Stma. Trindade
Associação de Pesquisa Xaraiés	Atuação em espaços de decisão em defesa dos direitos dos PCTs	Pescadores Artesanais, ribeirinhos	Mato Grosso
Associação Nossa Senhora de Assunção (ANSA)	4 eixos de trabalho: Economia Solidária; Agroecologia e Meio Ambiente; Educação Popular e Saúde Comunitária; e Fortalecimento Institucional e de Redes Sócioambientais.	Diversos	Região do Araguaia
Associação Sócio-Cultural e Ambiental Fé e Vida	Defesa de direitos sociais	Ribeirinhos e comunidades tradicionais	Região Pantanal
Centro Burnier Fé e Justiça Associação Antônio Vieira	Assessoramento e defesa da garantia de direitos, tendo como referência o serviço da fé e a promoção da justiça, o diálogo cultural e inter-religioso	Quilombolas	Mato Grosso
Comissão Pastoral da Terra (CPT Regional Araguaia - Tocantins)	Defesa de direitos	Diversos	Região do Araguaia
Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)	Promoção da teoria, metodologia e tecnologia aplicadas à conservação, proteção e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios.	Pescadores Artesanais, Ribeirinhos	Mundial; Mato Grosso
Coordenação Nacional de Articulação das comunidades negras rurais (CONAQ)	Luta pela garantia de uso coletivo do território	Quilombolas	Nacional
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)	Fortalecimento de organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas econômicas e sociais que conduzam a estruturas em que prevaleça democracia com justiça	Populações tradicionais, Quilombolas, Pescadores Artesanais	Mato Grosso

Nome	O que fazem?	Segmentos PCTs	Abrangência
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)	Promoção da segurança alimentar e nutricional, luta por justiça ambiental, construção da agroecologia e fortalecimento da organização das mulheres.	Quilombolas, Morroquianos, Pescadores Artesanais	Mato Grosso
Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD)	Democratização da informação e debate socioambiental propondo alternativas de sustentabilidade para a melhoria das condições de vida da população	Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, Quilombolas, Extrativistas	Mato Grosso
Instituto Caracol (Icaracol)	Promoção da justiça ambiental, direitos humanos e a diversidade ecológica.	Quilombolas, Pescadores Artesanais, Ribeirinhos, comunidades tradicionais	Mato Grosso
Instituto Centro de Vida (ICV)	Construção de soluções compartilhadas de sustentabilidade para o uso da terra e dos recursos naturais	Extrativistas,	Alta Floresta, Cuiabá
Instituto Gaia	Conservação das áreas úmidas e suas conectividades, valorização dos serviços ambientais e promoção da equidade social e justiça ambiental para as populações humanas que habitam essas regiões.	Maioria comunidades tradicionais do pantanal, Morroquianos, Quilombolas	Região do Pantanal
Instituto Kurâdomôdo Cultura Sustentável	busca (re)construir e cuidar das nossas relações dentro da sociedade, humanas e da natureza, destacando aspectos e expressões culturais diversas.	Diversos	Regional (sede em Cuiabá)
Pacto das Águas	Construção de canais de diálogo entre os povos, suas lideranças e suas representações e diferentes atores institucionais e de mercado	Extrativistas e Seringueiros	Colniza, Aripuanã, Rondolândia
Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras	Articulação e representação política. Além das comunidades, cooperativas também fazem parte da Rede	Pantaneiros, Ribeirinhos, Agricultores Familiares e Quilombolas	Região do Pantanal
Rede Cerrado	Conservação do Cerrado e promoção de meios de vida sustentáveis	Quilombolas e PCTs	Cerrado
Rede de Empreendimentos de economia solidaria e produtos da socio biodiversidade (RESOLBIO)	Fortalecimento de instituições de PCTs e agricultores familiares	Maioria Morroquianos, mas também Quilombolas, Pescadores Artesanais	Morraria, Rio Paraguai e Rio Cuiabá

Outro grupo organizacional de grande relevância para a inclusão sócio-produtiva de PCTs no REM MT são as instâncias de governança colegiada. Ao longo da Oficina em fevereiro de 2020 estes apareceram como espaços chave para a construção do protagonismo coletivo dos PCTs, já que não existe uma organização representativa do coletivo dos diversos segmentos e muitos segmentos não estão suficientemente organizados para atuar efetivamente junto ao governo estadual.

Foram identificadas 45 instâncias de governança colegiada no âmbito ou com atuação no estado que contam com a participação de um ou mais segmentos de PCTs. A Tabela 21 mostra

como estão categorizados por tipo e abrangência.

A lista completa das organizações e instâncias de participação colegiada se encontra nos anexos do relatório da Oficina de fevereiro de 2020, mas entre as instâncias de governança colegiada, vale ressaltar dois como as mais diretamente relevantes para o Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM MT.

- Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT-MT), vinculado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS-MT), vinculado à SEAF³⁷

Tabela 21 • Número de instâncias de governança colegiada por tipo.

Tipo	Número
Conselhos de Unidade de Conservação	6
Conselhos municipais	19
Conselhos estaduais	11
Conselhos nacionais	4
Fórum estadual	3
Fórum regional	2
Total	45

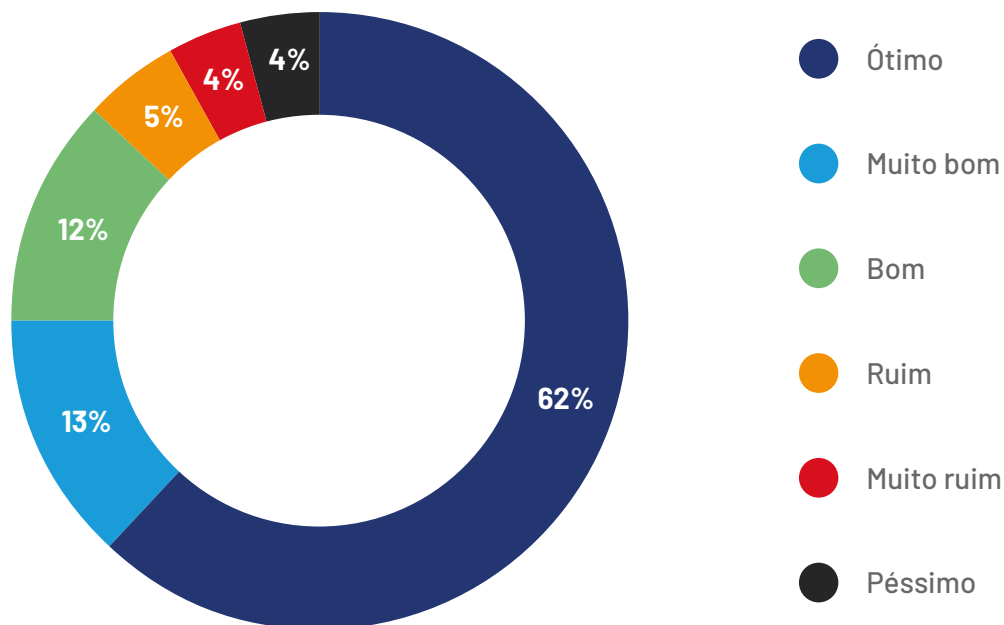
Fonte: Oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos”, 5 e 6 de fevereiro de 2020.³⁸

³⁷ <http://www.seaf.mt.gov.br/cedrs>.

³⁸ Foram desconsideradas duas organizações que não são instâncias de governança colegiada ou participativa: CNS, que é um movimento social; e Conselho Regional de Biologia, que é entidade de classe.

Durante a Oficina, os participantes avaliaram a qualidade das instâncias de governança colegiada ou participativa que identificaram. No geral, a avaliação foi muito positiva: 60% consideraram a qualidade ótima; 24% muito boa e boa; e 13% de ruim a péssima (Figura 11).

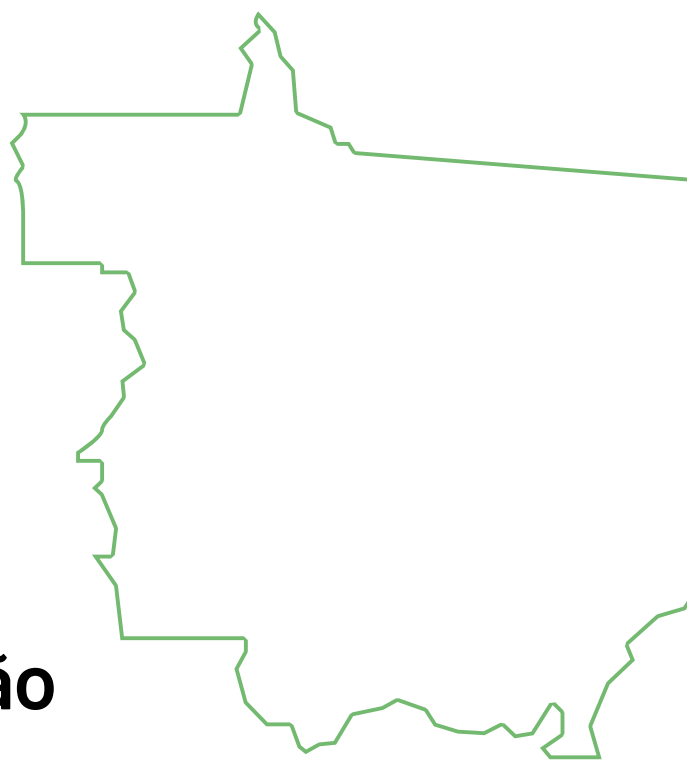
Figura 11 • Avaliação da qualidade das instâncias de governança colegiada ou participativa dos PCTs em Mato Grosso.





6.

Síntese: distribuição geográfica de PCTs e sua produção no estado



6.1. Distribuição geográfica e população

Conforme dados apresentados na seção 4, foram identificados dez segmentos de PCTs (Seringueiros, Pescadores Artesanais/tradicionais, Ribeirinhos, Quilombolas, Extrativistas, Retireiros e Retireiras do Araguaia, Ciganos, Povos de Terreiro, Pantaneiros e Morroquianos) em 98 municípios de Mato Grosso, ou seja, cerca de 70% dos 141 municípios do estado possuem algum tipo de PCT registrado ou relatado (Figura 12). Foram agrupados os segmentos extrativistas e seringueiros, devido à sobreposição da autoidentificação no caso dos dados disponíveis (i.e., as comunidades seringueiras identificadas foram as duas da RESEX Guariba-Roosevelt, que se autoidentificaram como extrativistas), e ribeirinhos e pescadores, porque geralmente há grande sobreposição entre as duas autoi-

dentidades, especialmente em áreas rurais, lembrando que a identidade ribeirinha é fortemente associada ao ecossistema e a de pescador a práticas produtivas.

Apesar da distribuição de PCTs em quase três quartos do território do estado, há uma concentração de segmentos na região centro-sul do estado (Figura 13). Em pouco mais da metade dos 98 municípios apenas um segmento foi identificado e em outros 30% apenas dois segmentos foram identificados (Figura 14). Por outro lado, em oito municípios, foi identificada a presença de quatro ou mais segmentos de PCTs. A Tabela 22 traz os oito municípios com maior diversidade de segmentos de PCTs identificados durante o diagnóstico (lembrando que isso reflete a melhor informação disponível durante as três fases de coleta de dados para o diagnóstico e não um mapeamento exaustivo da ocorrência de PCTs no estado).

Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Mato Grosso

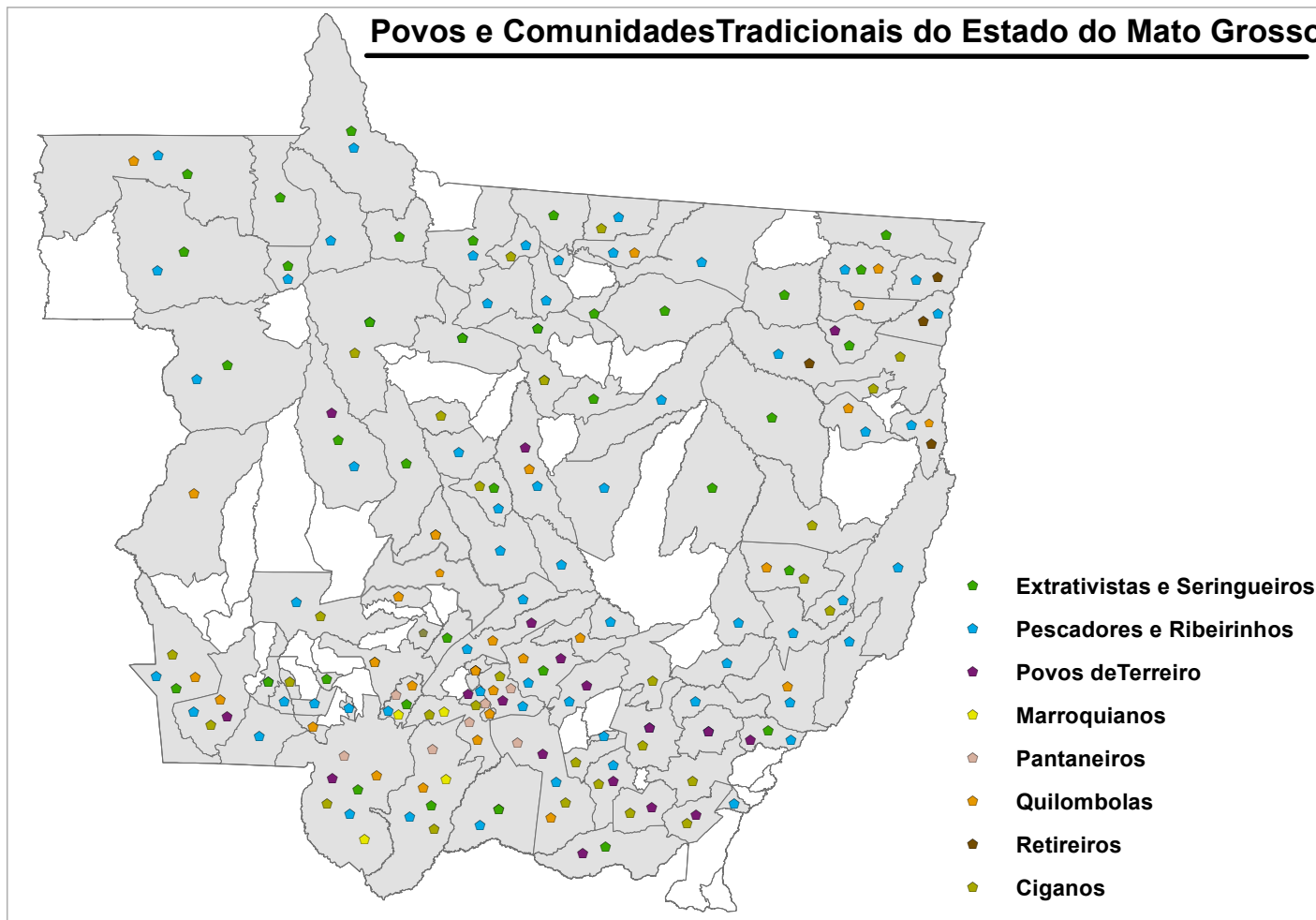


Figura 12 • Distribuição geográfica de segmentos de PCTs no estado de Mato Grosso.

Vale lembrar ainda que os dois segmentos com ocorrência no maior número de municípios são os extrativistas e os pescadores/ribeirinhos, para os quais a ocorrência é registrada em apenas uma fonte de dados, para apenas um indivíduo ou família (DAP ou CadÚnico). Em muitos municípios, estes são os dois únicos segmentos para os quais há ocorrência: em 29 municípios, apenas pescadores/ribeirinhos foram registrados, em 14 só extrativistas e em 10 apenas estes dois segmentos. Isso corresponde a 54% dos municípios para os quais encontramos registros de ocorrência de PCTs durante o diagnóstico.

Além da dificuldade de interpretar a informação vinda do CadÚnico e da DAP, discutida ante-

riormente no documento, há duas considerações importantes a serem feitas para o Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM. Primeiro, com tão poucas informações (e informações incompletas) sobre o tamanho da população nos segmentos PCTs, será provavelmente difícil o subprograma avançar significativamente na alocação dos recursos da repartição de benefícios reservada para PCTs por meio de estratégias direcionadas a PCTs nestes municípios. Segundo, tendo em vista o critério do REM MT de que o recurso seja direcionado a famílias que contribuem para a manutenção da floresta em pé, é preciso identificar como essa contribuição será definida, já que ao menos no caso

Povos e Comunidades Tradicionais do Estado do Mato Grosso

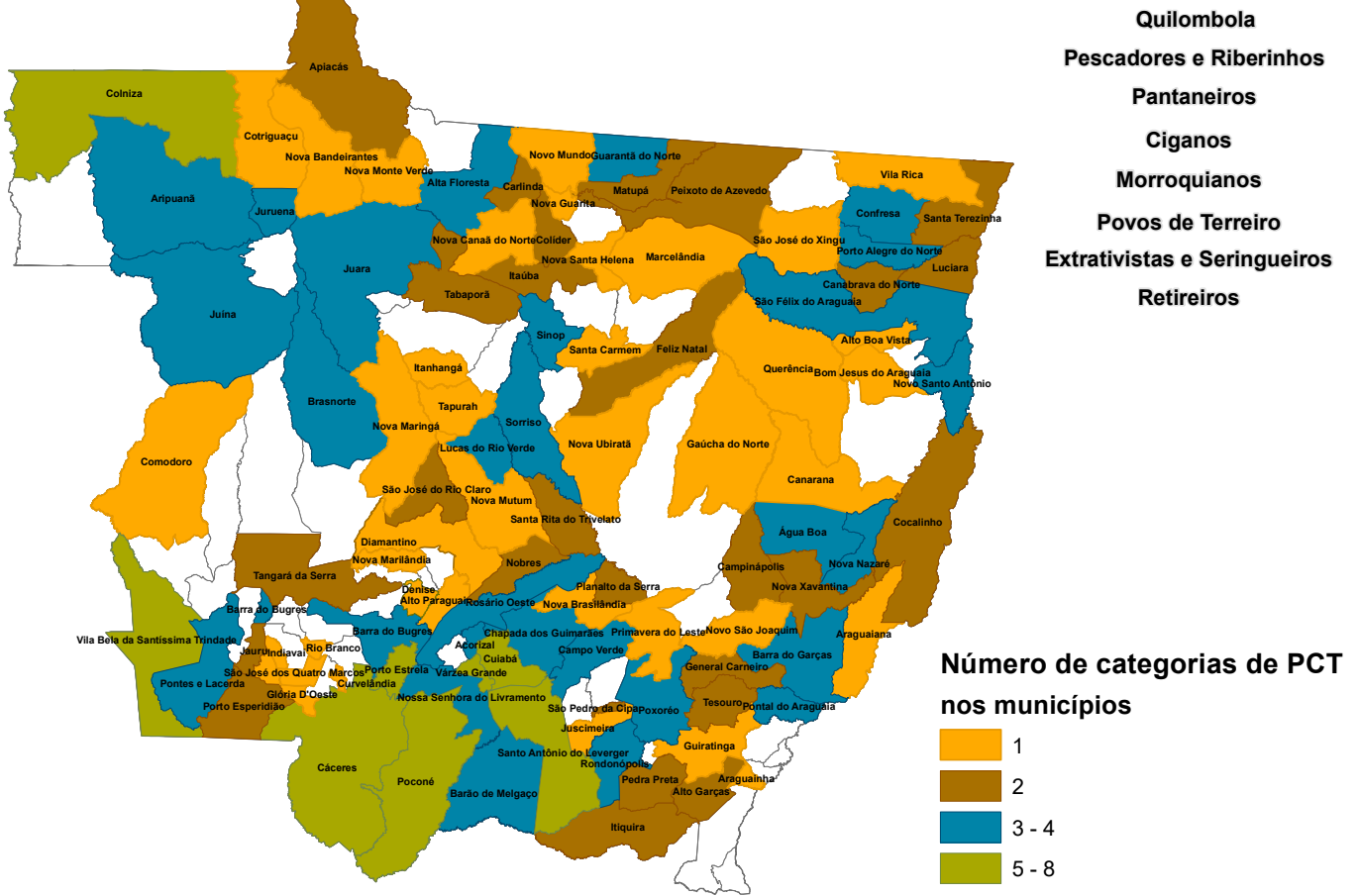


Figura 13 • Número de segmentos de PCTs por município.

de pescadores artesanais, os profissionais muitas vezes residem em centros urbanos e têm na pesca artesanal sua única fonte de renda.

Na primeira chamada do programa REM para este subprograma alguns critérios quantitativos de avaliação foram estabelecidos especificamente em favor dos PCTs, como priorização de projetos que tenham como público alvo atores de PCTs, que trabalhem com recuperação de sementes e manejo de variedades tradicionais, e de projetos que realizem a restauração de áreas destinadas a corredores ecológicos próximos a territórios de PCTs (PROGRAMA REM MATO GROSSO 2020). Apesar desses exemplos de como o Programa REM vem

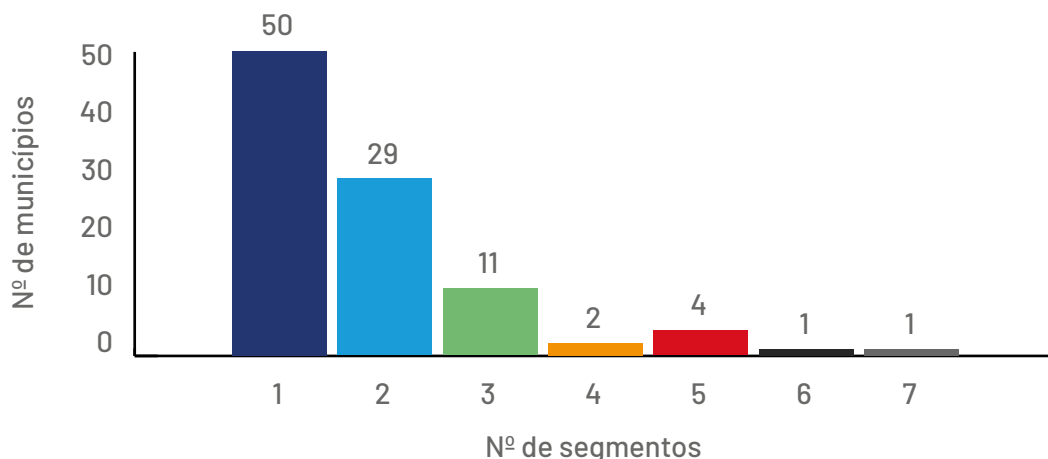
procurando promover a inclusão os PCTs dentro do programa, devido à complexidade e quantidade de segmentos é necessário realizar mais discussões incluindo atores PCTs para que os critérios sejam sempre melhorados de acordo com a realidade.

Em relação ao tamanho da população de PCTs, a variação na forma de apresentação de informações por segmento ao longo da seção 4 reflete a disponibilidade esparsa e imprecisa de dados, com registros muitas vezes contraditórios. Alguns segmentos de PCTs são especificamente incluídos em políticas públicas, como CadÚnico e DAP, mas como observado na seção 2, a informação é declaratória e no caso da DAP muitas vezes a pessoa fazendo o cadas-

tro não é informada que pode indicar pertencimen- to a segmentos de PCTs. Ainda assim, ao menos nesses casos há alguma visibilização da população dos segmentos incluídos entre as opções no formulário. Em outros casos, nem essas fontes de informação estão disponíveis, como no caso dos Retirei- ros(as), Morroquianos e Pantaneiros. A Tabela 5 na

seção 4, que resume os dados sobre famílias de Qui- lombolas segundo quatro fontes – CadÚnico, DAP, EMPAER e relatos de participantes quilombolas durante a Oficina de fevereiro de 2020 – ilustra a dificuldade de consolidação de dados de famílias por segmento, mesmo para o segmento com maior vo- lume de informações disponíveis.

Figura 14 • Número de municípios por número de segmentos de PCTs identificados no diagnóstico.



Os dados sobre número de comunidades não são melhores que os de famílias – mais uma vez, a seção sobre Quilombolas exemplifica a dificuldade, com diversas fontes disponíveis, duas delas oficiais (FCP e INCRA) e nenhuma delas coincidente. Além disso, não há informações sobre comunidades para todos os segmentos, sendo pescadores/ribeirinhos e extrativistas os segmentos com menor ou nenhuma disponibilidade de informações sobre comunidades. Na ausência de dados populacionais abrangentes, a presença de comunidades pode sugerir municípios com, possivelmente, maior capacidade de ganho de escala na produção e agregação de valor nas cadeias agroextrativistas de segmentos de PCTs.

Isso posto, com base nas informações expostas ao longo do documento, podemos inferir que os Quilombolas são o segmento de PCT com maior presença no meio rural, maior grau e histórico de organização social sócio-produtiva e representa- tiva, e maior atuação em cadeias produtivas que mantém a floresta em pé no estado. Ademais, sem detrimento aos interesses dos demais segmentos de PCTs, os Quilombolas demonstram interes- se expressivo no programa REM, tendo sido o segmento que participou mais intensamente das etapas de levantamento de dados do diagnóstico (entrevistas e participação na Oficina).

Tabela 22 • Municípios com o maior número de segmentos de PCTs identificados no diagnóstico.

Município	Nº de segmentos
Nossa Senhora do Livramento	4
Vila Bela da Santíssima Trindade	4
Cuiabá	5
Porto Estrela	5
Santo Antônio do Leverger	5
Várzea Grande	5
Poconé	6
Cáceres	7

6.2. Atuação de PCTs em cadeias agroextrativistas

Como observado na metodologia, são fontes oficiais com dados de produção e comercialização anuais da agricultura familiar por município e muito menos por segmento dentro da agricultura familiar. Os dados disponíveis são gerais e para poucos municípios quando comparados à ocorrência de PCTs no território: dos 98 municípios para os quais há registros de ocorrência de PCTs,

há informações sobre produção para apenas 15 deles (ou aproximadamente 15%). Entre eles, apenas cinco municípios apresentaram registro de produção agroextrativista para mais de um segmento de PCTs (Tabela 23). A maior parte dos 15 municípios está na região centro-sul/sul do estado, onde também observamos concentração de ocorrências de segmentos e comunidades PCTs, bem como de organizações representativas dos tipos associação e cooperativa (as exceções são os municípios de Aripuanã, Colniza e Luciara).

Tabela 23 • Segmentos de PCTs com registro de produção agroextrativista por município.

Município	Segmentos com registro de produção agroextrativista
Aripuanã	Extrativistas
	Seringueiros
Barão de Melgaço	Pantaneiros
	Pescadores
Barra do Bugres	Quilombolas
Cáceres	Morroquianos
	Seringueiros

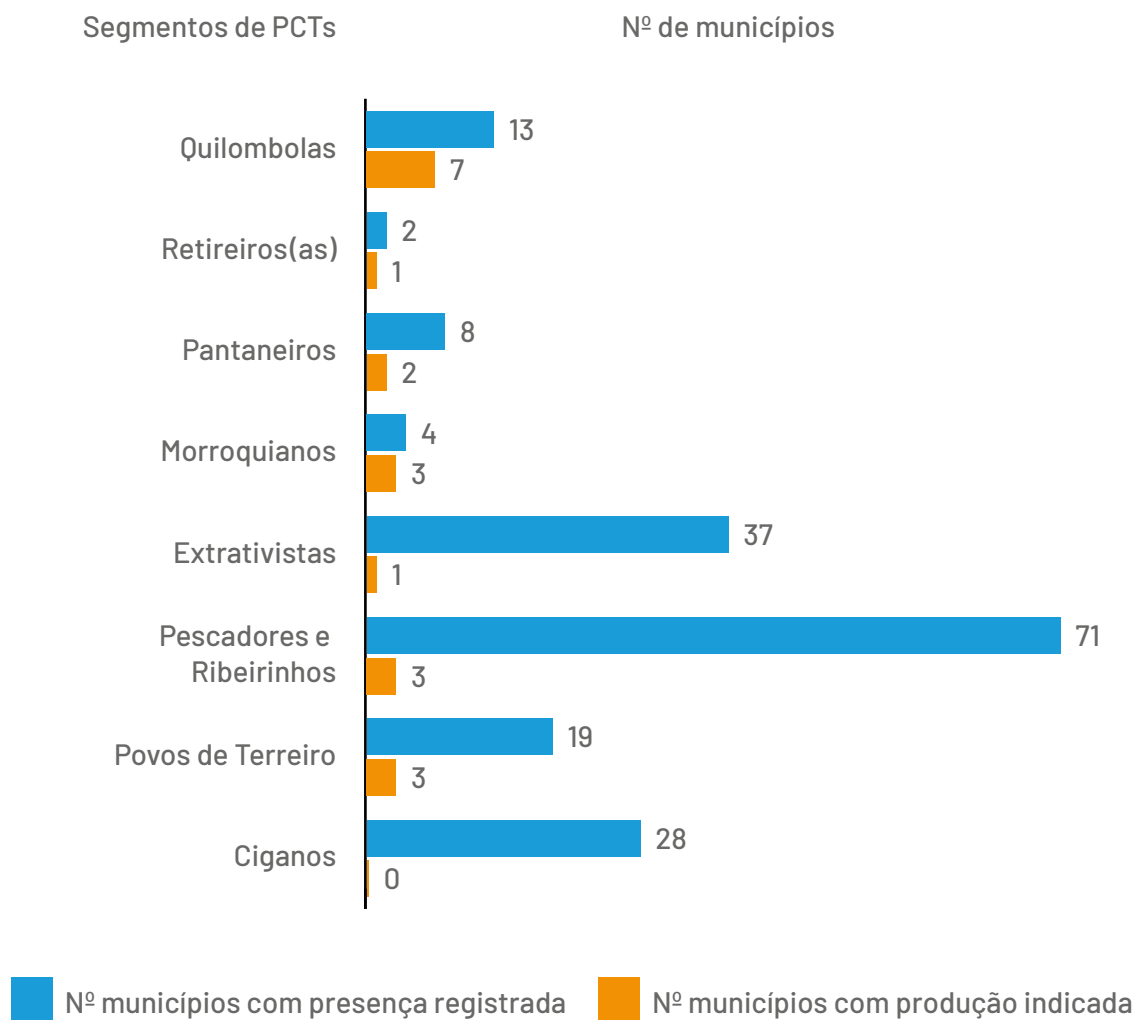
Município	Segmentos com registro de produção agroextrativista
Chapada dos Guimarães	Quilombolas
Colniza	Extrativistas
	Seringueiros
Cuiabá	Povo de Terreiro
Luciara	Pescadores
	Retireiros(as)
Nossa Senhora do Livramento	Morroquianos
	Quilombolas
Novo Santo Antônio	Quilombolas
Poconé	Morroquianos
	Pantaneiros
	Quilombolas
Santo Antônio do Leverger	Quilombolas
Tangará da Serra	Povo de Terreiro
Várzea Grande	Povo de Terreiro
Vila Bela da Santíssima Trindade	Quilombolas

A Figura 15 contrasta o número de municípios com ocorrência dos diversos segmentos de PCTs com o número de municípios com dados de produção. O gráfico mostra que para quilombolas, há informações sobre produção para 54% dos municípios onde há relatos de ocorrência do segmento. Retireiros(as) e Morroquianos também apresentam dados de produtos para ao menos 50% dos municípios de ocorrência, mas devemos considerar que são segmentos com ocorrência baixa no território. No outro extremo, para os segmentos Pescadores/Ribeirinhos e Extrativistas, os de

maior distribuição de ocorrência no estado, há dados para apenas 4,2% e 2,7%, respectivamente, dos municípios de ocorrência dos segmentos. Para povos de terreiro a porcentagem sobe para quase 18%. Não foi indicada produto agroextrativista para o segmento dos Ciganos.

Isso sugere que a atuação dos segmentos de PCTs em Mato Grosso no agroextrativismo é em grande parte desconhecida e que o atendimento mais amplo dessas comunidades pelo REM MT no médio a longo prazo irá requerer alguma estratégia de mapeamento e estimativa de produção no estado.

Figura 15 • Número de municípios com registro de ocorrência de PCTs por segmento e número de municípios com registro de produção por segmento de PCTs.



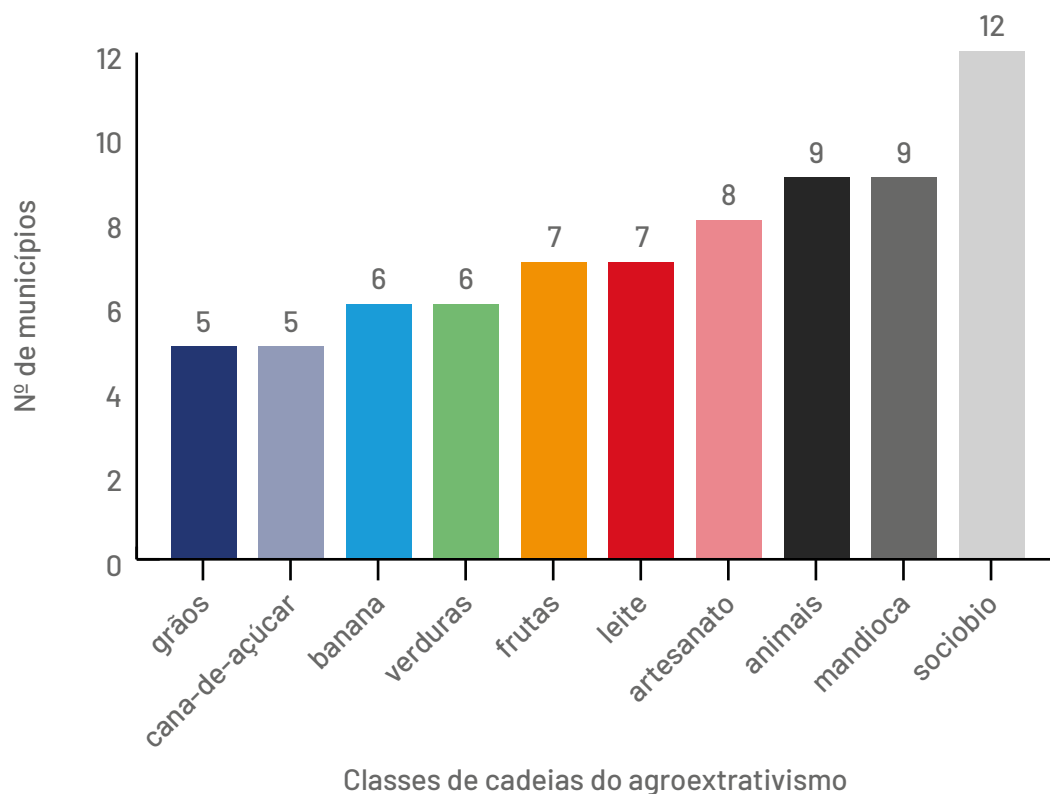
Duas outras formas de analisar os dados são a frequência e diversidade de produtos por município³⁹. Ambas as variáveis podem ser relevantes

no desenho de estratégias para promover ganho de escala na capacidade de colocação dos produtos no mercado. Em relação à primeira variável

³⁹ A lista de produtos que integra cada categoria pode ser encontrada na Tabela 2 – Classificação de produtos agroextrativistas identificados para segmentos de PCTs em Mato Grosso.

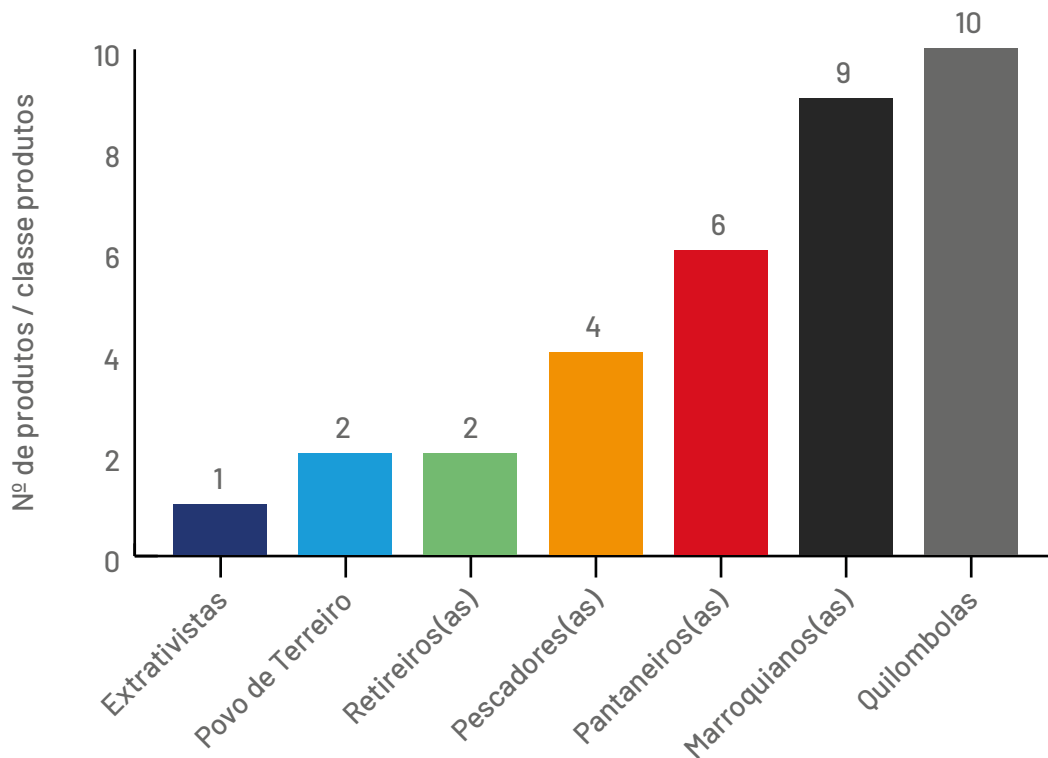
(Figura 16), considerando todos os segmentos de PCTs identificados por município, observamos que três classes de produto (artesanato, animais e sociobiodiversidade) e um produto (mandioca) são identificados em mais da metade dos 15 municípios com dados de produção. A classe de produtos Sociobiodiversidade foi citada para 80% dos 15 municípios. Seis classes de produtos estão presentes em menos da metade dos municípios, mas em ao menos um terço deles.

Figura 16 • Número de municípios com registro de produtos agroextrativistas por segmentos de PCTs.



A segunda variável que pode ser relevante para a análise de potencial de ganho de escala produtiva e de mercado é a diversidade de produtos ou classes de produto produzidos por cada segmento. A Figura 17 mostra que os Quilombolas produzem todos os produtos e classes de produtos (10) e Morroquia-

nos quase todos (nove). O terceiro grupo em diversidade de produtos são os Pantaneiros, com seis produtos ou classes de produtos. Vale lembrar que esses três segmentos apresentam tanta significativa sobreposição de distribuição geográfica como também algum grau de dupla autoidentificação.

Figura 17 • Número de produtos ou classes de produtos mencionados por segmento de PCTs.

6.3. Organização sócio-produtiva

A seção 5 já apresentou dados consolidados sobre organizações representativas, colegiadas ou de apoio à atividade sócio-produtiva de PCTs em Mato Grosso. No âmbito governamental, os dois principais órgãos de apoio – SEAF e EMPAER – são também os co-coordenadores do Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM MT. No âmbito dos colegiados vimos que há boa diversidade de instâncias de participação de PCTs, indicando possíveis fóruns para que PCTs fortaleçam sua presença sócio-política perante o governo estadual, especialmente.

No entanto, do ponto de vista da implementação do subprograma do REM MT voltado aos PCTs chama atenção a aparente fragilidade organizacional produtiva. Das 110 organizações não governamentais identificadas nas três etapas do diagnóstico (levantamento documental, entrevistas, Oficina fevereiro 2020), 51% foram associações de comunidades PCTs, por segmento; 16% foram ONGs e afins; 12% foram organizações de classe (no caso, 11 colônias e duas associações de pescadores). Juntas, essas organizações representam 79% do total.

Apenas sete cooperativas foram identificadas, representando seis segmentos de PCTs – Qui-

lombolas, Morroquianos, Pantaneiros, Extrativistas, Seringueiros e Ribeirinhos (Tabela 24). Uma delas atua no município de Itiquira, que não está entre os municípios incluídos na primeira fase do REM MT. Com exceção de uma cooperativa em Colniza, que atua no âmbito municipal atendendo extrativistas, seringueiros e agricultores familiares, as cooperativas restantes estão sediadas na região centro-sul (cinco) e sudoeste (uma), atendendo cada uma diversos segmentos de PCTs e agricultores familiares (sem esquecer que perante a lei PCTs são também agricultores familiares).

Cooperativas podem ser especialmente relevantes para promover e dar escala à agregação de valor aos produtos comercializados por PCTs, consequente-

mente contribuindo mais fortemente para o aumento da renda das famílias nesse segmento e para a continuidade de suas atividades agroextrativistas sustentáveis. Também têm o potencial de atuar como aglutinadoras em editais do REM MT, especialmente tendo em vista que têm, quase todas, sócios de diversos segmentos de PCTs. A concentração na região centro-sul as localiza próximo aos dois principais centros consumidores do estado – Cuiabá e Rondonópolis – e provavelmente favorece a redução de custos e ganho de escala em soluções de logística. Esse quadro sugere uma oportunidade ao subprograma de voltar esforço de engajamento específico para estas cooperativas no sentido de ampliar a colaboração com comunidades de segmentos PCTs na região.

Tabela 24 • Cooperativas que atuam junto a PCTs em Mato Grosso.

Nome	Segmentos de PCTs	Município sede	Abrangência
Cooperativa dos Pequenos Produtores Rurais de Nossa Senhora do Livramento (COOPERNOSSA-SENHORA)	Pantaneiros; Morroquianos; Quilombolas; Extrativistas; Agricultores Familiares	Nossa Senhora do Livramento	Regional
Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP)	Pantaneiros; Morroquianos; Quilombolas; Extrativistas; Agricultores Familiares	Poconé	Regional
Cooperativa Central da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana (COOPERCENTRAL)	Pantaneiros; Morroquianos; Quilombolas; Extrativistas; Agricultores Familiares	Várzea Grande	Regional
Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ)	Pescadores; Ribeirinhos; Extrativistas; Agricultores Familiares	Várzea Grande	Regional
Cooperativa Mista dos Produtores de Vila Bela da Santíssima Trindade (COOMPROVI)	Agricultores Familiares	Vila Bela Stma Trindade	Regional
Cooperativa Mista do Guariba (COMIGUA)	Agricultores Familiares; Extrativistas; Seringueiros	Colniza	Municipal
Cooperativa de Seringueiros de Ouro Branco (COOPSOB(a))	Agricultores Familiares	Itiquira	Municipal

Fonte: Relatório da Oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos”, 5 e 6 de fevereiro de 2020 (TRICAUD 2020).

Observação: (a) Município não priorizado pela fase I do programa REM MT.



Foto • Joanna Ramos / Arquivo pessoal

7.

Recomendações

O diagnóstico sócio-produtivo dos PCTs de Mato Grosso foi realizado para subsidiar o esforço do programa REM MT no cumprimento da responsabilidade de inclusão participativa desses segmentos sociais no Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs. Ao longo das três etapas do diagnóstico – pesquisa documental, entrevistas com entidades representativas e de apoio aos PCTs, e Oficina “Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos” – foram feitas diversas recomendações para a coordenação do subprograma. A análise dos dados e elaboração do diagnóstico também nos permite tecer recomendações adicionais. Nesta seção apresentamos alguns conjuntos de recomendações, organizados em três temas: divulgação do programa REM MT entre PCTs; ampliação da visibilidade de PCTs no estado; e promoção da inclusão participativa de PCTs nos editais do Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM MT.

7.1. Recomendações para divulgação do programa REM MT para PCTs

Uma das perguntas feitas durante a etapa de entrevistas do diagnóstico buscou identificar a percepção das pessoas entrevistadas quanto ao grau de conhecimento dos PCTs em relação ao REM MT. Os resultados apresentam que 18 das 27 entrevistas (67%) indicaram que os PCTs “nunca ouviram falar sobre o Programa REM” ou os PCTs “já ouviram falar sobre o programa REM, mas não têm nenhuma informação aprofundada sobre o programa”. Apenas 7 pessoas (26%) afirmaram que “os PCTs sabem o que seria o programa REM”, e duas pessoas se abstiveram da resposta. Ou seja, as entrevistas indicam um quadro geral de falta de informação ou informação vaga em relação ao programa REM, conclusão que foi reforçada durante a Oficina em fevereiro de 2020.

O conhecimento amplo e detalhado não só do programa em sua acepção, mas de seu desenvolvimento ao longo do tempo é aspecto crítico para

que seja alcançada a efetiva inclusão participativa dos PCTs no programa, rendendo-lhes formação e experiência que sejam também um legado para seu acesso a outros programas e políticas a que tenham direito. Assim sendo, recomenda-se:

- Elaborar uma estratégia de comunicação sobre o programa REM voltado aos PCTs, considerando diferenças de perfil sócio-produtivo e distribuição geográfica. A estratégia deve contemplar conteúdos e mídias com informações sobre o programa, atividades, governança etc., bem como conteúdo e mídias que propiciem a comunicação cumulativa de informações junto aos PCTs.
- A estratégia de comunicação deve incluir plano de monitoramento do conhecimento sobre o programa, a ser implementado a cada ano ou dois com o objetivo de acompanhar a evolução das percepções dos PCTs em relação ao programa, suas atividades e efetividade. Esse conhecimento deverá retroalimentar a estratégia de comunicação e o planejamento do Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs.

7.2. Recomendações para ampliação da visibilidade de PCTs em MT

Como demonstrado nas seções deste diagnóstico, um dos maiores entraves para a inclusão participativa dos PCTs no REM é na verdade a escassez, imprecisão e por vezes as contradições de informações sobre PCTs como segmentos sócio-produtivos, incluindo sua população, distribuição no território de Mato Grosso, atuação agroextrativista e organização sócio-produtivo. Uma das principais contribuições do REM para o estado de Mato Grosso poderá ser o apoio a iniciativas que promovam a autoiden-

tificação dos segmentos PCTs e sua visibilização no território para o Estado e sociedade. Há algumas oportunidades que poderão ser aproveitadas pelo programa REM neste sentido:

O Censo 2020 (que será realizado em 2021) – Durante a Oficina em fevereiro de 2020, a coordenadora do Censo em Mato Grosso observou que pela primeira vez os territórios quilombolas estarão representados e setorizados no Censo, como já é feito para indígenas. Desde 2018, a equipe da sede do IBGE, no Rio de Janeiro, faz consultas e identificação das comunidades e dos territórios quilombolas junto ao INCRA, o que permitiu a especificação das perguntas que serão direcionadas aos povos quilombolas, em linguagem e forma de apresentação. As consultas também permitiram realizar mapeamento dos territórios quilombolas e das áreas de interesse estatístico.

O Censo permitirá sanar muitas lacunas de informação a respeito dos quilombolas, para todo o estado e em um mesmo período. Porém, o passo que levará a esse avanço é a autoidentificação da pessoa durante a entrevista. Recomenda-se ao REM:

- Trabalhar junto ao IBGE e organizações de quilombolas ou que atuam junto a quilombolas para apoiar a divulgação sobre o mapeamento dos quilombolas, reforçando os aspectos positivos que a visibilidade oficial, pelo Estado, proporcionará aos quilombolas e promovendo o debate sobre as dúvidas e receios quanto aos impactos negativos da visibilidade pelo Estado.

Plataforma de Territórios Tradicionais

Se o Censo 2020/2021 oferecerá uma oportunidade poderosa para mapear comunidades quilombolas, ele

não ajudará em nada a ampliar a autoidentificação e visibilidade dos demais segmentos de PCTs. Porém, uma outra iniciativa do governo federal pode contribuir substancialmente neste sentido. O Ministério Público Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) lançaram em agosto de 2019 a Plataforma de Territórios Tradicionais com o objetivo de “realizar um diagnóstico da ocupação de territórios e das necessidades desses grupos, a fim de orientar a atuação dos órgãos públicos e a definição de políticas que atendam essas comunidades”⁴⁰. A plataforma ainda está em fase de testes, mas espera-se que ainda em 2020 comece a ser disponibilizada para inclusão de comunidades tradicionais. Recomenda-se ao REM:

- Trabalhar junto ao IBGE, ao CNPCT e ao CEPCT para divulgar amplamente a plataforma junto às organizações de PCTs em Mato Grosso e, no momento apropriado, realizar eventos de capacitação (presencial ou remota) e divulgação de tutoriais voltados aos diferentes segmentos de PCTs no estado.

Aplicativo Tô no Mapa

O IPAM desenvolve em parceria com o ISPN e apoio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos – CEPF⁴¹ projeto voltado ao mapeamento das comunidades tradicionais invisibilizadas do Cerrado. Em 2019, com apoio da Aliança Clima e Uso da Terra – CLUA⁴², o IPAM iniciou o desenvolvimen-

to do aplicativo Tô no Mapa, que tem o objetivo de permitir que qualquer comunidade se cadastre no aplicativo e faça o seu georreferenciamento. Por ser uma das organizações que colabora com o MPF no desenvolvimento da Plataforma de Territórios Tradicionais, tanto como membro do Conselho Gestor do projeto como membro do Comitê Técnico responsável pelo desenvolvimento da ferramenta, IPAM e MPF estão em articulação para que seja possível fazer a transferência dos dados cadastrados no aplicativo diretamente para a plataforma do MPF. O aplicativo, que estará disponível gratuitamente em Android e IOS, está sendo desenvolvido em colaboração próxima com representantes de PCTs para garantir a melhor experiência para esses usuários. Quando o aplicativo estiver pronto, o IPAM realizará uma série de oficinas de capacitação junto a PCTs no Cerrado. Recomenda-se ao REM:

- Trabalhar junto ao IPAM, CNPCT, CEPCT e outras organizações representativas de PCTs em Mato Grosso para promover cursos de capacitação no uso do aplicativo Tô no Mapa como parte da estratégia do REM para sanar a crônica falta de informação sobre a população dos diferentes segmentos de PCTs e sua distribuição no estado.

Sistema Estadual Integrado de Agricultura Familiar (SEIAF)

Um dos mecanismos previstos no Plano Estadual de Agricultura Familiar de Mato Grosso (PEAF

40 <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-lanca-plataforma-digital-com-informacoes-sobre-territorios-e-comunidades-tradicionais>, acessado em 24 de maio de 2020.

41 Em inglês, Critical Ecosystem Partnership Fund, cujo programa do Cerrado é gerido pelo IEB.

42 Em inglês, Climate and Land Use Alliance.

MT) é a criação de um sistema que permita a gestão descentralizada e integrada da agricultura familiar entre a SEAF e os municípios. Como parte do fortalecimento institucional da SEAF, o desenvolvimento do SEIAF é uma das atividades que será apoiada pelo REM. Os municípios que quiserem aderir ao SEIAF, e assim acessar benefícios exclusivos para integrantes do SEIAF, deverão se comprometer com uma série de critérios, inclusive o fornecimento de informações. Como a EMPAER é parceira próxima da SEAF no desenvolvimento e implantação do sistema, o SEIAF pode oferecer uma oportunidade complementar de identificar a ocorrência de famílias e comunidades de PCTs no estado. Recomenda-se ao REM:

- Atuar junto à SEAF e EMPAER para desenvolver no SEIAF e outros mecanismos de cadastro de agricultores familiares a expansão da notificação de pertencimento a grupo PCT, bem como dentro de cooperativas e associações acessando editais, para visibilizar os PCTs e contabilizar sua participação no REM MT com maior acurácia.

Inclusão de PCTs e fortalecimento de espaços de governança participativa do estado

Durante a Oficina em fevereiro de 2020, três espaços de governança foram destacados como mais representativos para os diferentes segmentos de PCTs: o Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT; o Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial – CEPIR; e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS.

- Trabalhar junto a esses espaços para apoiar a participação dos segmentos de PCTs em reuniões, dando maior visibilidade aos problemas e necessidades desses grupos.

7.3. Inclusão participativa de PCTs nos editais do Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs do REM MT

Durante as entrevistas e a Oficina foram levantadas diversas recomendações direcionadas à inclusão participativa dos PCTs nos processos de planejamento e implementação do REM MT, especialmente o acesso desses segmentos aos editais do Subprograma de Agricultura Familiar e PCTs. Essas contribuições foram consolidadas e sistematizadas no relatório da Oficina (TRICAUD 2020: 22-25) e são abaixo reproduzidas⁴³. As recomendações são direcionadas a dois grupos (comunidades e lideranças; grupo de coordenação do Programa REM) e elaboradas para três fases do processo de acesso aos recursos do REM via editais do FUNBIO (preparação das comunidades; elaboração de projetos; acesso aos recursos).

Recomendações para as comunidades e suas lideranças

Fase de preparação das comunidades:

- Organizar um plano de trabalho para mobilização da base social;
- Levantar informações: realizar um diagnóstico social e produtivo das comunidades;
- Em reuniões mensais, registrar as necessidades das

43 O formato de apresentação foi adaptado para seguir o padrão adotado neste documento.

- comunidades que precisam de recursos financeiros;
- Definir temas e objetivos de trabalhos de um possível projeto;
- Realizar reuniões ampliadas e antecipadas nas comunidades sobre os editais e elaboração de projetos;
- Mobilizar e articular associações locais e outras organizações representativas;
- Dialogar com possíveis aglutinadoras;
- Construir a anuência coletiva.
- Fase de elaboração de projetos:
- Formar grupos de trabalhos e rodas de conversas;
- Consolidar uma rede de diálogo e canal de comunicação entre as instituições e as comunidades;
- Ampliar a comunicação com outras comunidades para definir projetos a serem elaborados;
- Elaborar cartas de anuência das comunidades;
- Pensar pequenos projetos para atender demandas de comunidades e grandes projetos para atender demandas em redes.
- Fase de acesso aos recursos:
- Garantir a divisão de responsabilidades;
- Elaborar contratos locais entre aglutinadoras e comunidades.
- Considerar o prazo de pelo menos 30 dias para que a informação chegue na base;
- Divulgar nas redes sociais a lista de participantes das oficinas realizadas;
- Promover acessibilidade na linguagem das informações;
- Repassar informações com apoio de instituições como EMPAER, IFMT, UFMT, ICMBio, UNEMAT, Secretarias Municipais, conselhos (CONDEMA, CEPESCA), escolas, centros de formação, redes (Jurueña Vivo, AXA, FORMAD);
- Buscar cooperação com as lideranças;
- Garantir participação de representantes de PCTs na elaboração dos editais;
- Ampliar temas para além das cadeias produtivas, por exemplo gestão e governança territorial (construção de protocolos de consulta), acesso a crédito para mulheres e jovens;
- Realizar oficinas regionais para debater o tema dos editais, levantar demandas que possam ser incluídas e haver trocas de experiências;
- Criar edital específico para população quilombola;
- Fomentar a participação das comunidades no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS);
- Rever repartição dos benefícios (destinar os 17% do Subprograma de Produção Sustentável para a AF e PCTs);
- Assessorar as organizações para sua regularização;
- Criar uma plataforma de informações sobre os PCTs.

Recomendações para a Coordenação do Programa REM

Fase de preparação das comunidades:

- Realizar capacitações sobre mercados e cadeias produtivas;
- Enviar informações e realizar capacitações sobre REDD+, REM e Salvaguardas Socioambientais de REDD+;
- Considerar os diferentes tempos das comunidades, incluindo as épocas de maior trabalho (safra);

Fase de elaboração de projetos:

- Divulgar os editais com antecedência de 90 dias (para elaboração do projeto) antes do prazo final, por meio de organizações, conselhos, rádios, órgãos públicos, sindicatos, redes so-

- ciais, WhatsApp etc.;
- Usar recursos de vídeos para divulgação, por exemplo com depoimentos;
 - Divulgar casos de sucesso de projetos;
 - Fazer divulgação aos poucos, “pílulas de informações”, avisando a data de lançamento do edital;
 - Organizar capacitação técnica e/ou oficinas sobre elaboração de projetos para as associações interessadas (não só informar, mas “fazer juntos”. Algumas organizações tem experiência nisso como FASE, DESER, Fundação Boll do Brasil, Heck, Escola do Ativismo);
 - Realizar capacitação técnica sobre construção de orçamentos;
 - Dar um apoio logístico para os representantes de PCTs para as atividades de elaboração de projetos;
 - Disponibilizar padrões e modelo de projetos;
 - Elaborar e disponibilizar um roteiro simplificado;
 - Desburocratizar os editais (excluir revisão bibliográfica do roteiro, evitar excesso de documentos, simplificar processos de prestação de contas);
 - Criar um canal de comunicação para tirar dúvidas;
 - Permitir que os projetos ligados as aglutinadoras sejam independentes: não precisando ser no mesmo tema e com regras específicas;
 - Garantir recursos nos projetos para o fortalecimento institucional dos proponentes;
 - Permitir que os projetos adquiram produtos e/ou serviços das próprias comunidades;
 - Garantir recursos nos projetos para administrar a sua execução;
 - Adequar o prazo de execução dos projetos aos procedimentos e objetivos de cada projeto.
 - Fase de acesso aos recursos:
 - Estabelecer interlocução interinstitucional;
 - Disponibilizar assessoria técnica em todas as etapas da execução dos projetos;
 - Dar publicidade às propostas para as comunidades;
 - Ter uma fiscalização participativa do uso do recurso pela equipe do Programa REM;
 - Facilitar os procedimentos, para maior acesso e entendimento por parte dos membros das comunidades.

7.4. Encaminhamentos definidos durante a Oficina

Durante a oficina, foram definidos alguns encaminhamentos em relação à interação entre os PCTs e o Grupo de Coordenação do Programa REM, em especial do Subprograma de Agricultura Familiar e de PCTs. Foram eles:

- O CEPCT será a representação dos PCTs junto à Coordenação do Programa REM, para participar da elaboração dos novos editais específicos aos PCTs, entre outras necessidades;
- Para representar os segmentos atualmente ausentes do CEPCT, foi criado um Grupo de Trabalho que atuará junto ao CEPCT e à Coordenação do Programa REM;
- Será criado um canal de comunicação direta (por email, telefone e Whatsapp) com os contatos dos participantes da Oficina, para repassar informações sobre o Programa REM, incluindo informações sobre as salvaguardas;
- Serão realizadas oficinas de capacitação para elaboração de projetos em atendimento aos editais;
- Será reforçada como exigência nos editais a necessidade de cartas de anuência das comunidades participantes de projetos;
- Serão tomadas as providências junto ao FUNBIO para permitir a aquisição de bens e contratação de serviços nas próprias comunidades para a execução dos projetos.



Foto • Domínio Público / Coordenadoria de Unidade de Conservação da SEMA / MT

8.

Referências

1. Azambuja, E.B. 2000. “O índio Karajá no imaginário do povo de Luciara - MT.” Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
2. Barretto Filho, H.T. 2006. “Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma nação.” In *Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*, editado por Adams, C., R. Murrieta e W. Neves (Orgs), Pp: 109-143. São Paulo: Annablume.
3. Bonfante, T.M., M. Voivodic e L. Meneses Filho. 2010. *Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD+: Um guia para processos de construção coletiva*. Imaflora (Piracicaba, SP). de 2010. https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2010/08/desenvolvendo_salvaguardas_socioambienta.pdf.
4. Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
5. _____. 2003. *Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2003. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm.
6. da Silva, G.S. e V.J. da Silva. 2015. “Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil.” *2015 7 (2)*: 10. <https://doi.org/10.18224/mos.v7i2.4120>. <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120>.
7. de Souza, S.C. e A.J.M. Logarezzi. 2017. “Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais.” *Ambiente & Educação - Revista de Educação Ambiental* Vol. 22 (1): 111-131. <https://doi.org/https://doi.org/10.14295/ambeduc.v22i1.6194>.

8. Diegues, A.C. 2000. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3a ed. São Paulo: Hucitec.
9. Drummond, J.A. 1996. “A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas.” *Estudos Sociedade e Agricultura* Vol. 6 (Julho): 115-137. <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/drumon6>.
10. Drummond, J.A. e C. de Souza. 2016. “A extração da flora e fauna nativas na Amazônia brasileira – uma segunda apreciação.” *Desenvolvimento e Meio Ambiente* Vol. 36. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.5380/dma.v36i0.42715>.
11. Freitas, D.A., A.D. Caballero, A.S. Marques, C.I.V. Hernández e S.L.N.O. Antunes. 2011. “Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura.” *Revista CEFAC* Vol. 13: 937-943. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462011000500019&nrm=iso.
12. Fundação Roberto Marinho. 2002. *Tom do Pantanal*. Vol. 2. *Caderno do Professor*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho.
13. Goulding, Michael, Nigel J. H. Smith e Denis J. Mahar. 1996. *Floods of Fortune: Ecology and Economy along the Amazon*. New York: Columbia University Press.
14. Júnior, A.A.S. 2009. “A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon.” Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, Instituto de Educação (PPGE), Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT.
15. Junk, Wolfgang J., ed. 1997. *The Central Amazon Floodplain: Ecology of a Pulsing System*. New York: Springer-Verlag.
16. Junk, Wolfgang J., Peter B. Bayley e Richard E. Sparks. 1989. “The flood pulse concept in river-floodplain systems.” *Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.* Vol. 106 (Proceedings of the International Large River Symposium): 110-127.
17. Leite, I.B. 2008. “O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais.” *Revista Estudos Feministas* Vol. 16 (3): 965-977. <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2008000300015>. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300015>.
18. Lima, Deborah de M., ed. 2005. *Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos Rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. Manaus: IBAMA-ProVárzea.
19. Little, P.E. 2003. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.” *Anuário Antropológico* Vol. 28 (1): 251-290. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>.
20. _____. 2006. *Mapeamento conceitual e bibliográfico das comunidades tradicionais no Brasil (Mimeo)*. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
21. Machado, M.F.R. (Org.). 2008. *Diversidade sociocultural em Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas.
22. Melo, F.W. e M. Halla. 2016. *Análise Técnico-econômica das cadeias de produtos florestais não madeireiros na região noroeste do Mato Grosso*. In *Projeto PETRA Plataforma Experimental para Gestão dos Territórios Rurais da Amazonia Legal*. Cuiabá, MT: Ecoporé Serviços Sociambientais, 2016.
23. Oler, J.R.L. 2012. “Conservação da agrobiodiversidade por agricultores de pequena escala em

- Mato Grosso – Brasil.” Dissertação de mestrado, Instituto de Biociência, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”.
24. Padoch, Christine, José Márcio Ayres, Miguel Pinedo-Vasquez e Andrew Henderson (Eds.). 1999. *Várzea: Diversity, Development, and Conservation of Amazonia’s Whitewater Floodplains*. Vol. 13. *Advances in Economic Botany*. New York: New York Botanical Garden Press.
 25. Programa REM Mato Grosso. 2020. *Chamada de Projetos 03/2020 (12 de fevereiro)*. Cuiabá, MT.
 26. Ramalho, Cristiano W.N. 2014. “Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional: da reserva naval à aquícola.” *Ruris* Vol. 8 (1): 31-62.
 27. Ramos, D. 1996. “O Quilombo e o Sistema Escravista em Minas Gerais no Século XVIII.” In *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*, editado por Reis, J.J. e F.d.S. Gomes. São Paulo: Companhia das Letras.
 28. Rocha, M.C. e K.C. Favilla. 2015. “Doze Anos de Inserção dos Povos e Comunidades Tradicionais no Cenário Político do Estado Brasileiro e na Garantia de Direitos Individuais e Coletivos.” In *Os Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar*, editado por Cerqueira, E., L.F.M. de Souza, P. Melo, Q.C. dos Santos e T.L. Pires (Orgs.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
 29. Sales, L.T. 2018. “Território Retireiro em disputa: cerca que divide e a perda do território de uso comunal dos Retireiros e Retireiras do Araguaia no Mato Grosso.” Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Universidade de Brasília.
 30. Scott, James C. 1998. *Seeing Like a State*. New Haven: Yale University Press.
 31. SEAF - Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários. 2017. *Plano Estadual de Agricultura Familiar - PEAf MT*. Cuiabá: SEAF MT, 2017. <http://www.agriculturafamiliar.mt.gov.br/documents/195721/8110755/PEAF+-+PLANO+ESTADUAL+DA+AGRICULTURA+FAMILIAR+DE+MATO+GROSSO.pdf/3a008fb2-be45-48b1-1dfb-0ead36a31475>.
 32. Silva, R. e M. Sato. 2012. *Mapa Social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil*. Cuiabá, MT: UFMT.
 33. Teixeira, R.C. 2008. *História dos Ciganos no Brasil*. Recife, PE: Núcleo de Estudos Ciganos.
 34. Tricaud, S. (Org.). 2020. *Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos*. IPAM, GIZ & Programa REM MT (Cuiabá). de 2020.
 35. Vainfas, Ronaldo. 2001. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva.
 36. Vieira, Sandro, Rodrigo Azevedo, Maria Coelho e Regiane Oliveira. 2016. “A “chacra” e a diversidade vegetal na Morraria em Mato Grosso.” *Interações (Campo Grande)* 17. [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3\(04\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3(04)).
 37. Woortmann, Klaas. 2018 (original 1988). “Com parente não se negueia”. O campesinato como ordem moral.” *Anuário Antropológico* 12 (1): 11-73. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389>.



Anexos

Anexo 1 – Tabelas com detalhamento de distribuição populacional, comunidades e produção por comunidade, todos os segmentos

Tabela 1 • Quilombos certificados em Mato Grosso pela Fundação Cultural Palmares.

Comunidade	Município	Ano de certificação
Abolição	Santo Antônio do Leverger	2005
Água Doce	Barra do Bugres	2016
Aguassú(a)	Cuiabá	2005
Aldeias	Acorizal	2005
Aranha	Poconé	2005
Arica-Açú	Chapada dos Guimarães	2005
Baixio	Barra do Bugres	2005
Barreiro	Nossa Senhora do Livramento	2005
Barro Preto Serra do Cambam Bi(b)	Chapada dos Guimarães	2009
Baús	Acorizal	2005
Bela Cor	Vila Bela da Santíssima Trindade	2005
Bocaina	Porto Estrela	2011

Comunidade	Município	Ano de certificação
Boqueirão, Vale do Rio Alegre e Vale do Rio Guaporé(c)	Vila Bela da Santíssima Trindade	2005
Cabeceira do Santana	Nossa Senhora do Livramento	2005
Cachoeira do Bom Jardim	Chapada dos Guimarães	2005
Cágado	Poconé	2005
Campina de Pedra	Poconé	2005
Campina II	Poconé	2005
Campina Verde(d)	Nossa Senhora do Livramento	2005
Cansanção	Chapada dos Guimarães	2005
Canto do Agostinho	Poconé	2005
Capão do Negro	Vila Bela da Santíssima Trindade	2007
Capão do Negro Cristo Rei	Várzea Grande	2009
Capão Verde	Poconé	2005
Carretão	Poconé	2017
Caxipó Açú	Cuiabá	2005
Céu azul	Poconé	2005
Chafariz Urubama	Poconé	2005
Chapadinha	Cáceres	2005
Chumbo	Poconé	2005
Coitinho	Poconé	2005
Curralinho	Poconé	2005
Entrada do Bananal	Nossa Senhora do Livramento	2005
Exú	Cáceres	2005
Família Vieira Amorim	Novo Santo Antônio	2014
Imbé	Poconé	2005
Itambé	Chapada dos Guimarães	2005
Jacarê de Cima(e)	Nossa Senhora do Livramento	2005
Jejum	Poconé	2005
Lagoinha de Baixo	Chapada dos Guimarães	2005
Lagoinha de Cima	Chapada dos Guimarães	2005
Laranja	Poconé	2005
Manga	Vila Bela da Santíssima Trindade	2005
Mata Cavallo (Composta pelos povoados: Mata Cavallo de Cima, Mata Cavallo de Baixo, Ribeirão do Mutuca, Aguassú, Ventura Capim Verde e Ourinhos(f))	Nossa Senhora do Livramento	2007
Minadouro	Poconé	2005

Comunidade	Município	Ano de certificação
Monjolo	Cáceres	2005
Morrinhos	Poconé	2005
Morro Cortado	Poconé	2005
Morro Redondo	Barra do Bugres	2010
Pantanalzinho	Poconé	2005
Passagem de Carro	Poconé	2005
Pedra Viva	Poconé	2005
Pita Canudos	Cáceres	2013
Ponta do Morro	Cáceres	2005
Ribeirão da Mutuca	Nossa Senhora do Livramento	2006
Rodeio	Poconé	2005
Santana	Cáceres	2005
São Benedito	Poconé	2005
São Gerônimo	Cuiabá	2005
São Gonçalo	Cáceres	2005
São Gonçalo II	Poconé	2015
Sesmaria Bigorna/Estiva	Santo Antônio do Leverger	2007
Sesmaria Fazenda Grande (Barreirão, Capão de Ouro, Carandá, Lagoa Grande, Manga e Passagem Velha)(g)	Poconé	2017
Sete porcos	Poconé	2005
Tanque do Padre Pinhal	Poconé	2005
Vaca Morta	Barra do Bugres	2005
Vale do Alegre	Vila Bela da Santíssima Trindade	2007
Vãozinho/Voltinha	Barra do Bugres Porto Estrela	2010
Varal	Poconé	2005
Vermelhinho	Barra do Bugres	2005

Fonte: Fundação Cultural Palmares, lista atualizada em 02/08/2019.

Observações:

- a. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, o nome da comunidade é Aguaçu de Cima.
- b. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, o nome da comunidade é apenas Morro do Cambambi.
- c. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, o que se chama Vale do Rio Alegre e Vale do Rio Guaporé é Boa Sorte e Retiro, Vale do Martins; Associação Bela Cor é referente ao território do Capão de Negro (quilombo urbano), junto à comunidade Manga; há também a comunidade Casalvasco.

- d. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, a comunidade Campina Verde não existe.
- e. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, o nome correto da comunidade é Jacaré dos Pretos.
- f. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, o nome correto do povoado Ourinhos é Ponte da Estiva.
- g. Segundo contribuições na oficina de fevereiro de 2020, a Sesmaria Fazenda Grande está dentro do território de Morrinhos, sugerindo possível identificação dupla de quilombolas e morroquianos.

Tabela 2 • Comunidades quilombolas com processos de identificação e titulação abertos no INCRA.

Comunidade	Município	Ano processo	Status ^(a)
<u>Abolição</u> (b)	Santo Antônio do Leverger(c)	2005	
<u>Acorebela</u>	Vila Bela da Stma Trindade	2006	
<u>Água Doce</u>	Barra do Bugres	2016	
<u>Aguassú</u> (d)	Cuiabá	2005	
<u>Aldeias</u>	Acorizal	2005	
<u>Aranha</u> (MT)	Poconé	2005	
<u>Aricá-Açú</u>	Chapada dos Guimarães	2005	
<u>Baixio</u>	Barra do Bugres	2005	
<u>Barreiro</u> (MT)	Nossa Sra. do Livramento	2005	
<u>Baús</u> (MT)	Acorizal	2005	
<u>Bela Cor</u>	Vila Bela da Stma Trindade	2005	
<u>Bocaina</u>	Porto Estrela	2012	
<u>Boqueirão</u> (MT)	Vila Bela Stma Trindade	2005	
<u>Buriti Fundo</u>	Barra do Bugres	2007	
<u>Cabeceiras do Santana</u>	Nossa Sra. do Livramento	2005	
<u>Cachoeira do Bom Jardim</u>	Chapada dos Guimarães	2005	
<u>Cágado</u>	Poconé	2005	
<u>Camarinha</u>	Barra do Bugres	2007	RTID/2010
<u>Campina de Pedra</u>	Poconé	2005	
<u>Campina Verde</u> (e)	Nossa Sra. do Livramento	2005	
<u>Campina 2</u> (MT)	Poconé	2005	
<u>Cansação</u>	Chapada dos Guimarães	2005	
<u>Canto do Agostinho</u>	Poconé	2005	
<u>Capão do Negro Cristo Rei</u>	Várzea Grande	2010	
<u>Capão Negro</u>	Vila Bela da Stma Trindade	2007	

Comunidade	Município	Ano processo	Status ^(a)
<u>Capão Verde</u>	Poconé	2005	
<u>Carretão</u>	Poconé	2018	
<u>Céu Azul</u>	Poconé	2005	
<u>Chafariz e Urubamba</u>	Poconé	2005	
<u>Chapadinha</u>	Cáceres	2005	
<u>Chumbo</u>	Poconé	2005	
<u>Coitinho</u>	Poconé	2005	
<u>Coxipó-Açú</u>	Cuiabá	2005	
<u>Curralinho (MT)</u>	Poconé	2005	
<u>Entrada do Bananal</u>	Nossa Sra. do Livramento	2005	
<u>Exú</u>	Poconé	2005	
<u>Família Vieira Amorim</u>	Novo Santo Antônio	2014	
<u>Imbé</u>	Poconé	2005	
<u>Itambé</u>	Chapada dos Guimarães	2005	
<u>Jacaré de Cima(f)</u>	Poconé	2005	
<u>Jejum</u>	Poconé	2005	
<u>Lagoa Grande (MT)</u>	Poconé	2017	
<u>Lagoinha de Baixo</u>	Chapada dos Guimarães	2005	
<u>Lagoinha de Cima</u>	Chapada dos Guimarães	2005	DD/2009
<u>Laranjal</u>	Poconé	2005	
<u>Manga</u>	Vila Bela da Stma. Trindade	2005	RTID/2018
<u>Mata Cavalo</u>	Nossa Sra. do Livramento	2004	
<u>Minadouro 2</u>	Poconé	2005	DD/2009
<u>Monjolo (MT)(e)</u>	Poconé	2005	
<u>Morrinhos (MT)</u>	Poconé	2005	
<u>Morro Cortado</u>	Poconé	2005	
<u>Morro Redondo (MT)</u>	Barra do Bugres	2007	
<u>Pantanalzinho</u>	Poconé	2005	
<u>Passagem de Carro</u>	Poconé	2005	
<u>Pedra Viva</u>	Poconé	2005	
<u>Pita Canudos</u>	Cáceres	2014	
<u>Ponta do Morro</u>	Cáceres	2005	
<u>Queimada (MT)</u>	Barra do Bugres	2007	
<u>Retiro (MT)</u>	Poconé	2005	
<u>Rodeio</u>	Poconé	2005	

Comunidade	Município	Ano processo	Status ^(a)
Santana (MT)	Cáceres	2005	
São Benedito (MT)	Poconé	2005	
São Gerônimo	Cuiabá	2005	
São Gonçalo (MT)	Cáceres	2005	
São Gonçalo II	Poconé	2015	
Sesmaria Bigorna e Estiva	Santo Antônio de Leverger	2007	
Sete Porcos	Poconé	2005	
Tanque do Padre Pinhal	Poconé	2005	
Tinga	Barra do Bugres	2007	
Vaca Morta	Porto Estrela	2005	
Vale do Alegre (Valentim e Martinho)	Vila Bela da Stma. Trindade	2007	
Vãozinho	Porto Estrela	2007	
Varal	Poconé	2005	
Vermelhinho	Barra do Bugres	2005	
VOLTINHA	Barra do Bugres	2007	

Fonte: Observatório Territórios Quilombolas (<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>), da Comissão Pró-Índio de São Paulo, acessado entre 14 e 16 de abril de 2020.

Observações:

- a. Apenas os avanços concretizados após abertura do processo são identificados: RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (decreto); Portaria de Reconhecimento (INCRA); DD – Decreto de Desapropriação (presidencial); Titulação (INCRA).
- b. Os hiperlinks nesta tabela levam às páginas de cada comunidade no banco de dados do Observatório Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo - <http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>.
- c. O território da comunidade Abolição fica no município de Santo Antônio do Leverger, mas a população da comunidade não reside no território, mas em Cuiabá ou Várzea Grande.
- d. Segundo contribuições da oficina em fevereiro de 2020, o nome correto da comunidade é Aguaçu de Cima.
- e. Segundo contribuições da oficina em fevereiro de 2020, a comunidade Campina Verde não existe.
- f. Segundo contribuições da oficina em fevereiro de 2020, o nome correto da comunidade é Jacaré dos Pretos.
- g. Segundo contribuições da oficina em fevereiro de 2020, Monjolo está dentro do território de Pita Canudos.
- h. Na base do INCRA e no site da CPI o município indicado é Barra do Bugres, mas segundo coordenadas geográficas coletadas pelo INCRA e conforme comunicação de responsável com SEAF em 25/08/17, estas duas comunidades estão de fato localizadas no município de Porto Estrela.

Tabela 3 • Produção das comunidades quilombolas segundo relatos durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.

Nome Comunidade	Município	Produção
Água Doce	Barra do Bugres	Banana da Terra; Banana Ourinho (chip, polpa); Abacaxi; Abóbora; Batata Doce; Mandioca (farinha); Milho Verde
Baixo	Barra do Bugres	Mandioca (farinha, chips, polvilho); Banana (chips, bala, farinha); Cana de açúcar (rapadura); Bolo de Arroz; Ovo; Queijo; Porco; Plantas medicinais
Quilombo Itambé	Chapada dos Guimarães	Cana de açúcar; Babaçu (Rapadura de Coco de Babaçu); Leite (doce); Queijo; Porco (banha); Limão
Comunidade Quilombola Lagoinha de Baixo	Chapada dos Guimarães	Quiabo; Mandioca; Jiló; Abacaxi; Banana; Milho
Comunidade Morro do Cambambi	Chapada dos Guimarães	Mandioca; Banana; Batata Doce; Cana de Açúcar; Pequi; Babaçu; Melancia; Quiabo; Abacaxi; Limão; Maxixe; Mamão; Porco; Galinha; Peru; Pato; Hortaliças; Batata; Milho
Comunidade Aguaçu de Cima	Nossa Senhora do Livramento	Hortaliça; Milho; Mandioca (farinha); Frango e Ovos; Plantas medicinais; Cana de açúcar; Doces; Leite; Queijo; Bociuva (polpa)
Entrada do Bananal	Nossa Senhora do Livramento	Banana; Mandioca
Jacaré dos Pretos	Nossa Senhora do Livramento	Cana de açúcar; Quiabo; Laranja; Manga; Maxixe; Limão; Leite; Batata Doce; Frango; Cará; Mandioca; Banana; Caju; Porco; Milho; Abacaxi
Mata Cavalão de Baixo	Nossa Senhora do Livramento	Melancia; Milho; Mandioca
Ribeirão da Mutuca	Nossa Senhora do Livramento	Banana (in natura, Farinha, bolo, rapadura, licor, chips); Bociuva (farinha); Mel; Licores; Doces (caju, goiaba, laranja, limão, mamão, abóbora); Cana de açúcar (in natura, melado, rapadura)
Quilombo Família Vieira Amorim	Novo Santo Antônio	Pequenos animais; Porco; Pecuária de corte (cria de Bezerro); Mandioca
Quilombo Barreiro	Poconé	Banana; Cana de açúcar; Mandioca; Leite; Queijo; Mamão; Doces; Melancia; Milho Verde; Abóbora; Quiabo; Maxixe; Abacaxi

Nome Comunidade	Município	Produção
Quilombo Campina de Pedra	Poconé	Cana de açúcar (rapadura; melado; furrundum); Leite; Cumbaru, Banana (doce)
Chumbo	Poconé	Banana (in natura, farinha, e chips); Hortaliça; Plantas medicinais; Artesanato (Sabão Caseiro); Produção Extrativista; Frango
Comunidade Jejum e Assentamento Medalha Milagrosa	Poconé	Leite; Queijo; Requeijão; Muçarela; Mamão; Limão; Laranja; Abacaxi; Caju; Doces; Mandioca; Melancia; Abóbora; Quiabo; Maxixe; Banana da Terra; Milho; Frango e Ovos; Porco e linguiças;
Comunidade Pita Canudos	Poconé	Banana; Mandioca; Batata Doce; Frango
São Gonçalo II	Poconé	Banana; Mandioca; Cumbaru
São Benedito	Poconé	Mandioca (farinha)
Quilombo Tanque do Padre Pinhal	Poconé	Frango caipira; Ovos; Produtos Artesanais (crochê); Banana; Acerola; Mandioca; Mamão; Goiaba; Cana de açúcar; Limão; Milho; Abóbora; Quiabo; Maxixe; Pepino
Quilombo Abolição	Santo Antônio do Leverger	Mandioca; Frango caipira; Pequi; Porco caipira; Milho; Melancia; Babaçu; Leite; Hortaliça
Boqueirão	Vila Bela da Santíssima Trindade	Frango; Leite
Retiro	Vila Bela da Santíssima Trindade	Banana; Peixe (piscicultura)
Boa Sorte	Vila Bela da Santíssima Trindade	Mandioca; Leite e Requeijão; Frango e Ovos; Mamão; Batata Doce
Capão do Negro	Vila Bela da Santíssima Trindade	Kanjinyin; Artesanato; Poaia; Babaçu (óleo)

Tabela 4 • Comunidades Pantaneiras em Mato Grosso.

Município	Nome Comunidade
Barão de Melgaço	<ul style="list-style-type: none"> • Barranqueira • Buritizal • Capão • Capoeirinha • Colônia Santa Isabel • Conchas • Croará • Cuiabá Mirim • Estirão Comprido • Grande Chacororé • Lagoa do Algodão • Mocambo • Pimenteira • Piúva • Poço General • Porto Brandão • Porto Emiliano • Porto Quilombo • Porto São João • Praia do boi • Retiro de São Bento • Santa Maria • São Pedro de Joselândia • Tamaraidaré • Vila Nova

Município	Nome Comunidade
Cáceres	<ul style="list-style-type: none"> • Água Boa • Água Branca • Alambrado • Assentamento Sapiquá • Baia Velha • Barra do Jauru(a) • Barra do Sepotuba das Pedras(a) • Beranqueira • Bom Sucesso • Catira • Cerradão • Comunidade das Onças • Corixinha • Córrego Formiga • Exu • Flechas • Flor da Mata • Guanandy • Ipê Roxo • Jatobá • Laranjeira I • Laranjeira II • Laranjinha • Limoeiro • Mata Comprida • Monjolo • Nova Esperança • Nova Flexas • Padre Inácio • Paiol • Porto Conceição(a) • Porto Limão • Rancho da Saudade • Roça Velha • Sadia • Santa Luzia • Santana • São Cristóvão • São Francisco • São Roque • São Sebastião • Senhora dos Milagres • Soteco • Trindade • Vila Aparecida • Vila Aparecida • Vinhático
Cuiabá	<ul style="list-style-type: none"> • ± 40 famílias relatadas, sem identificação da comunidade(a)
Poconé	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento Baia do Campo • Assentamento Furna I • Baia do Potreiro • Bandeira • Barreirinho • Campina de pedra • Capão Verde • Carretão • Chafariz • Comunidade Campina II • Figueira • Furna II • Imbé • Maravilha • Minador • Morro Cortado • Mundo Novo • Piuval • Rodeio • Sangradouro • São Benedito • Sete Porcos • Varzearia • Zé Alves
Porto Espiridião	<ul style="list-style-type: none"> • ± 20 famílias relatadas, sem identificação da comunidade(a)
Nossa Senhora do Livramento	<ul style="list-style-type: none"> • Pirizal
Santo Antônio do Leverger	<ul style="list-style-type: none"> • Barra do Aricá • Barranco Alto • Barreirinho • Bocaininha • Mimoso • Morro Grande • Pedra Branca • Porto de Fora • Praia do Poço • Quilombo • Varginha • Vereda
Várzea Grande	<ul style="list-style-type: none"> • ± 40 famílias relatadas, sem identificação da comunidade(a)

Fontes: II Seminário de Mapeamento Social de Mato Grosso, 2010; Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, fevereiro de 2020 (completações da oficina indicadas como “(a)”).

Tabela 5 • Comunidades Morroquianas por município.

Município	Tipo	Nome Comunidade	
Cáceres	Morroquianos	<ul style="list-style-type: none"> • Água Branca • Anhumas • Bezerro Branco • Bocãina da Cascavel • Bocãina do Marimbondo • Bocãina do Vão • Chapadinha • Flor da Mata • Formiga 	<ul style="list-style-type: none"> • Guanandi • Lagoa da Onça • Nossa Senhora da Guia • Pindaíval • Ponta do Morro Santana • Santana • Taquaral • Vila Aparecida
Nossa Senhora do Livramento	Tradicionalis e Morroquianos	<ul style="list-style-type: none"> • Aguaçú Monjolo • Atoledo • Bela Grama • Brumado • Buriti do Atalho • Buriti Grande • C. Quilombo • Cabeceira • Cabocla • Cachoeirinha • Campina de Baixo • Campina de Cima • Campo Alegre de Cima • Carraratinho • Cascavel • Chapadão 	<ul style="list-style-type: none"> • Chico Leite • Coxos • Cristal • Cumbarú • Distrito de Faval • Espinhalzinho • Lagoa de Baixo • Lagoa de Cima • Limoeiro • Paratudal • Paratudo • Rio dos Peixes • São Gonçalo • São Manoel do Rari • Seco • Serragem
	Mistura de Morroquianos e Pantaneiros(a)	<ul style="list-style-type: none"> • Brejal • Campo Agre de Baixo • Cedral de Baixo • Figueiral • Mangueiral 	<ul style="list-style-type: none"> • Pirizal • Ribeirão dos Cocais • Tatu • Volta do Bananal
Porto Estrela	Morroquianos e em alguns casos, Quilombolas	<ul style="list-style-type: none"> • Boi Morto • Luzia do Retiro • Monjolinho • Novo Oriente • Saloba Grande 	<ul style="list-style-type: none"> • Salozinha • Vão do Meio • Vão Grande • Vãozinho
Poconé	Morroquiana	<ul style="list-style-type: none"> • Imbé 	

Fonte: Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, fevereiro de 2020.

Observação:

- São chamadas comunidades tradicionais pantaneiras, que segundo os participantes da oficina é diferente da autoidentidade do segmento pantaneiro.

Tabela 6 • Presença de Extrativistas em municípios, diversas fontes.

Extrativistas				
Municípios	Comunidades	DAP	Família CadÚnico	Família oficina ou entrevistas
Água Boa			1	
Apiacás		69		
Aripuanã	1	10	5	32
Brasnorte		1	1	
Cáceres		27	4	
Canabrava do Norte		5		
Chapada dos Guimarães			26	
Colniza	1			33
Confresa		2		
Gaúcha do Norte		15	27	
Itaúba		1	13	
Itiquira		1		
Jauru			1	
Juara		2	101	
Juína			8	
Lucas do Rio Verde			1	
Marcelândia		1		
Nova Maringá			1	
Nova Monte Verde		1		
Nova Santa Helena		1		
Novo Horizonte		1		
Novo Mundo		1		
Pontal do Araguaia			5	
Porto Estrela			1	
Querência		1	3	
Rio Branco			2	
Santa Carmem			1	
São Jose do Xingu		2		
Tabaporã			1	
Vila Bela da Santíssima Trindade			6	
Vila Rica			1	
TOTAL	2	141	209	65

Tabela 7 • Comunidades Ribeirinhas em Mato Grosso.

Município	Nome Comunidade	Número de famílias
Barão de Melgaço	Acorizal	± 90 famílias
	Piraim	± 70 famílias
	Rancharia	± 10 famílias
	Corre d'Água	± 11 famílias
	Limoeiro	± 7 famílias
	Porto Canga	± 25 famílias
Cáceres	Exú	Sem informação
Santo Antônio do Leverger	Engenho Velho	± 30 famílias

Fonte: Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, fevereiro de 2020.

Tabela 8 • Produção das comunidades de Pescadores Artesanais e Ribeirinhos relatadas durante a oficina de inclusão participativa de PCTs no REM MT em fevereiro de 2020.

Município	Nome Comunidade	Produção
Barão de Melgaço	Comunidade Pantaneira de Pescador (pescadores barco hotel)	Peixe (Pesca)
Cáceres	Pescadores Profissionais Pantaneiros	Isca para pesca; Plantas Nativas de áreas de preservação permanente
	Lagoa de Pedra	Mandioca
	Comunidade das Pedras	Peixe (Pesca)
	Outras	Peixe (Pesca); Manga; Melancia; Pokan; Banana
Luciara	Colônia Z-6	Peixe (Pesca e Piscicultura)

Tabela 9 • Número de DAPs pessoa física por segmento PCT (Quilombola, Extrativista, Pescador), por município (2019).

Município	Quilombolas	Extrativistas	Pescadores
Alta Floresta			1
Apiacás		69	
Araguaiana			4
Araputanga			2
Aripuanã		10	
Barão de Melgaço			86

Município	Quilombolas	Extrativistas	Pescadores
Barra do Garças	1		56
Brasnorte		1	1
Cáceres			27
Canabrava do Norte		5	
Carlinda			1
Chapada dos Guimarães			2
Colider			1
Confresa		2	1
Cuiabá	3		6
Figueiropolis D'Oeste			1
Gaúcha do Norte		15	
Itaúba		1	1
Itiquira		1	
Jauru			1
Juara		2	2
Luciara			2
Marcelândia		1	
Matupá	1		1
Nossa Senhora do Livramento	108		
Nova Bandeirantes			1
Nova Canaã do Norte			1
Nova Guarita			1
Nova Monte Verde		1	
Nova Santa Helena		1	
Nova Ubiratã			6
Nova Xavantina			4
Novo Horizonte		1	
Novo Mundo		1	
Novo São Joaquim			3
Peixoto de Azevedo			2
Poconé	23		43
Pontes e Lacerda			3
Porto Alegre do Norte			1
Porto Espiridião			2

Município	Quilombolas	Extrativistas	Pescadores
Poxoréo			1
Querência		1	
Rondonópolis			7
Rosário Oeste			1
Santa Terezinha			1
Santo Antônio do Leverger			21
São José do Rio Claro			1
São Jose do Xingu		2	
São José dos Quatro Marcos			2
Tabaporã			1
Várzea Grande			7
Vila Bela da Santíssima Trindade			3
TOTAL	136	114	308

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – Lista enviada por Leonardo Vivaldini dos Santos (SEAF) por email, em 21/11/2019.

Tabela 10 • Número de famílias no no CadÚnico por segmento PCT, por município (2017).

Município	Ciganos	Extrativistas	Pescadores Artesanais	Comunidades de Terreiro	Ribeirinhos
Acorizal	0	0	1	0	0
Água Boa	2	1	0	0	0
Alta Floresta	0	0	5	0	1
Alto Boa Vista	1	0	0	0	0
Araguaiana	0	0	75	0	0
Aripuanã	0	5	11	0	19
Barão de Melgaço	0	0	445	0	22
Barra do Bugres	0	0	62	0	7
Barra do Garças	0	0	3	0	1
Bom Jesus do Araguaia	0	0	1	0	0
Brasnorte		1		1	
Cáceres	1	4	108	1	1
Campinápolis			4		2
Campo Verde			1		1

Município	Ciganos	Extratvistas	Pescadores Artesanais	Comunidades de Terreiro	Ribeirinhos
Canabrava do Norte				1	
Canarana	1				
Carlinda	1		4		
Chapada Dos Guimarães		26	4		
Cocalinho			1		3
Colider			2		6
Colniza			1		4
Confresa			23		
Cuiabá	2		8	1	6
Curvelândia			2		
Feliz Natal					38
Gaúcha do Norte		27			
General Carneiro			2		3
Guarantã do Norte	1		1		1
Indiavaí	1				
Itanhangá	1				
Itaúba		13			
Jauru		1			
Juara	1	101			1
Juína		8	86		1
Juruena			7		1
Lucas do Rio Verde		1			1
Matupá			2		
Nobres			3		1
Nova Guarita			1		
Nova Maringá		1			
Nova Mutum			1		
Nova Nazaré	3		6		20
Nova Ubiratã			1		
Nova Xavantina			1		1
Paranaíta			2		1
Peixoto de Azevedo			7		2

Município	Ciganos	Extrativistas	Pescadores Artesanais	Comunidades de Terreiro	Ribeirinhos
Planalto da Serra					1
Poconé	1		2		
Pontal do Araguaia		5	20		
Pontes e Lacerda	1			1	
Porto Alegre do Norte					1
Porto Esperidião			1		
Porto Estrela		1	15		5
Poxoréo	6		2		
Querência		3			
Rio Branco		2			
Rondonópolis	4		19		8
Rosário Oeste			1	24	
Santa Carmem		1			
Santa Rita Do Trivelato					8
Santa Terezinha			1		
Santo Antônio do Leverger			110		42
São Félix do Araguaia			6		
São José dos Quatro Marcos			3		
São Pedro da Cipa			2		5
Sinop			3		1
Sorriso			3	1	
Tabaporã		1			
Tangará da Serra			1		
Tapurah			3		
Tesouro			41		
Várzea Grande			69		24
Vila Bela da Santíssima Trindade	1	6	9		1
Vila Rica		1			
TOTAL	28	209	1192	30	240

Fonte: Lista do CadÚnico enviada por Leonardo Leocádio da Silva (PGR) por email, em 25/11/2019.

Anexo 2 – Questionário e lista de entidades entrevistadas durante o diagnóstico

DADOS GERAIS

Data:

Entrevistador@:

Local (ou indicar se remotamente):

Nome:

Instituição:

Posição:

Faz parte de algum espaço de governança participativa (Comissão, Conselho, Fórum)? Qual?

O que sabe sobre o Programa REM? Qual a percepção sobre o programa?

Conhece o Plano Estadual de Agricultura familiar – PEAf?

PARA ORGANIZAÇÕES DE PCTs

Segmento de PCT:

Nome do grupo ou comunidade:

O grupo é reconhecido formal ou informalmente enquanto PCTs?

Fazem parte de um grupo maior que agrega outras comunidades do mesmo segmento de PCTs ou outro segmento de PCTs? (contatos)

Quantas famílias pertencem ao grupo?

População total do grupo:

Território (nome e município(s):

Situação fundiária (múltipla, misturando alguma propriedade privada com terra pública, com propriedade privada de outras pessoas?)

Possui geo/mapas do território?

Associação ou Cooperativa? (Qual/quais?)

Produção:

Comercializa? Onde?

Possui DAP? quantas famílias tem DAP no seu grupo?

Ninguém - 1/3 das famílias - metade das famílias - 2/3 das famílias - todas as famílias)

Você sabia que o DAP tem identificação de que se trata de agricultor@ PCT?

Seu grupo está acessando crédito? Que tipo?

Acessa ATER? Qual?

Indicaria mais alguém para entrevistas?

PARA ORGANIZAÇÕES DE APOIO A PCTs

A sua instituição trabalha com algum tipo de PCTs? Quais e Onde ela atua?

Esses PCTs têm algum tipo de produção, o que? Eles comercializam?

Você saberia dizer se os PCTs possuem conhecimentos sobre o Plano Estadual de Agricultura familiar – PEAf?

Você saberia dizer se os PCTs possuem conhecimentos sobre o Programa REM? Qual a percepção sobre o programa?

O que você sugere para fazer a inclusão participativa dos PCTs no programa REM?

Faz parte de algum espaço de governança participativa (Comissão, Conselho, Fórum)? Qual?

Me indicaria mais alguém com quem possa conversar?

Lista de pessoas entrevistadas:

Nome(s)	Segmento de PCT ou organização
João Moises Bispo	Quilombola – presidente da Associação Negra Rural São Gonçalo II e delegado da CONAQ-MT
Cláudia Sala de Pinho	Pantaneira – Coordenadora da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras e Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
Izidorio da Silva Rondon	Quilombola da Comunidade Água Doce
Justino Maciel de Campos	Quilombola comunidade Pita Canudos – Coordenador Nacional da CONAQ-MT
Laura Ferreira da Silva	Quilombola da Comunidade Ribeirão do Mutuca – Coordenadora Nacional da CONAQ-MT
Lidiane Taverny Sales	Retireira do Araguaia – Vice-presidente do Instituto Mato Verdinho
Lourenço Pereira Leite	Pescador Tradicional Colônia Z-2
Luiz Alvez Neto	Presidente da Associação Comunitária Remanescentes Quilombola do Ribeirão Itambé
Maria Jacy Correa Marques Gonçalvez	Quilombolas da Comunidade Lagoa Grande
Jose Maria	
Celsa Maria de Arruda	
Pedro de Souza Ponce	Pantaneiro – Coordenador da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras
Abemair Regina Cancio Roclefe	Umbandista – Povos de Terreiros

Nome(s)	Segmento de PCT ou organização
Rosalina Espadeus Mendes de Souza	Raizeira Quilombola da Comunidade São Gonçalo
William Reis de Olegário	Quilombola da comunidade Abolição – Presidente da Associação Quilombo Abolição
Eliseu da Silva Xumxum	Quilombola comunidade Quilombo Urbano Capão do Negro
Saguio Moreira Santos	Diretor da Associação Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)
Ana Carolina	Técnica Instituto Ouro Verde
Clovis Vailant	Associado ao Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental Gaia
Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	Pesquisadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental Comunicação e Arte (GPEA/UFMT)
Everaldo Dutra dos Santos	Presidente da Associação Pacto das Águas Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais
Fernando Xavier	Servidor do ICMBio no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães
Herman Oliveira	Secretário executivo do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad)
Leonel Wohrfahrt	Técnico em Planejamento e Desenvolvimento Social da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
Luciano Pereira da Silva	Conselheiro científico do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios da Unesco (ICOMOS) e presidente da Associação de Pesquisa Xaraies
Manoel Francisco da Silva Junior	Presidente do Conselho Estadual de Promoção à Igualdade Racial
Nilma Silva	Presidente da Associação de Pesca de Mato Grosso
Pedro Reis	Presidente do Conselho Municipal de Promoção à Igualdade Racial
Salete Morocaoski	Secretária Adjunta de Direitos Humanos

Anexo 3 – Relatório da Oficina de Inclusão Participativa de PCTs no Programa REM de Mato Grosso, fevereiro de 2020

Documento *Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa REM: Construindo Caminhos* (TRICAUD 2020) é demasiado longo para integrar este documento digitalmente, mas deve ser considerado como anexo ao diagnóstico.

